

ACTA
DA
REUNIÃO ORDINÁRIA
DA
CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Local: Sala das Sessões dos Paços do Município

Data: 20/12/2010

Iniciada às 15H00 e encerrada às 21H30

Aprovada em 10/01/2011 e publicitada através do Edital n.º 67/2011

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

Intervenção do Senhor Presidente

Intervenção dos Senhores Vereadores

ORDEM DO DIA

- I - ADMINISTRAÇÃO GERAL E RECURSOS HUMANOS**
 - 1. Acta da reunião da Câmara Municipal realizada no dia 6 de Dezembro
 - 2. Mapa de pessoal para o ano de 2011
- II - FINANCEIRO**
 - 1. Situação Financeira
 - 2. Posição financeira do Município de Coimbra em 30/06/2010 – parecer do auditor externo
 - 3. Concurso público para o aluguer operacional de viaturas
- III - ESTUDOS E PROJECTO MUNICIPAL DO PLANO**
 - 1. Grandes opções do Plano e Orçamento para 2011, delegação de competências municipais nas Juntas de Freguesia, Norma de Controlo Interno, Regulamento Interno de Fundo de Maneio e empréstimos de curto e médio/longo prazo
- IV - APOIO ÀS FREGUESIAS**
 - 1. Protocolos de Delegação de Competências 2010 – Junta de Freguesia de Souselas - alteração
- V - CENTRO HISTÓRICO**
 - 1. Construção do Teatro sito a poente da Cerca de S. Bernardo – libertação de garantias bancárias
 - 2. José Águeda Custódio – obras de reconstrução – Beco da Amoreira, n.ºs 5 – 9 – freguesia de Almedina – isenção do pagamento de taxa
 - 3. Imóvel sito na Rua da Moeda, n.º 35 – vistoria - ratificação
 - 4. Imóvel sito na Rua Ferreira Borges, n.º 82 a 86 – prorrogação de prazo para execução de obras de conservação
 - 5. Eventual exercício do direito de preferência:
 - a) aquisição da fracção “A” do prédio urbano sito na Rua Pinheiro Chagas, n.ºs 28 a 32 – freguesia da Sé Nova– ratificação
 - b) aquisição da fracção “B” do prédio urbano sito na Rua Pinheiro Chagas, n.ºs 28 a 32 – freguesia da Sé Nova– ratificação
- VI - NOTARIADO E PATRIMÓNIO**

1. Fornecimento, Instalação e Colocação em Serviço de um Novo Sistema de Bilhética para os SMTUC – Minuta do Contrato
- VII - DIRECÇÃO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO
1. European Portugal
- VIII - PLANEAMENTO
1. Plano de gestão florestal e orientação da utilização pública da Mata Nacional do Choupal
- IX - GESTÃO URBANÍSTICA E RENOVAÇÃO URBANA
1. Jorge da Silva Mariano – recepção provisória – Volta das Calçadas de Baixo – Regts. 64127/2010 e 45152/2010
 2. O Pastor da Serra – Produtos Alimentares, Lda. – telas finais – licença especial para conclusão de obras inacabadas – Largo das Ameias, 6 – Regts. 52531/2010 e 57370/2010
 3. Manuel Augusto Alves, Lda. – licença de construção/aditamento – Moinho do Calhau – Regt. 16327/2010
 4. Elisabete de Fátima Alves – recepção provisória das obras de urbanização – Lordemão – S. Paulo de Frades – Regt.70402/2010
- X - OBRAS E GESTÃO DE INFRA-ESTRUTURAS MUNICIPAIS
1. Via Estruturante Santa Clara/S. Martinho do Bispo – Ligação Quinta do Lagar/ Centro de Saúde de Santa Clara – recepção provisória
 2. Igreja de Santo António dos Olivais – Remodelação dos Espaços Envolventes – recepção definitiva
 3. Infra-estruturas (Construção civil do PT, elevatória de esgotos e vedação) – recepção definitiva
 4. Deslizamento de terras na encosta da Rua António Jardim – tratamento da encosta – libertação do seguro caução
 5. Comissão de Festas em Honra da N. Sr.ª da Conceição de Arzila 2010 – apoio
 6. Centro Social de Castelo Viegas, Agrupamento de Escolas de S. Silvestre, Cooperativa de Ensino de Coimbra e Jardim Infantil de Montes Claros – apoios - ratificação
 7. Projecto Eurostadium – concepção/construção – parque de campismo – auto de vistoria
- XI - EDUCAÇÃO, ACÇÃO SOCIAL E FAMÍLIA
1. CEIFAC – Centro Integrado de Apoio Familiar de Coimbra – subsídio
 2. Alimentação Escolar para o 1º Ciclo do Ensino Básico (2009//2010) – reforço financeiro
- XII - DESPORTO JUVENTUDE E LAZER
1. Associação Sócio Cultural Recreio e Desporto dos Pereiros – requalificação do piso do pavilhão
 2. Clube Desportivo Pedrulhense – cedência de uma baliza de futebol de 11
 3. Juventude Desportiva e Recreativa de Arzila – cedência de bicicleta
 4. Associação de Natação de Coimbra – estágios da selecção regional 2010 – isenção de taxas
 5. Associação Académica de Coimbra – Secção de Natação – jogos de pólo aquático – isenção de taxas
 6. Associação Académica de Coimbra – Secção de Natação – festa de pólo aquático – isenção de taxas
 7. Programa de aprendizagem ao longo da vida – Leonardo da Vinci – Mobilidade – candidatura
 8. Associação Académica de Coimbra – Secção de Basquetebol – apoio
 9. Contratos Programa de Formação Desportiva e de Competição Desportiva não Profissional
- XIII - HABITAÇÃO
1. Edifício sito no Largo da Sé Velha, 8, 9, 10, 11 e 12 – revisão de preços
 2. Reparação e beneficiação do edifício sito em Coimbra na Rua Joaquim António de Aguiar, nº 42 – revisão de preços
 3. Imóvel sito na rua Visconde da Luz, nº 88-90 – vistoria
 4. Cáritas Diocesana de Coimbra – subsídio
 5. Concerto de Natal no Salão Nobre da Câmara Municipal de Coimbra – Filarmónica do Planalto – aquisição de serviços
 6. Projecto-Piloto Mediadores Municipais – cessação do protocolo tripartido – apoio financeiro à Associação Integrar
 7. Escola de Música / Filarmónica do Planalto – contrato de comodato – renovação
 8. António Pedro Fonseca Simões – Bairro da Rosa – Lote 11, c/v dta. – contrato de comodato – renovação
 9. Teresa Monteiro Rodrigues Moraes – Bairro do Ingote – Bloco 11, r/c dt. – contrato de comodato – renovação
 10. Realojamento de Tamara Kukhanchyk – Casa 27 do Bairro da Misericórdia
 11. Realojamento do agregado familiar de Carlos Alberto Soares
 12. Marília Lopes Nascimento - Habitação sita na Urbanização Quinta da Varela, Lote 92 – 1º Dt. – actualização da situação
 13. Realojamento do agregado familiar de Rosa Maria Gonçalves Rodrigues
 14. Realojamento do agregado familiar de Alda Maria Bernardo Machado Laranja

XIV - CULTURA

1. **Jocelino Rodrigues – De Coimbra para o Mundo – aquisição de livro**
2. **Escola da Noite – subsídio 2006**
3. **Círculo de Cultura Portuguesa – protocolo**
4. **Casa Museu Miguel Torga – época natalícia – programa educativo**
5. **Doação de documentos sobre o Cemitério da Conchada**
6. **Direcção Regional de Cultura do Centro - transporte**

XV - SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE TRANSPORTES URBANOS DE COIMBRA

1. **Grandes Opções do Plano e Orçamento 2011**
2. **Relatório de Actividades 1º Semestre de 2010**
3. **Procedimento ao abrigo do Acordo-Quadro ANCP 2.2 – combustíveis rodoviários a granel – aditamento à proposta de repartição de encargos 2011, 2012 e 2013**
4. **Procedimento ao abrigo do Acordo-Quadro ANCP 2.2 – combustíveis rodoviários a granel – relatório final**
5. **Concurso Público para fornecimento, instalação e colocação em serviço de um novo sistema de bilhética – conhecimento**
6. **Concurso Público para prestação de serviços de vigilância, segurança e venda de bilhetes nos parques de estacionamento e elevadores do Mercado D. Pedro V, situados na Rua Olímpio Nicolau Fernandes**
7. **7ª Modificação orçamental ao orçamento dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra para 2010**

XVI – AC – ÁGUAS DE COIMBRA, E.E.M.

1. **Plano de Actividades e Orçamento 2011 e tarifário 2011**
2. **Contas do 1º Semestre 2010 – parecer do revisor oficial de contas**

XVII – TC – TURISMO DE COIMBRA, E.M.

1. **Orçamento e Plano de Actividades 2011**

XVIII – ASSUNTOS DIVERSOS

1. **Prodeso – Ensino Profissional, Lda. – relatório fiscal único – 1º semestre 2010**
2. **Liga dos Amigos do Hospital dos Covões – fusão dos Hospitais de Coimbra no Centro Hospitalar e Universidade de Coimbra**
3. **Revisão da organização dos serviços municipais – conhecimento**
4. **Escola da Noite – protocolos de apoio à criação artística e de gestão do Teatro da Cerca de S. Bernardo - Peças desenhadas**
5. **Mercado Abastecedor de Coimbra – alienação de acções**
6. **Coimbra Inovação Parque – Parque de Inovação em Ciência, Tecnologia, Saúde, EM, SA – relatório do fiscal único**

A reunião iniciou-se com a presença de:

Presidente: João Paulo Barbosa de Melo
Vice-Presidente: Maria José Azevedo Santos
Vereadores: Paulo Jorge Carvalho Leitão
Luís Nuno Ranito da Costa Providência
Maria João Guardado Martins de Castelo-Branco
João Gilberto Matos Orvalho
Álvaro Jorge Maia Seco
António Manuel Vilhena
Carlos Manuel Dias Cidade
Rui Pedro Gonçalves Duarte
Francisco José Pina Queirós



A reunião foi presidida pelo Dr. João Paulo Barbosa de Melo, Presidente da Câmara Municipal, e Secretariada por Patrícia Silveira, Técnica Superior, coadjuvada Romina Ferreira, Assistente Técnica.

O Sr. Presidente deu início à reunião com o período de antes da ordem do dia, em cumprimento do artigo 86º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

A reunião teve início com a apresentação do seguinte documento, que se transcreve:

“Renúncia ao mandato de Presidente da Câmara

Eu, Carlos Manuel de Sousa Encarnação, tendo sido eleito pelas listas da Coligação Por Coimbra, nas eleições autárquicas de 2009, venho por este meio, renunciar ao mandato de Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, nos termos dos nºs 1 e 2 do artigo 76º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção introduzida pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Coimbra, 17 de Dezembro de 2010.”

Intervenção do Sr. Presidente

O Sr. Presidente explicou que, tratando-se de uma lista eleita nas últimas autárquicas, a renúncia do Dr. Carlos Encarnação faz com que ele próprio, o n.º 2 da coligação, inicie funções como Presidente da Câmara Municipal de Coimbra de imediato, bem como implica que o n.º 7 da mesma lista tenha sido convocado e inicie hoje funções como vereador desta Autarquia. Assim, saudou o Professor João Orvalho, convidando-o a ocupar o seu lugar. No mesmo sentido, apresentou a nova Vice-presidente da Autarquia, Maria José Azevedo Santos, que ocupa na lista a posição seguinte à sua própria e que, naturalmente, o substituirá nas suas ausências. Desde logo agradeceu-lhe a confiança que nele depositou ao, com ele, partilhar esta enorme responsabilidade.

De seguida, informou que seria distribuída pela vereação a proposta de delegação de competências da Câmara Municipal no seu Presidente, que basicamente retoma a proposta anterior, com pequenas alterações, sendo a mais significativa a do ponto 32, em que foi acrescentado “... nomeadamente no que respeita à emissão de pareceres para a localização de empreendimentos e à apreciação de pedidos de informação prévia, com excepção dos referentes a operações de loteamento”.

Assim, o Sr. Presidente apresentou a seguinte proposta:

“Proposta de delegação de competências da Câmara Municipal de Coimbra no seu Presidente

Considerando o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, estabelecido na Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, bem como o quadro de competências e o regime jurídico de funcionamento dos órgãos municipais, constante da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

Considerando ainda que é objectivo do Presidente da Câmara promover e assegurar o cumprimento célere e eficaz das atribuições municipais em vigor no ordenamento jurídico, bem como incentivar a eficiência da gestão autárquica;

Proponho, nos termos dos artigos 64.º e 65.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que me sejam delegadas, com a faculdade de subdelegar, as seguintes competências legais para:

1. Executar e velar pelo cumprimento das deliberações da Assembleia Municipal;
2. Decidir sobre a locação e aquisição de bens móveis e serviços, nos termos da lei;
3. Alienar os bens móveis que se tornem dispensáveis, nos termos da lei;
4. Adquirir, alienar, onerar e exercer o direito de preferência, nos termos legalmente previstos, relativamente a bens imóveis de valor até 1000 vezes o índice 100 das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública;
5. Apoiar ou participar no apoio à acção social escolar e às actividades complementares no âmbito de projectos educativos, nos termos da lei;
6. Organizar e gerir os transportes escolares;
7. Aprovar os projectos, programas de concurso, caderno de encargos e a adjudicação relativamente a obras e aquisição de bens e serviços;
8. Dar cumprimento, no que lhe diz respeito, ao Estatuto do Direito de Oposição;
9. Decidir sobre a administração de águas públicas sob sua jurisdição;
10. Promover a publicação de documentos, anais ou boletins que interessem à história do Município;
11. Decidir sobre o estacionamento de veículos nas ruas e demais lugares públicos;
12. Estabelecer a denominação das ruas e praças das povoações e estabelecer as regras de numeração dos edifícios;
13. Proceder à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos, nos termos da legislação aplicável;
14. Decidir sobre a deambulação e extinção de animais nocivos;

15. Decidir prescritos a favor do Município, nos termos e prazos fixados na lei geral e após publicação de avisos, os jazigos, mausoléus ou outras obras, assim como sepulturas perpétuas instaladas nos cemitérios propriedade municipal, quando não sejam conhecidos os seus proprietários ou relativamente aos quais se mostre que, após notificação judicial, se mantém desinteresse na sua conservação e manutenção, de forma inequívoca e duradoura;
16. Remeter ao Tribunal de Contas, nos termos da lei, as contas do Município;
17. Executar as opções do plano e orçamentos aprovados, bem como aprovar as suas alterações;
18. Elaborar e aprovar a norma de controlo interno, bem como o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação, e ainda os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação e votação do órgão deliberativo;
19. Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património municipal ou colocados, por lei, sob a administração municipal;
20. Participar em órgãos de gestão de entidades da administração central, nos casos, nos termos e para os efeitos estabelecidos por lei;
21. Colaborar no apoio a programas e projectos de interesse municipal, em parceria com outras entidades da administração central;
22. Promover e apoiar o desenvolvimento de actividades artesanais, de manifestações etnográficas e a realização de eventos relacionados com a actividade económica de interesse municipal;
23. Assegurar, em parceria ou não com outras entidades públicas ou privadas, nos termos da lei, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do Município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal;
24. Participar em órgãos consultivos de entidades da administração central, nos casos estabelecidos por lei;
25. Participar na prestação de serviços a estratos sociais desfavorecidos ou dependentes, em parceria com as entidades competentes da administração central, e prestar apoio aos referidos estratos sociais, pelos meios adequados e nas condições constantes de regulamento municipal;
26. Assegurar o apoio adequado ao exercício de competências por parte do Estado, nos termos definidos por lei;
27. Conceder licenças, nos casos e nos termos estabelecidos por lei, designadamente para construção, reedificação, utilização, conservação, demolição e acabamento de edifícios, respectivas renovações ou prorrogações, assim como para estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos;
28. Realizar vistorias e executar, de forma exclusiva ou participada, a actividade fiscalizadora atribuída por lei, nos termos por esta definidos;
29. Ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a saúde ou segurança das pessoas;
30. Emitir certificados de matrícula de ciclomotores e motociclos, e certidões de licenças de condução de ciclomotores, motociclos e veículos agrícolas, nos casos legalmente previstos;
31. Administrar o domínio público municipal, nos termos da lei;
32. Exercer as demais competências legalmente conferidas, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições do Município, nomeadamente no que respeita à emissão de pareceres para localização de empreendimentos e à apreciação de pedidos de informação prévia, com excepção dos referentes a operações de loteamento.

Proponho, ainda, que se considerem ratificados todos os actos referidos nesta proposta entretanto praticados, retroagindo os seus efeitos a 18 de Dezembro de 2010”.

Face ao exposto, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2294/2010 (20/12/2010):

• Aprovar a proposta do Sr. Presidente acima transcrita.

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Sr. Presidente, a Sra. Vice-presidente e os Srs. Vereadores Paulo Leitão, Luís Providência, Maria João Castelo-Branco, João Orvalho e Francisco Queirós. Absteram-se os Srs. Vereadores Álvaro Maia Seco, António Vilhena, Carlos Cidade e Rui Duarte.

O Sr. Presidente apresentou ainda a seguinte proposta:

“Considerando o disposto no n.º 2 do artigo 58.º da Lei n.º 169/99 que determina que “Compete à câmara municipal, sob proposta do respectivo presidente, fixar o número de vereadores em regime de tempo inteiro e meio tempo que exceda os limites previstos no número anterior” (3 vereadores a tempo inteiro – n.º 1 da mesma norma), proponho a seguinte fixação do número de vereadores em regime de tempo inteiro e meio tempo: 4 vereadores a tempo inteiro e 2 vereadores a meio tempo”. E especificou que os vereadores a tempo inteiro serão os Srs. Vereadores Paulo Leitão, Luís Providência, João Orvalho e Francisco Queirós. A meio tempo mantêm-se as Sras. Vereadoras Maria José Azevedo Santos e Maria João Castelo-Branco.

Deliberação nº 2295/2010 (20/12/2010):

• **Aprovar a proposta do Sr. Presidente acima transcrita.**

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Sr. Presidente, a Sra. Vice-presidente e os Srs. Vereadores Paulo Leitão, Luís Providência, Maria João Castelo-Branco, João Orvalho e Francisco Queirós. Absteram-se os Srs. Vereadores Álvaro Maia Seco, António Vilhena, Carlos Cidade e Rui Duarte.

O Sr. **Presidente** propôs que a primeira reunião de Janeiro se realizasse dia 10 e anunciou que nessa data apresentaria o calendário de todas as reuniões da Câmara Municipal do ano de 2011.

O Sr. **Vereador Carlos Cidade** disse que os vereadores do Partido Socialista gostariam de propor uma alteração à agenda da reunião, no sentido de que as Grandes Opções e Orçamento 2011 da Autarquia e dos SMTUC, o Plano de Actividades e Tarifário da Águas de Coimbra, EM e o Orçamento e Plano de Actividades da TC, Turismo de Coimbra, EM fossem discutidos em sequência. Isto porque crêem ter lógica abordar todas estas questões em cadeia.

A proposta foi aceite pelo Sr. Presidente.

Intervenção do Sr. Presidente

Antes de passar a palavra aos restantes membros do Executivo neste período de Antes da Ordem do Dia, o Sr. Presidente proferiu a intervenção que se transcreve:

“Exmos. Vereadores da Câmara Municipal de Coimbra:

Há pouco mais de um ano, aceitei o desafio que a coligação “Por Coimbra” e o Dr. Carlos Encarnação me propuseram de integrar a lista de candidatos à Câmara Municipal de Coimbra na segunda posição.

Fi-lo, antes de tudo, por estar convencido de que podia ser útil à cidade em que nasci há 48 anos e para a qual sempre sonhei mais do que aquilo que a realidade dos factos punha à vista. Pensei sempre que Coimbra se confirmaria um dia como terceiro espaço metropolitano do País, como um pólo essencial no equilíbrio e na mobilização de uma grande Região das Beiras, uma Coimbra cidade do conhecimento com uma economia vibrante, com uma produção cultural rica e diversificada, um espaço atractivo para educar e criar os filhos, um território solidário, saudável e cosmopolita, gerido com inteligência e respeito pelo meio ambiente... Chegada a hora de dar o meu contributo a um projecto credível para alcançar esse sonho, participando numa lista feita de homens e de mulheres dispostos a dar-se como eu pela sua terra, aceitei o repto com naturalidade e cheio de entusiasmo, começando por coordenar a construção do Programa Eleitoral da coligação.

Desde essa primeira hora, encarei a participação no projecto “Por Coimbra” – decidissem ou não os conimbricenses dar-lhe a vitória – como forma de servir os meus concidadãos, numa continuidade criativa com os oito anos anteriores, e apesar de já à época muitas nuvens pairarem sobre a economia portuguesa. Quiseram os eleitores que o projecto “Por Coimbra” vencesse a peleja eleitoral de Outubro de 2009 e, por isso, assumi, a 5 de Novembro, o lugar de Vereador na Câmara Municipal de Coimbra, preparado para um mandato de quatro anos a trabalhar com afinco nas funções que me fossem confiadas pela Câmara e pelo seu Presidente. Assim fiz durante o ano que entretanto decorreu.

Por razões que são do conhecimento público, o cabeça de lista “Por Coimbra” renunciou, na sexta-feira passada, ao seu mandato, entendendo não estar mais em condições para assegurar a liderança de que Coimbra precisa neste tempo. Cumprindo as regras da democracia local que o nosso Estado de Direito estabelece para situações como esta, compete ao que vai a seguir na lista agarrar no testemunho e seguir o caminho colectivo traçado no Programa sufragado pelo povo. Como todos sabem, esta hipótese está sempre em aberto, na nossa democracia, e quem ocupa os lugares seguintes de uma lista autárquica não ignora que tem de estar, a todo o momento, pronto para assumir outras responsabilidades. Assim, no estrito respeito pelas regras, é, neste momento, a mim que passa a caber a missão de liderar a Câmara, procurando honrar o trabalho dos que me antecederam e tendo, naturalmente, a ambição de, a bem de Coimbra, fazer ainda melhor!

Servir o Município no exercício da função de Presidente da sua Câmara foi coisa para a qual a minha vida profissional, académica e associativa me foi aprontando e que imaginei que pudesse acontecer um pouco mais adiante. No entanto, o destino coloca-nos por vezes desafios inesperados e convida-nos a ousar! Digo, portanto, “presente!” neste momento, porque acredito que estou preparado para exercer a função. Digo “sim”, com muita convicção e confiança, também porque conto com a inspiração, a responsabilidade e a capacidade de trabalho dos que, no Executivo e nos serviços camarários, comigo se vão abalançar à tarefa de gerir Coimbra em período economicamente tão difícil para todo o País e num contexto político nacional tão estupidamente bloqueador do potencial da nossa cidade.

Não deixará certamente de aparecer quem nos acuse de falta “legitimidade”, de falta de experiência, de falta de preparação, de falta de tudo e mais alguma coisa. A todos os que o fizerem exprimindo naturais interrogações quanto à capacidade desta equipa, cumpre-nos responder com trabalho, com energia e, claro, com resultados.

Os próximos anos não vão ser fáceis! No entanto, se é verdade que uma cidade precisa de “bom governo” em tempo de abundância, de muitos investimentos e grandes realizações, é nos tempos de maior aflição, em que os recursos escasseiam, a economia se retrai e a esperança do povo esmorece, que o “bom governo” da cidade se torna ainda mais decisivo. Ora, estamos a entrar num período assim e vamos ter todos (famílias, empresas, autarquias e Estado) de mudar de vida, ajustando o que desejamos ao que podemos, com a preocupação de não ultrapassar o que é geracionalmente sustentável. Em tempos assim, uma cidade como Coimbra, com tanto potencial económico ainda por explorar, com tanta força científica e cultural ainda por mobilizar, com tanta energia criativa e empreendedora ainda adormecida pode “dar o salto” e iluminar o caminho para toda uma Região. Vai ser um grande desafio batalhar para o conseguir mas o Município de Coimbra e a Região podem contar com a nossa equipa!”

Intervenção do Sr. Vereador Álvaro Maia Seco

1. Renúncia do Dr. Carlos Encarnação

O Sr. Vereador disse que não poderia deixar de fazer um comentário à renúncia do Dr. Carlos Encarnação, que, para si, não foi surpresa. Aliás, foi o resultado da crónica de uma saída anunciada. Assim, entende que era óbvio, para as pessoas mais bem informadas, desde há 15, 16 meses a esta parte, que o Dr. Encarnação não tinha intenção de completar o seu mandato. Daí não ser surpresa. Já, pelo contrário, a argumentação utilizada lhe parece surpreendente. Portanto, e pelas razões que passará a expor, não pode lamentar esta saída. Apenas lamenta que não tenha ocorrido há 15 meses atrás. Porque para si era óbvio que o momento correcto para a saída do Dr. Carlos Encarnação era o final do seu segundo mandato. Entende que ele fez um primeiro mandato interessante mas o segundo foi claramente em perda, de uma forma quase penosa.

Quando há 18 meses decidiu aceitar o convite do Partido Socialista para se candidatar, fê-lo por considerar que tinha algo a oferecer mas sobretudo por achar que o Dr. Encarnação já tinha dado a Coimbra o que tinha a dar. Se na altura entendesse que ele ainda era o Presidente de que Coimbra precisava nunca teria aceitado o desafio. Agora o que lhe custa aceitar é que tenha havido aqui um cálculo político que levou ao engano a grande maioria dos eleitores, que acreditaram que ele levaria o mandato até ao fim. Assim, entende que Coimbra teve, durante 14 meses, um Presidente contrariado, enfadado e apenas preocupado em fazer o balanço dos nove anos anteriores. Aliás, há duas semanas, quando apelou neste mesmo fórum ao Dr. Carlos Encarnação para que ajudasse a resolver um projecto fundamental para Coimbra e que por culpa clara do Governo está muito mal encaminhado, a resposta deste foi um enfadado “eu já dei para esse peditório”. Assim, e sem nenhum desrespeito para com o novo Presidente, agora fica claro por que é que o Eng.º João Rebelo não integrou a lista candidata da Coligação: porque esta substituição estava anunciada e o Sr. Vereador imagina que o Eng.º João Rebelo não terá aceitado deixar de ser o n.º 2 e passar a ser o n.º 3.

Feitos estes considerandos, declarou que o Dr. Barbosa de Melo tem uma legitimidade formal inatacável de aceitar o lugar de Presidente da Câmara Municipal de Coimbra. No entanto, essa legitimidade, ao nível político e democrático, é muito débil, seria mais forte se há um ano atrás ficasse claro para os eleitores que o Dr. Carlos Encarnação poderia não completar o mandato. Se de facto é verdade que, como disse o Sr. Presidente há pouco, o nosso sistema eleitoral se baseia numa lista, não é menos verdade que cada vez mais – e a seu ver ainda bem – o sistema eleitoral autárquico é um sistema presidencialista. As pessoas votam ou deixam de votar no candidato a presidente da Câmara Municipal. Nesse sentido, considera que o Sr. Presidente tem apenas uma pequeníssima janela de oportunidade para fortalecer essa legitimidade democrática e afirmou que o PS está disponível para, a bem de Coimbra e desde que o Sr. Presidente mostre esse desejo, ajudar a procurar ultrapassar as muitas dificuldades por que vai passar em resultado da sua posição não legitimada eleitoralmente.

E terminou aproveitando para lançar o mesmo repto que há duas semanas lançou ao Dr. Carlos Encarnação a propósito do Metro Mondego, esperando uma resposta diferente da então obtida, uma resposta que assuma definitivamente a capitalidade de Coimbra e crie consensos. Se o Sr. Presidente for capaz disto, contará da parte do PS com uma oposição sempre leal, construtiva mas frontal. O Sr. Vereador Álvaro Maia Seco afirmou, por último, esperar, para o bem de Coimbra, que o Sr. Presidente não desiluda aqueles que não votaram nele, e que foram todos os conimbricenses.

Intervenção do Sr. Vereador Francisco Queirós

1. Saudações ao novo elenco camarário

O Sr. Vereador deu início à sua intervenção saudando o novo Presidente, a nova Vice-presidente e o novo vereador que assumem hoje funções. E repetiu, em nome da CDU, o que disse na primeira reunião de câmara, em Novembro de 2009: que podem contar com ele, enquanto vereador, para trabalhar por este concelho, com a clara noção que votará contra ou a favor sempre que o tiver de fazer, ou seja, em obediência ao programa com que se apresentou nas eleições e em obediência aos seus princípios, sempre com a noção do dever de servir Coimbra e os seus municípios.

2. Renúncia do Dr. Carlos Encarnação

Relativamente a este assunto, disse estar completamente à vontade com esta alteração no elenco camarário, já que, ao contrário do Sr. Vereador Álvaro Maia Seco, não tem uma visão presidencialista dos mandatos autárquicos, muito pelo contrário: critica o facto da legislação, nos últimos anos, ter caminhado no sentido do presidencialismo dos mandatos autárquicos. A seu ver, é o trabalho colectivo de uma câmara municipal que deve ser valorizado, o trabalho de equipa de todos os vereadores e que, infelizmente, o legislador tem menosprezado.

3. Concerto de Natal da Filarmónica do Planalto

Manifestou a sua grande satisfação pela realização, no dia 16 de Dezembro, do Concerto de Natal promovido pela Associação Escola de Música do Planalto no Salão Nobre da Câmara Municipal. O Sr. Vereador sublinhou que a presença de músicos oriundos dos bairros municipais do Planalto a actuarem no Salão Nobre da Câmara se reveste de grande simbolismo: o acesso à cultura, à execução e fruição da música pelos habitantes de bairros sociais na sala do poder local demonstra que é possível construir uma democracia plena.

Agradeceu a presença da Sra. Vereadora da Cultura e do então Vice-presidente da Autarquia.

4. Problemas sociais

Transmitiu votos de boas festas a todos os vereadores e manifestou mais uma vez grande preocupação com o agravamento das questões sociais no concelho. Lamentou que nesta época natalícia, em período de grave crise, alguns cinicamente, promovam acções caritativas, quando não podem deixar de ser responsabilizados pelas graves condições de vida dos portugueses: a distribuição de cobertores aos pobres, promovida recentemente pela Comissão Concelhia do PS de Coimbra, é uma falta de respeito perante quem sofre as consequências das políticas deste e de outros governos.

Intervenção do Sr. Vereador Luís Providência

1. Saudações ao novo elenco camarário

O Sr. Vereador começou por saudar o novo vereador, desejando-lhe o maior sucesso no desempenho destas novas funções e predisponibilizando-se para o ajudar no que pudesse. Felicitou igualmente a nova Vice-presidente e o novo Presidente, reafirmando que podem contar com ele para, em prol de Coimbra, desenvolver o melhor trabalho possível.

2. Renúncia do Dr. Carlos Encarnação

A propósito do assunto em epígrafe, o Sr. Vereador proferiu a seguinte intervenção:

“Dr. Carlos Encarnação e Coimbra, A Revolução do Desporto – as palavras necessárias

A renúncia do Dr. Carlos Encarnação à Presidência da Câmara Municipal de Coimbra, vinha sendo anunciada, pelo próprio, pelo menos desde o dia 4 de Julho de 2010. No Dia da Cidade, o discurso que então proferiu, simbolicamente no mesmo local onde se lançou para três absolutas conquistas da cidade de Coimbra e dos conimbricenses, assumiu o tempo de “dar lugar aos novos” e de “preparar o devir”.

Verdadeiramente, para que diga, apenas, as palavras necessárias, não entrarei em elogios fáceis ou efémeros, que o próprio, estou certo, não apreciaria. Antes prefiro declarar, com orgulho, ter podido participar da Revolução do Desporto que o Dr. Encarnação levou avante, por Coimbra.

A visão de um Homem sobre o Desporto e as formas de lhe garantir o acesso de forma ampla por todos os cidadãos, fez de Coimbra uma cidade melhor.

Os complexos de piscinas e pavilhão multidesportos Dr. Mário Mexia, cuja construção foi fruto de compensações ao empreendimento do Eurostadium, foram estrategicamente disseminados no território, e vieram abrir um novo mundo de oportunidades à nossa cidade, aos seus clubes e desportistas, aos cidadãos e, em particular, a faixas da população até então com poucas possibilidades de acesso á prática de actividade física, em condições de grande qualidade. De referir, ainda, que a construção do Complexo Olímpico de Piscinas, na requalificação da Praça Heróis do Ultramar, significou dotar Coimbra do melhor complexo de piscinas nacional, como tem sido amplamente reconhecido por todos os agentes directamente ligados à prática da natação. Este complexo serve de forma exemplar os nadadores de Coimbra, mas também nadadores do alto rendimento nacional e estrangeiro. Já o Pavilhão Multidesportos, garantiu o ressurgimento de modalidades tradicionais da cidade de Coimbra, a níveis competitivos que já não aconteciam há cerca de uma década, garantindo ainda a realização de múltiplos eventos nacionais e internacionais, em que se incluem Campeonatos do Mundo e da Europa, da ginástica ao kickboxing. Foi ainda iniciado um plano para estabelecer uma rede de campos polidesportivos, que hoje servem os conimbricenses desde Casais de Vera Cruz, na Lamasosa, aos de S. Martinho d'Árvore, passando pela Cruz Quebrada, Almalaguês, Antanol, Pedrulha, Cova do Ouro ou Vale do Rosal, em Santa Clara.

A requalificação do Estádio Cidade de Coimbra, garantiu a participação da cidade na organização do Euro 2004 e dotou Coimbra e a Académica de um equipamento de reconhecida qualidade, que tem servido amiúde, também, a Selecção

Nacional de Futebol. A construção do Estádio Municipal Sérgio Conceição veio dar resposta a modalidades de referência na cidade, e recebeu competições nacionais e internacionais de rãguebi incluindo jogos da Selecção Nacional. A requalificação dos campos de futebol do concelho, convertendo pelados em relvados, veio significar uma alteração qualitativa assinalável e, quantitativa ímpar no território nacional, quando avaliado o número de campos beneficiados, fazendo-se já sentir o aumento da prática do futebol entre os mais novos.

Por tudo isto fica justificado o meu orgulho, em ter sido parte da equipa do Dr. Carlos Encarnação, assim como ver reconhecido pela Agência Lusa e Público.pt a este propósito, sobre o Dr. Encarnação, “É no sector desportivo que a sua acção mais se destacou”.

Terminarei, dizendo que a amizade que conquistei com o Dr. Carlos Encarnação ficará “até que a nossa força se esgote e a saúde o permita”.

3. Quinzena desportiva

Uma menção ao Rugby e ao Basquetebol da AAC, que na última jornada venceram os líderes dos respectivos campeonatos – Centro Desportivo Universitário de Lisboa (CDUL) e Futebol Clube do Porto. Já o Judo da AAC obteve a medalha de bronze nos campeonatos nacionais juniores. A natação da AAC regressa finalmente à 2.ª Divisão, após vencer o campeonato nacional da 3.ª Divisão.

Na passada sexta-feira o Sr. Vereador foi cumprir o último despacho do Dr. Carlos Encarnação: representá-lo a ele e à Câmara Municipal de Coimbra na sede do Comité Olímpico de Portugal, em Lisboa, altura em que a CMC recebeu, na cerimónia do 60º aniversário da Federação de Ginástica de Portugal, o título de sócio honorário, reconhecimento máximo atribuído por aquele organismo.

Intervenção do Sr. Vereador Rui Duarte

1. Saudações ao novo elenco camarário

O Sr. Vereador iniciou a sua intervenção saudando a dupla promoção do Sr. Vice-presidente, agora Presidente, e da Sra. Vereadora da Cultura, agora Vice-presidente, bem como desejando sucesso ao novo vereador que inicia hoje funções.

2. Renúncia do Dr. Carlos Encarnação

Disse que não poderia deixar de tecer um comentário à saída em debandada do presidente demissionário, que considera um profundo desrespeito para com a população de Coimbra e uma desqualificação e descredibilização da política local. Gestos de tacticismo político não são aconselháveis, numa democracia local ou nacional, a políticos com a idade do Dr. Carlos Encarnação, afirmou. Na sua opinião, este não pode desistir da missão que até agora tinha dito sempre que era para si uma prerrogativa enquanto cidadão, mais do que enquanto político. Por isso, sente-se enganado enquanto cidadão e entende que recredibilizar este Executivo vai ser uma tarefa titânica que requererá o esforço concertado de todos os seus membros.

Deixou uma última nota ao Sr. Vereador Francisco Queirós, acusando-o de inconsistência ideológica e de não interpretar convenientemente os ensinamentos de Lenine. Considera inacreditável que este contorne a situação escudando-se na defesa do colectivo, na condenação de um sistema presidencialista, não tendo uma palavra assertiva sobre uma questão em que também tem parte activa. A semântica subjectiva do vereador da CDU, abordando as questões com pezinhos de lã, impede-o de identificar as circunstâncias mais graves do que é hoje o governo de Coimbra mas esta atitude não o surpreende, é aliás bastante coerente com o que já dele conhece. Terminou dizendo que se o Sr. Vereador Francisco Queirós sistematicamente apela à honestidade política do Governo da República e do governo da cidade, deveria, no mínimo, usar da mesma honestidade política.

3. Proposta de reabertura de todas as sessões de câmara à comunicação social

O Sr. Vereador apresentou uma proposta de reabertura de todas as reuniões do Executivo à Comunicação Social, que adiante se transcreverá.

Intervenção da Sra. Vereadora Maria João Castelo-Branco

1. Renúncia do Dr. Carlos Encarnação

Nesta hora, e compreendendo todas as razões que levaram o presidente demissionário a esta decisão, não pode deixar de expressar a sua imensa gratidão. Se se orgulha das funções que desempenha neste Executivo, não o deve apenas aos cidadãos de Coimbra que a elegeram mas também ao convite, ao desafio e à confiança que o Dr. Carlos Encarnação nela depositou. Foi um privilégio especialíssimo trabalhar para e com o Dr. Carlos Encarnação, pelo que jamais olvidará o conhecimento que teve de um Presidente de Câmara generoso, a tudo atento, solícito a todos, sempre preocupado em ser justo, a todos dirigindo palavras amáveis, de incentivo, cultivando sempre a serenidade e a

tranquilidade, mesmo nos momentos de maior agitação. As qualidades políticas e pessoais do Dr. Carlos Encarnação são, no seu entendimento, inúmeras, não estando as suas palavras à altura de as enumerar. Coimbra soube avaliar, em três sufrágios eleitorais consecutivos, com uma maioria de votação expressiva, o mérito, o valor, o humanismo da pessoa do Dr. Carlos Encarnação, a quem deseja as maiores felicidades.

2. Saudações ao novo elenco camarário

Ao novo Presidente da Câmara Municipal de Coimbra quis transmitir o conforto, a tranquilidade e a confiança que a sua competência, as suas capacidades e as suas qualidades intelectuais, académicas, profissionais e pessoais seguramente imprimirão à liderança deste Executivo. E acrescentou que o novo presidente poderá continuar a contar com o seu trabalho, dedicação, empenho e lealdade para servi-lo e, desse modo, continuar a servir Coimbra e os seus municípios.

Aproveitou a oportunidade para endereçar também à Sra. Vice-presidente e ao Sr. Vereador João Orvalho votos de excelente trabalho.

3. SIADAP 2009

A Sra. Vereadora informou que o SIADAP 2008 está definitivamente encerrado, como já transmitiu em Julho, e encerra-se hoje o SIADAP 2009. Ao abrigo do artigo 47º, nºs 6 e 7 da Lei 12-A de 2008, de 27 de Fevereiro, os trabalhadores que atingiram os 10 créditos necessários serão reposicionados na posição imediatamente seguinte da tabela remuneratória, sendo esse pagamento resultante da opção gestonária a que se refere incluído no vencimento deste mês de Dezembro e com retroactivos a 1 de Janeiro de 2010. O mesmo vale para a opção gestonária ao abrigo do artigo 47º n.º 1 alínea a) – menção correspondente a dois excelentes; alínea b) três muito bons, ou seja, subirão um ponto na tabela remuneratória.

Também todos os prémios de desempenho serão pagos ainda este mês, anunciou.

4. Proposta de reabertura de todas as sessões de câmara à comunicação social

A Sra. Vereadora afirmou que, como jurista, não poderia deixar sem resposta a proposta ora apresentada pelo Sr. Vereador Rui Duarte. Assim, muito a espanta o retomar deste assunto, visto que há já uma decisão do Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra que considerou absolutamente legal a deliberação de câmara que este Executivo tomou em Novembro de 2009, de aprovação do regimento actualmente em vigor. Essa deliberação em nada contende com os direitos e interesses legalmente protegidos dos vereadores, nem com o exercício de todas as competências políticas para que foram eleitos e está conforme a Lei 169/98, artigo 84º n.º 2. Nesse sentido, muito a espanta que os Srs. Vereadores do PS não queiram respeitar decisões dos tribunais, manifestando dessa forma que têm mau perder.

O Sr. Vereador Rui Duarte ripostou que não perguntou nada à Sra. Vereadora pelo que não agradece a resposta. Limitou-se a fazer uma proposta ao Executivo Camarário, que apenas deve ser apreciada e votada. Mas efectivamente há uma diferença que deve espantar a Sra. Vereadora e que tem a ver com os diferentes backgrounds de formação de ambos. Ele próprio, oriundo das Ciências Sociais, entende que vem de uma área mais sensível aos direitos da/à informação, uma área que não privilegia tanto os formalismos e não vê com bons olhos que o Governo da cidade esteja entregue a um conjunto de tecnocratas. Assim, a proposta que ora apresenta será sempre a posição do Partido Socialista onde quer que a Comunicação Social seja limitada, onde quer que o acesso à informação por parte dos cidadãos seja diminuído ou negado. Pouco lhe importa a decisão do tribunal que a Sra. Vereadora mencionou, já que não é mais do que um acto formal. Portanto, conclui que sobre tecnocracia percebe a Sra. Vereadora, sobre democracia percebe o Partido Socialista e os seus vereadores. A primeira está preocupada com regulamentos e formalismos da instituição, o segundo em transmitir a todo o momento aos municípios quais são as convicções do Governo da cidade.

Intervenção do Sr. Vereador Paulo Leitão

1. Saudações ao novo elenco camarário

O Sr. Vereador iniciou a sua intervenção saudando o novo vereador, Professor João Orvalho, e felicitando os Srs. Presidente e Vice-presidente pelas novas funções.

2. Renúncia do Dr. Carlos Encarnação

O Sr. Vereador afirmou que é com alguma mágoa que ouve agora algumas afirmações sobre a pessoa do Dr. Carlos Encarnação e sobre a obra, o legado que ele deixou ao Executivo e à cidade. Na sua opinião, não é comum um Presidente de Câmara sair e apontar de forma tão peremptória o motivo da sua saída. Assim, e tendo em conta as intervenções dos vereadores do PS, entende que desacreditar esta posição do Dr. Carlos Encarnação é uma forma pouco inteligente de defender o projecto do Metro Mondego.

Quanto à questão da legitimidade, recordou que não ouviu o PS evocar tal argumento aquando da saída do Dr. Jorge Sampaio da Câmara de Lisboa e respectiva substituição pelo Dr. João Soares, bem como a saída de Fernando Gomes da Câmara do Porto, substituído pelo Eng.º Nuno Cardoso. Considera que estas são situações que já aconteceram no passado e por isso é que estão previstas na Lei.

3. Proposta de reabertura de todas as sessões de câmara à comunicação social

Relativamente a este assunto, disse que, no âmbito da Lei, só conhece os conceitos de reuniões públicas e não públicas, pelo que entende que o Sr. Vereador Rui Duarte deveria corrigir a sua proposta porque as reuniões ou são públicas para todos – jornalistas e público em geral, ou são privadas. Uma proposta dirigida apenas a jornalistas não lhe parece ter qualquer cabimento. De qualquer forma, e falando em nome da bancada da Coligação, a votação foi bem clara da primeira vez e não pensa que vá ser o novo vereador a alterar esse sentido de voto numa hipotética segunda proposta.

Intervenção do Sr. Vereador António Vilhena

1. Saudações ao novo elenco camarário

O Sr. Vereador iniciou a sua intervenção saudando o novo vereador, Professor João Orvalho, dizendo-lhe que, de acordo com o que tem sido o seu desempenho profissional nos diferentes cargos que tem exercido e o sentido de responsabilidade que lhe reconhece, espera que ele traga para a Câmara essa mais-valia, em prol dos munícipes de Coimbra.

Afirmou ter muita dificuldade em dar os parabéns ao novo Presidente porque preferiria dar-lhos com legitimidade democrática e não lhe parece que seja o caso. Assim, entende que o novo Presidente está cativo dessa ilegitimidade democrática nos próximos três anos e estará constantemente a ser escrutinado não só pela oposição do PS mas sobretudo pelos munícipes de Coimbra.

Felicitou igualmente a nova Vice-presidente mas não pôde deixar de lamentar que a Vice-presidência de uma Câmara Municipal como a de Coimbra seja ocupada a meio tempo. Considera uma pena que o Sr. Presidente não tenha conseguido ajustar o cargo a um regime de tempo inteiro. Não imagina um secretário de Estado ou um ministro a meio tempo e acha mesmo que é caso único no país a vice-presidência de uma Autarquia ser ocupada por uma vereadora em regime de meio tempo. O Município de Coimbra, pela importância e dimensão que tem, merecia mais, afirmou.

2. Distinção de Luís Providência pelos hoteleiros de Coimbra

Dirigindo-se ao Sr. Vereador Luís Providência, lembrou que ele foi esta semana distinguido pelos hoteleiros da cidade, pelo seu contributo e incentivo ao turismo em Coimbra. Por esse motivo, não pode deixar de lhe dar os parabéns, até porque acha que é um reconhecimento público merecido.

3. Falecimento de Carlos Pinto Coelho

O Sr. Vereador deixou um voto de pesar pelo falecimento do jornalista Carlos Pinto Coelho, um mentor das Letras deste país, um homem que verdadeiramente amou os artistas de uma maneira transversal. Na sua opinião, ele foi um ministro ou um secretário de Estado sem pasta, sempre presente e sensível aos criadores portugueses.

4. Polícia Municipal

Questionou se está neste momento a decorrer um concurso para Coordenador da Polícia Municipal e em que termos.

A Sra. Vereadora Maria João Castelo-Branco respondeu ao Sr. Vereador António Vilhena, disse que efectivamente existe uma abertura de um procedimento concursal para provimento do cargo de Coordenador Técnico de Fiscalização Geral, e não para nenhum cargo de coordenador técnico da Polícia Municipal, como foi perguntado. Foi aprovado por unanimidade pela Assembleia Municipal, publicado em Diário da República e terminou, a 10 de Dezembro, o prazo de entrega das candidaturas.

5. Proposta de atribuição da medalha da cidade a Sansão Coelho

O Sr. Vereador evocou o jornalista Sansão Coelho, amigo de longa data, uma referência nacional da rádio e da televisão portuguesas, representante de uma competentíssima geração de profissionais da comunicação social, que dignificou a marca “Coimbra” como ninguém e cujas qualidades pessoais e profissionais ímpares o levam hoje a apresentar uma proposta de atribuição da Medalha da Cidade, que adiante se transcreverá.

Intervenção do Sr. Vereador João Orvalho

O Sr. Vereador começou por cumprimentar os presentes, agradecendo todas as gentis palavras de felicitação recebidas. Declarou esperar poder corresponder às expectativas que sobre ele ora recaem. Quis igualmente deixar uma nota aos valiosos serviços prestados pelo Dr. Carlos Encarnação à cidade de Coimbra e à região, expressando um grande agradecimento e desejando-lhe as maiores felicidades. Estendeu os votos de felicidades no exercício das novas funções ao Sr. Presidente e à Sra. Vice-presidente.

Desejou estar à altura da missão que ora lhe foi confiada e garantiu que tudo fará, o melhor que souber e puder.

O Sr. **Vereador Francisco Queirós** solicitou novamente a palavra para defesa da honra, embora na verdade tenha dúvidas se esta foi atingida pelas palavras do Sr. Vereador Rui Duarte. Assim, por um lado, regista com agrado o facto do Sr. Vereador Rui Duarte ler Vladimir Lenine nesta altura para perceber melhor a realidade. Por outro, nunca imaginou que, com a sua estrutura óssea, alguém o acusasse algum dia de ter pezinhos de lã!

O Sr. **Vereador Álvaro Maia Seco** interveio novamente para cumprimentar publicamente o novo vereador e desejar-lhe um bom trabalho, assim como ao novo Presidente e à nova Vice-presidente.

Em resposta ao Sr. Vereador Paulo Leitão, não considera que a sua opinião demonstre qualquer tipo de ingratidão para com o Dr. Carlos Encarnação. Aliás, entende que se o Dr. Encarnação fosse presidente da Câmara do partido que está no Governo, a renúncia poderia ter um significado simbólico extremamente relevante. Agora sendo o Dr. Encarnação um presidente de Câmara do PSD, confessa não perceber a relevância política desta tomada de posição. Acha mesmo que se se perguntar à presidente da Câmara de Miranda do Corvo se era esta a posição que ele devia tomar imagina que a resposta seja negativa.

Por último, ironizou confessando que nunca se tinha apercebido do amor que o Dr. Carlos Encarnação tinha pelo projecto do Metro Mondego.

Intervenção do Sr. Vereador Carlos Cidade

1. Saudações ao novo elenco camarário

O Sr. Vereador deu as boas vindas ao Professor João Orvalho e desejou-lhe as maiores felicidades no exercício das suas novas funções, que crê serem um alívio para a Sra. Vereadora Maria João Castelo-Branco.

2. Renúncia do Dr. Carlos Encarnação

Prosseguiu, considerando, no mínimo, estranho que o Dr. Carlos Encarnação não esteja hoje nesta reunião, junto dos pares que o acompanharam desde a tomada de posse. Acrescentou que não se iria alongar em demasia sobre esta atitude porque já teve oportunidade de manifestar a sua opinião. As palavras necessárias correspondem, neste caso a actos desnecessários, já que não admira quem evoca a cidade e os conimbricenses, quem os exorta e por eles é exortado a não desistir, a não aceitar o que possa beliscar Coimbra, e depois age desta forma. O Dr. Carlos Encarnação fez isto mesmo, num discurso sob juramento político, aquando da tomada de posse. E os argumentos que evoca para a renúncia são, na sua opinião, hipócritas, pelo que o juramento que fez não tem correspondência com a atitude que tomou.

Dirigindo-se ao novo Presidente, disse que não admira quem está à espera de passadeiras vermelhas para chegar ao poder com esta facilidade. E lembrou o que tem ouvido na opinião pública em geral e em importantes quadrantes do PSD em particular: que as pessoas votaram Carlos Encarnação e não na Coligação e muito menos no Dr. João Paulo, como doravante passará a chamá-lo. Portanto, a única coisa que lhe pode desejar é sorte, e vai precisar de muita, sentenciou.

3. Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Coimbra

Relembrou o compromisso de pagamento, durante este ano, de um subsídio no valor de 40 mil euros. Nesta altura foi paga metade e estamos no final do ano, alertou. Pela conversa estabelecida entre a direcção da AHBVC e a Autarquia ficou claro que aquela quantia era essencial para sobrevivência da Associação, pelo que apelou ao pagamento da segunda tranche deste subsídio até ao final do ano.

O Sr. **Presidente** respondeu que esse valor em falta está no plano de pagamentos do mês de Dezembro, o que significa que será pago até ao final do mês.

Intervenção da Sra. Vice-presidente

1. Renúncia do Dr. Carlos Encarnação

A Sra. Vice-presidente disse que, antes de mais, não poderia deixar de evocar a figura do Dr. Carlos Encarnação e lembrar a confiança que nela depositou aquando do convite que lhe formulou no Verão de 2009. Assim, ressaltará as

suas qualidades notáveis de político, de homem de cultura, de homem que honra e prestigia Coimbra. Com ele e com a sua equipa – a quem deixou uma palavra de apreço muito especial – trabalhou quase diariamente nestes cerca de 14 meses, numa relação muito franca e cordial. Com o Dr. Carlos Encarnação conseguiu dignificar a Casa Museu Miguel Torga, dotar o Arquivo Municipal de Coimbra de uma sala de leitura condigna que agora se enche diariamente de leitores, dotar a Casa Municipal da Cultura de uma excelente sala de audiovisuais, de uma hemeroteca e alargar as salas de leitura. Com o Dr. Carlos Encarnação na presidência da Câmara Municipal de Coimbra cumpriu-se integralmente, com uma qualidade inatacável – são os críticos que o dizem – o Programa do I Centenário da República e do Chiado. Com ele organizou dois colóquios em que se empenhou pessoalmente, convidando grandes figuras da nossa Cultura e da Política, sem olhar a cores políticas, a interesses partidários. Incentivou as parcerias que a Sra. Vice-presidente lhe apresentou, algumas feitas pela primeira vez: com a Fundação Bissaya Barreto, com a Brigada Ligeira de Intervenção ou com a Universidade de Coimbra (esta última já existente mas reforçada), com escolas e associações do concelho e até com a GNR, que comemorou o seu centenário no ano que ora finda. Por isto e por tudo o que entende ser pequena para expressar condignamente, deixou um sentido obrigada ao Dr. Carlos Encarnação.

2. Saudações ao novo elenco camarário

Cumprimentou o Sr. Dr. João Paulo Barbosa de Melo que, segundo o sistema autárquico eleitoral vigente, é com toda a legitimidade o novo Presidente da Câmara Municipal de Coimbra. Desejou-lhe as maiores felicidades e afirmou que este contará sempre com a sua colaboração incondicional. Cumprimentou ainda o novo Vereador, João Orvalho, regozijando-se por se tratar de alguém ligado às novas tecnologias, algo que ela própria confessou não dominar minimamente.

3. Prémios da Associação Portuguesa de Museologia

No passado dia 13 de Dezembro, Coimbra foi “atacada” verbalmente em Lisboa e surgiu o termo “lobby de Coimbra”, que a deixa satisfeítíssima. Isto porque nessa data, uma das primeiras filas do belíssimo auditório da Fundação Oriente esteve preenchida exclusivamente com o tal “lobby de Coimbra”, do qual faziam parte o Director Regional da Cultura, o Director do Convento de Santa Clara-a-Velha, ela própria, entre outros. Assim, Coimbra arrebata, dos 17 prémios a concurso da Associação Portuguesa de Museologia, 4 prémios e duas menções honrosas. Naturalmente que ter o melhor mosteiro, o melhor serviço museográfico para o Convento de Santa Clara-a-Nova, o melhor catálogo (o da Colecção Tello de Morais) e ainda menções honrosas e prémios para o Museu da Ciência da Universidade de Coimbra só a pode envaidecer. Não se trata, pois, de um lobby mas sim do reconhecimento de trabalho de grande qualidade.

4. Entrega de chaves à Bonifrates

A Sra. Vice-presidente destacou ainda a entrega, hoje, das chaves da Casa Municipal da Cultura à Companhia de Teatro Bonifrates, que ali está sedeada e que há 10 anos reclamava uma chave do local. E foi simples dar a chave, tornar dignos os acessos, mandar pintar e refazer o chão, colocar videovigilância e responsabilizar os utilizadores. Uma coisa tão fácil mas que demorou 10 anos a acontecer, frisou. Ao contrário do que muitos pensavam, a companhia não queria novas instalações, apenas reclamava a dignificação das que já tem e a autonomia na utilização das instalações.

5. Entrega da Medalha de Mérito Cultural ao GFPCUC

Informou que foi entregue, no passado dia 16, a Medalha de Mérito Cultural ao Grupo Folclórico da Casa do Pessoal da Universidade de Coimbra.

6. Concerto de Natal da Filarmónica do Planalto

No mesmo dia, assistiu a um espectáculo cultural de grande pendor democrático: o concerto de Natal da Filarmónica do Planalto, que teve lugar no Salão Nobre dos Paços do Município. Gente humilde, muitos deles com certeza que nunca entraram nesta casa, e que aqui estiveram a provar, sem qualquer tipo de sentimento de inferioridade, que esta casa é de todos e todos representa. Por este evento, deu os parabéns ao Sr. Vereador Francisco Queirós.

7. Festa de Natal da Câmara Municipal de Coimbra

Felicitou a direcção da Casa do Pessoal da CMC pela magnífica festa de Natal que proporcionou aos filhos dos funcionários, no passado dia 18, no Pavilhão Centro de Portugal.

8. Medalha de Ouro da Cidade a Sansão Coelho

Associou-se à proposta do Sr. Vereador António Vilhena acima indicada. Sansão Coelho é sócio honorário do Rotary Club de Coimbra, que também já o homenageou e do qual a Sra. Vice-presidente faz parte.

9. Falecimento de Carlos Pinto Coelho

Era um homem que não necessita das palavras da Sra. Vice-presidente: impunha-se naturalmente pela sua cultura, pelo seu cavalheirismo, pela sua liberdade de pensamento. Um homem cuja vida parou cedo demais, concluiu.

10. Funcionário da CMC no quadro de árbitros da FIFA

Congratulou-se com o facto de Nuno Bogalho, conimbricense, funcionário da CMC, ter entrado para o quadro de árbitros da FIFA, na vertente de futsal.

11. Vice-presidente a meio tempo

Em resposta à objecção colocada pelo Sr. Vereador António Vilhena, pelo facto de assumir a Vice-presidência da Autarquia a meio tempo, disse que desde que, há 14 meses atrás, assumiu o cargo de vereadora, nunca sentiu que estava a meio tempo, como nunca sentiu que deixasse de fazer fosse o que fosse por estar a meio tempo. Por brincadeira, até costuma dizer que está a tempo e meio e que com certeza às duas representantes do sexo feminino da Coligação basta-lhes meio tempo para fazer tempo inteiro!

12. Centro de Artes Visuais

Apelou a todas as forças políticas representadas na Autarquia a que unissem esforços para a ajudar a resolver o problema do Centro de Artes Visuais (CAV). Há 10 anos que o CAV luta com o problema do ar condicionado no Colégio das Artes e a Câmara tem de resolver esta questão definitivamente. Apelou ao Sr. Vereador Paulo Leitão que tivesse especial atenção a este caso. Existe ali uma colecção de 2.000 fotografias valiosíssimas e há que ter isso em conta.

O Sr. Vereador Luís Providência pediu novamente a palavra para, a propósito da proposta de atribuição da Medalha de Ouro da Cidade a Sansão Coelho, dizer que a secundava por lhe parecer justíssima e por entender que é uma homenagem que todos os conimbricenses deveriam prestar-lhe.

Antes de colocar à votação as propostas entretanto apresentadas, o Sr. **Presidente** agradeceu os votos de bom trabalho que lhe foram dirigidos a si próprio, à Sra. Vice-presidente e ao Sr. Vereador João Orvalho. Em resposta a algumas críticas também proferidas, afirmou estar ciente de que está sob escrutínio permanente – ele e todo o Executivo. Até porque quem escolhe o caminho político sabe que está sob escrutínio por isso é assim que se sente: não se sente à experiência, assumiu completa e totalmente as funções ora iniciadas mas sabe que estará sempre sob escrutínio.

Relativamente à proposta de reabertura de todas as reuniões à comunicação social, disse o que poderia ter dito há um ano atrás: este órgão é um órgão executivo e não deliberativo. A Lei estabelece que este órgão deve abrir as suas portas uma vez por mês a quem cá queira vir. Naturalmente que a Lei será cumprida mas entende que esta proposta não deveria ser votada hoje, já que na próxima reunião (dia 10 de Janeiro) virá à Câmara uma proposta de alterações ao Regimento das Reuniões de Câmara que incluirá certamente este ponto. Na sua opinião, esta proposta é extemporânea e por isso votará contra ela.

Sobre este assunto, o Sr. Vereador Luís Providência disse que não é a presença de jornalistas nas reuniões de Câmara que garante de alguma forma a lisura do processo democrático, como já teve oportunidade de transmitir a dois directores de jornais da cidade. E exemplificou com uma situação em que deu uma conferência de imprensa sobre determinado assunto e um dos jornalistas que lá esteve nem mencionou a sua presença. Aliás, estiveram dois jornalistas no local e quem tivesse lido a notícia acaso pensaria que se tratariam de dois acontecimentos diferentes, tais as diferenças. Portanto, não é a presença, por si só, de jornalistas nas reuniões que garantirá seja o que for. No entanto, também não pode concordar com o que tem acontecido nos últimos meses e que são conferências de imprensa mais ou menos privativas no final das reuniões de câmara. Das duas uma: ou se deixam entrar os jornalistas ou não os recebem a seguir para transmitir apenas aquilo que se quer, por quem assim o entender. Por outro lado, e visto ter a experiência do anterior mandato, houve na verdade situações lamentáveis em termos de comportamento de alguns jornalistas nesta sala no decurso das reuniões do Executivo. Assim, o que propõe é que se criem regras que dêem algum garante ao Executivo de que as reuniões continuarão a decorrer com tranquilidade e com dignidade, coisa que não aconteceu nalgumas sessões do mandato anterior. Se isso for assegurado com um regulamento, aprovado por todo o Executivo, regulamento esse que pode obrigar até o jornalista presente a relatar o que o vereador disse, desde que este último assim o entenda, sentir-se-á mais à vontade com a presença daqueles profissionais, porque haverá algum garante da representatividade das forças políticas que compõem a vereação.

Neste sentido, disse ao Sr. Vereador Rui Duarte que estaria disposto a votar o regresso da Comunicação Social às duas sessões mensais, desde que com regras previamente estabelecidas.

O Sr. **Vereador Rui Duarte** disse que não faria qualquer juízo de valor sobre a forma como a informação referente às reuniões de câmara é veiculada nos meios de comunicação social. Compreende a posição do Sr. Vereador Luís Providência, o único que até agora trouxe alguma substância a esta discussão, e concorda que podem estabelecer-se regras que regulem o regresso destes profissionais às reuniões do Executivo, opinou. E neste contexto propôs uma votação de princípio, que seria posteriormente complementada com a substância que os Srs. Vereadores entendessem introduzir, nomeadamente o tal regulamento de conduta.

O Sr. **Vereador Luís Providência** frisou, com algum pragmatismo, que era indiferente fazer-se esta votação hoje ou dia 10 de Janeiro, já que a próxima reunião é aberta ao público e, por conseguinte, a decisão nela tomada poderá conduzir à abertura aos jornalistas na sessão do dia 24 de Janeiro.

Nesta altura, o Sr. Presidente colocou à votação a seguinte proposta apresentada pelo Sr. **Vereador Rui Duarte**, que se transcreve:

“Abertura das duas reuniões mensais do Executivo Camarário aos Órgãos de Comunicação Social

Sendo o actual momento do executivo camarário marcado pela insólita demissão do, até então, presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Dr. Carlos Encarnação, cabe agora aos vereadores em funções relançar um novo ciclo de lideranças e um novo ciclo de iniciativa municipal que deve ter a sua própria interpretação sobre algumas decisões tomadas no passado. Neste sentido, os vereadores do Partido Socialista propõem que se revogue a decisão tomada pelo presidente demissionário, referente à limitação da presença dos órgãos de comunicação social nas reuniões de executivo camarário. Consideramos que, não apenas pelo período de incerteza que atravessamos, mas acima de tudo pelo princípio do direito à informação e preservação da democracia representativa, não podemos ignorar o dever da prestação de contas aos munícipes, em todos e cada momento.

Assim, e pela vontade de devolver aos munícipes o exemplo da transparência absoluta no dever das nossas funções como um reforço qualitativo da democracia local, propomos que o executivo vote nesta sessão a reabertura das portas à comunicação social em todas as reuniões do executivo camarário”.

Face ao exposto, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2296/2010 (20/12/2010):

- **Rejeitar a proposta do Sr. Vereador Rui Duarte acima transcrita.**

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor os Srs. Vereadores António Vilhena, Carlos Cidade, Rui Duarte e Francisco Queirós, absteve-se o Sr. Vereador Álvaro Maia Seco e votaram contra o Sr. Presidente, a Sra. Vice-presidente e os Srs. Vereadores Paulo Leitão, Luís Providência, Maria João Castelo-Branco e João Orvalho.

Antes de dar início ao período da ordem do dia o Sr. **Presidente** colocou ainda à votação a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Vereador António Vilhena, que se transcreve:

“**Sansão Coelho, Medalha de Ouro da cidade de Coimbra**

Quando a voz o denuncia as emoções atropelam-se no desfiladeiro, a memória traz as palavras que ao longo do tempo se precipitaram nos lugares e nas circunstâncias que nos ajudaram a crescer, quase sempre envoltos numa constelação de sons. Durante algumas dezenas de anos o seu timbre de voz foi uma paleta de aconchegos que embalou o sonho e o imaginário, misturando as palavras e a música. Interrogou quase todos os que espreitavam o difícil caminho da criatividade, da ousadia e da diferença. Acolheu no seu cumprimento afável cada um e, também, aqueles que o procuravam através das ondas da rádio. Quando um homem se transforma numa lenda viva pelo exercício da sua profissão, é porque se agigantou para além do dever. Podemos imaginar que a sua vida não terá sido sempre fácil, que os escolhos ocultos da sua profissão, também, o terão surpreendido... Mas Sansão Coelho teve a arte de procurar no oriente, onde nasce o Sol, as forças necessárias para vencer as trevas. Como homem de afectos, de lágrima fácil, de palavra justa e perfeita, de comunhão solidária e incondicional foi ocupando nas nossas vidas uma admiração invulgar. Quem não se lembra dos programas de rádio “Do choupal até à Lapa”, “Sabatina”, “Rodapé”, “Chá de Tília” ou, ainda, “A Criança”? Por estes programas passou o melhor da cidade de Coimbra e da sua região. Os principais representantes das diferentes áreas de expressão artística tiveram acolhimento e divulgação, porque Sansão Coelho foi um profissional atento e soube interpretar os sinais que lhe chegavam como uma oportunidade para espalhar a notícia.

Este homem de estatura média, discreto e simpático, cavalheiro e conhecedor da etiqueta, foi surpreendido pela idade. Agora que inicia um novo ciclo da sua vida é tempo de olharmos para o seu exemplo, para a sua invulgar dedicação a uma cidade onde também foi feliz. Sansão Coelho é uma personalidade única, ajudou a fazer a “polis”, a divulgar os poetas, os músicos, os artistas em geral. Abraçou causas de solidariedade, foi um filantropo mas, principalmente,

continua a praticar com sabedoria as experiências que a vida lhe proporcionou. Tem uma legião de amigos genuínos que não é possível quantificar, é um homem de consensos e de amizades profundas. Coimbra não lhe deve nada, mas a gratidão é um sopro da alma que enobrece os que se encontram na partilha da viagem. Foi assim durante algum tempo, Coimbra e Sansão Coelho atravessaram o prodígio de um tempo comum que os envolveu e completou. Por isso, penso interpretar o sentimento de quantos se reconhecem na personalidade distinta de Sansão Coelho e, por isso, proponho que lhe seja atribuída a Medalha de Ouro da cidade de Coimbra. Só a unanimidade interessa, porque Sansão Coelho é um homem magnânimo tocado pelos afectos da cidade.

Neste pequeno texto não cabe nem a admiração nem os adjectivos necessários para qualificarem tudo o que representa aquele que criou a Gala Internacional dos Pequenos Cantores da Figueira da Foz, em colaboração com a UNICEF, para a divulgação dos Direitos da Criança. A atribuição da Medalha de Ouro será um gesto da cidade de Coimbra que honra a sua própria história, e ao honrar os seus cidadãos sabe, com justiça e liberdade, que o legado às gerações vindouras é um pergaminho de valores que atravessará a memória colectiva. Nesta hora de júbilo e de comunhão com o insigne cidadão Sansão Coelho há palavras que não podem substituir a alegria partilhada. Os dias continuarão a escorrer, mas o que fica depois da luz é uma voz inconfundível, que parece trazida pelos deuses; essa voz que ilumina e nos concede a honra de conhecermos, investido na bondade de servir e inspirado pelo mundo das artes, um homem de carácter. Se cumprirmos o dever de sermos inteiros, estamos mais perto de sermos felizes.

Breve nota curricular:

Sansão Coelho, 61 anos, realizador na RTP, oriundo da antiga Emissora Nacional de Radiodifusão.

Início de actividade aos dezasseis anos em jornais regionais e no Rádio Clube Português na divulgação dos novos cantores da música portuguesa em particular na música de Coimbra.

A seguir uma colaboração assídua em publicações académicas (destaque para a Revista *Capa e Batina*). Passa, depois, a integrar a equipa do Centro Experimental de Rádio (actual Rádio Universidade de Coimbra). Cria a produtora “Presença Coimbrã”. Esta produtora colaborou com o antigo Rádio Clube Português, em concreto com as Produções de Fernando Santos e Ribas Martins, editou um semanário desportivo (“Centro Desportivo”) e veio a ser uma pioneira na área da publicidade e da comunicação empresarial na região Centro.

Serviço militar obrigatório como Foto-Cine. Locutor e realizador do programa militar “A Hora do Soldado” na Emissora Oficial de Angola. Uma vasta colaboração em rádios angolanas. Edita um disco-magazine com o título SINTONIA-A Vida em Programas.

Em 1976 é bolseiro do governo francês (formação em jornalismo audiovisual) no Instituto Nacional de França em Bry-sur-Marne, Paris. Trabalha e faz amizade com o jornalista Edouard Guibert que veio, posteriormente, dar formação em jornalismo na SIC e na RTP.

Fundador e director da Revista A SEBENTA.

Colaborou na Revista a A BRIOSA do departamento Cultural da AAC/OAF.

Foi responsável, durante vários anos pela Informação, e, também, pelo Departamento de Programas da RDP/Centro.

Criador da Gala Internacional dos Pequenos Cantores da Figueira da Foz, em colaboração com a Unicef, para a divulgação dos Direitos da Criança. Distinguido pela Unicef.

Divulgador em programas de rádio e televisão do Fado/Canção de Coimbra. Distinguido pela Associação Cultural “Coimbra Menina e Moça”.

Prémio “Turismoda” de “Melhor Apresentador de Espectáculos/anos 80”, devido à apresentação regular dos espectáculos internacionais do casino da Figueira.

Colaborou em vários jornais e revistas e foi durante trinta anos o delegado/correspondente do jornal A BOLA em Coimbra.

Licenciatura em Jornalismo e pós-graduado em Direito da Comunicação e em Estudos Portugueses Multidisciplinares.

Actualmente é docente do Instituto Superior Miguel Torga tendo colaborado, na docência, em anos recentes, como convidado, com a Escola Superior de Educação de Coimbra e com o Instituto Politécnico de Viseu.

...”Quarenta e cinco anos de emoções, mas de procura da razão e em permanente reflexão”

Alguns aspectos do meu admirado e querido amigo:

Alguns programas de rádio

-Do Choupal até à Lapa

-Sabatina

-Rodapé

-Chá de Tília

-A Criança

-Rádio Contacto (contacto Directo dos ouvintes)

Alguns Programas de televisão:

- “A Hora dos Talentos” aos domingos de manhã (infanto-juvenil)

-“Cantos e Contos” – dedicado ao Fado/canção de Coimbra e à cultura

-“Gala Internacional dos Pequenos Cantores da Figueira da Foz”

-Festival da Canção Portuguesa de Temática Histórica

- Passeio pela Arte
-Dois documentários sobre o Rio Mondego

Foi presidente do Rotary Club de Coimbra há dois anos; e vice-presidente, em dois mandatos, da Associação dos Antigos Estudantes da Universidade de Coimbra”.

Face ao exposto, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2297/2010 (20/12/2010):

- **Atribuir a Medalha de Ouro da Cidade ao jornalista Sansão Coelho.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

ORDEM DO DIA

PONTO I - ADMINISTRAÇÃO GERAL E RECURSOS HUMANOS

I.1. Acta da reunião da Câmara Municipal realizada no dia 6 de Dezembro

Deliberação nº 2298/2010 (20/12/2010):

- **Aprovada a acta da reunião do dia 06 de Dezembro de 2010, com as alterações introduzidas à respectiva minuta que havia sido previamente distribuída.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta. Não participaram na votação os Srs. Vereadores João Orvalho e Rui Duarte em virtude de não terem estado presente na reunião anterior.

I.2. Mapa de pessoal para o ano de 2011

Para este assunto foi apresentada a informação nº 47328, do Director do Departamento de Administração Geral e Recursos Humanos, de 15/12/2010, que suscitou as intervenções do Executivo que abaixo se resumem.

Sobre este assunto, a Sra. **Vereadora Maria João Castelo-Branco** disse que foi feito um esforço de racionalização em relação à política de emprego do Município, de acordo com uma política de rigor que deve ser adoptada face a agudização da conjuntura económica e social, que tem sido muito adversa. Considerou que a proposta apresentada havia sido muito bem elaborada, mostrando o reconhecimento pelo trabalho empenhado e muitíssimo minucioso feito pelo Director do Departamento de Administração Geral e de Recursos Humanos, bem como pela restante equipa e colaboradores da Divisão de Gestão e Formação de Recursos Humanos, e, naturalmente, pela superintendência, sempre presente, da Directora Municipal de Administração e Finanças. Em relação ao Mapa de Pessoal, afirmou que foi feito o que se pôde, e que se tentou que fossem planificadas as actividades de acordo com as necessidades das unidades orgânicas, quer em termos de postos de trabalho permanentes, quer temporários. Assegurou que houve preocupação em não haver aumento de despesa, limitando a admissão de novos trabalhadores. Assim, a política a adoptar é a de aproveitamento dos recursos disponíveis na Autarquia, fazendo uma gestão de activos ou uma mobilidade entre carreiras. Disse que seria cumprido o processo de reorganização dos serviços, em curso, sendo, portanto, natural que o Mapa de Pessoal seja revisto em 2011. Reiterou que a conjuntura era adversa, o que não permitia que as pretensões fossem além do que era proposto. Disse que havia áreas em que era necessário o reforço na dotação de recursos humanos, citando o exemplo do Serviço de Polícia Municipal, onde a Sra. Vereadora gostaria de aumentar o número de efectivos, do Gabinete Jurídico e de Contencioso, onde aumentaria o número de juristas, ou mesmo da Divisão de Gestão e Formação de Recursos Humanos, mas, neste momento, tal aspiração não era consentânea, nem possível, perante a política de diminuição de despesas do Município relativamente às questões de pessoal. Contudo, salientou a necessidade de um eventual reajuste destas questões no princípio do próximo ano. Acrescentou que, obviamente, se dará continuidade aos procedimentos concursais que já estão a decorrer, e que se encontravam explicitados na informação disponibilizada ao Executivo. Concluiu dizendo que este ajustamento na afectação de trabalhadores permitiu a redução de 18 postos de trabalho, diminuindo de um total de 1.491 efectivos no Mapa de Pessoal relativo a 2010 para 1.473 em 2011. Disse que esta diferença tinha a ver com processos de aposentação, um pedido de exoneração, alguns falecimentos e cessações de comissões de serviço e contratos. Assim, e considerando os processos de recrutamento mencionados, os encargos com as admissões ascendiam a € 197.886,73, enquanto as saídas definitivas de trabalhadores em 2010 traduziam-se numa economia de € 178.390,78. Mostrou-se disponível para prestar os esclarecimentos necessários, dizendo que o Mapa de Pessoal apresentado pretendia uma racionalização dos meios existentes, e visava responder as necessidades dos postos de trabalho mais prementes, num esforço de rigor e contenção.

O Sr. **Vereador Luís Providência** disse que se encontrava numa situação muito complexa em relação a este assunto. Lembrou que, aquando da apresentação dos resultados da Câmara Municipal, há um ano, foi referido, com pompa e

circunstância, que a Autarquia tinha reduzido o número de efectivos em 38 no ano de 2009, mas afirmou que, deste total, 36 eram funcionários do Departamento de Ambiente e Qualidade de Vida. Pela intervenção da Sra. Vereadora Maria João Castelo-Branco, este ano serão reduzidos 18 postos de trabalho no quadro de pessoal. A julgar pela lista que o Director de Departamento de Ambiente e Qualidade de Vida entregou ao Sr. Vereador Luís Providência, 16 pertenciam àquela unidade orgânica. Assegurou que tem alertado, desde 2008, para as sérias dificuldades que os vários serviços que tutela, nomeadamente o DAQV, estão a passar. Chamou a atenção para o facto do horário do cemitério ter sido reduzido, encerrando pelas 15h30, em virtude da falta de funcionários, alertando que, dentro de poucos dias, começaria a ser sentida a falta de condições para se efectuar a recolha de resíduos sólidos urbanos ou para garantir a limpeza mínima das ruas da cidade. Disse que era difícil aceitar que se poupasse em funções básicas de serviços que deveriam ser prestados pela Câmara Municipal. Acrescentou que também não era aceitável que tivesse participado de várias reuniões, para definir quais eram as necessidades de cada área, sendo-lhe transmitido que seria apresentado um quadro de pessoal para 2011, quando a proposta que veio ao Executivo era diferente. Disse que faria uma declaração de voto contra este Mapa de Pessoal, pois considera que o mesmo punha em risco uma série de serviços essenciais que a Autarquia deve prestar, incluindo serviços que se prendem com o cumprimento da legislação em vigor.

O Sr. **Vereador Francisco Queirós** recordou que o Mapa de Pessoal decorre da Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, adaptada à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, e, apesar de não ser esta legislação da responsabilidade da Autarquia, como é evidente, deixava os trabalhadores dependentes do orçamento anual de cada uma das unidades orgânicas, ficando a estabilidade destes mesmos trabalhadores dependente das tarefas de cada unidade. Considerou que era um mecanismo que tornava precária as relações laborais, desqualificando a função pública, bem como os funcionários, enquanto executantes da própria soberania do Estado, ao invés de promover a eficiência dos serviços, e o melhor desempenho dos trabalhadores, neste caso, os funcionários da Câmara Municipal. Apesar disso, o Sr. Vereador reconheceu que é preciso cumprir o legislado, mas afirmou que também faria declaração de voto, pois votaria contra por não concordar com o mecanismo em si.

O Sr. **Vereador Carlos Cidade** recordou que, na última reunião, já havia mencionado a necessidade da vinda desta proposta ao Executivo, mas parecia-lhe que a proposta não havia sido discutida prévia e convenientemente. Afirmou que, se estava na expectativa de poder abster-se em relação ao assunto, depois da intervenção do Sr. Vereador Luís Providência não poderia dizer o mesmo. Disse que a situação era preocupante, pois, ao verificar os concursos que têm sido aprovados, e ao ser feita uma avaliação da necessidade imperiosa face a estes concursos, em comparação ao que é serviço essencial que deva ser prestado pela Câmara Municipal, ponderou que havia uma atitude, no mínimo, muito duvidosa. Perante este cenário, opinou que era preciso salvaguardar primeiro o interesse público, em detrimento daqueles concursos em que, muitas das vezes, o Sr. Vereador não conseguia estimar a utilidade, e que muito tem questionado nas várias propostas que têm sido apresentadas. Assim, também votaria contra esta proposta de Mapa de Pessoal.

O Sr. **Vereador Álvaro Maia Seco** declarou que a sua posição era muito parecida com a do Sr. Vereador Carlos Cidade: vinha preparado para se abster neste processo, atendendo a que este era um instrumento de gestão corrente, responsabilizando essencialmente quem é encarregado por esta gestão. Mas, diante da intervenção do Sr. Vereador Luís Providência, quis chamar atenção para algo que tem reclamado diversas vezes, e que tem a ver com o deficit claro que a maioria tem tido em comparação com a oposição, relativamente aos principais instrumentos de gestão e planeamento da Câmara Municipal, por não promover o mínimo em termos de processos de consulta prévia. Não para que, necessariamente, estivessem todos de acordo, mas para que se procurasse, de forma construtiva, soluções mais consensuais e optimizadas. Apesar de, para o Sr. Vereador, a questão do Mapa de Pessoal não ser tão relevante quanto as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2011, salientou que o Executivo recebeu os documentos na passada quinta-feira, ao final da tarde, não lhe parecendo que fosse a forma mais adequada para deliberar sobre estas matérias. Declarou que esperaria para ver se com o novo Presidente os procedimentos mudariam ou não, mas confessou que, depois de ouvir as reservas apresentadas pelo Sr. Vereador Luís Providência, julgava ser pertinente que a votação da proposta fosse adiada para a próxima reunião, permitindo assim que todo o Executivo fosse esclarecido de uma forma mais adequada, ou também votaria contra o assunto.

A Sra. **Vereadora Maria João Castelo-Branco** repetiu que não se podia deixar de encarar o estado de agudização económico-social do país, em particular do Município. Era preciso ser consentâneo com a realidade: este Mapa de Pessoal não se podia desarticular das questões orçamentais. Assegurou que gostaria muito de responder às solicitações dos serviços, dotando-os de mais trabalhadores, ou dos trabalhadores necessários, para que as unidades orgânicas funcionem da melhor forma possível, mas não havia maneira de o fazer se o Orçamento não conseguia responder a novas admissões de pessoal. Referiu a intervenção do Sr. Vereador Carlos Cidade, a respeito dos procedimentos concursais que estão a decorrer, recordando que os mesmos foram abertos em 2010, mas já estavam previstos no último Mapa de Pessoal, e que muitos foram iniciados no próprio ano de 2009, continuaram a decorrer em 2010 e perdurarão em 2011. Disse que não era nenhuma novidade para o Executivo o facto da Sra. Vereadora não ter aberto nenhum concurso que não estivesse, efectivamente, previsto no anterior Mapa de Pessoal. Afirmou que gostaria de responder da forma que os serviços esperavam, mas repetiu que o Orçamento não o permitia. Aliás, a proposta apresentada ia de encontro à solicitação reiterada da Administração Central aos Municípios, na sua política de racionalização e contenção de despesa, em que

sistematicamente escrutinava, juntamente com o Tribunal de Contas, as aberturas de procedimentos concursais e admissões de pessoal. Declarou que era preciso que o Executivo fosse muito claro e coerente com aquilo que diz, não podendo ficar indiferente com a situação de agudização da economia e do esforço de contenção que está a ser feito na Administração Central, bem como na Local. Disse que era fácil ler a legislação e verificar para onde apontava o fluxo legislativo, que solicita uma contenção premente aos Municípios relativamente às admissões de pessoal. Acrescentou que muito faz a Câmara Municipal de Coimbra, pois provavelmente nem poderia ir tão longe como foi. Tornou a dizer que, de qualquer modo, não percebia as intenções de voto contra, ou a postura acutilante por parte dos Srs. Vereadores que estavam a votar contra, com excepção do Sr. Vereador Luís Providência, por entender que as razões dele eram atendíveis, pois também eram as da Sra. Vereadora, já que algumas Divisões por si tuteladas também necessitam de mais funcionários. Cabia à Sra. Vereadora fazer a gestão dos trabalhadores já contratados pela Autarquia, e agradecer e reconhecer o esforço redobrado que vai ter de ser feito pelos funcionários disponíveis para que o trabalho se mantenha normalizado. Frisou que gostaria de aumentar o número de efectivos da Polícia Municipal, principalmente da Fiscalização, de forma a gerar mais receitas para a Autarquia, mas tal não foi possível. Repetiu que gostaria de aumentar o número de juristas no Gabinete Jurídico e de Contencioso, no âmbito dos autos de contra-ordenação, para que também pudesse haver mais receitas. A Sra. Vereadora disse que isso só era possível com efectivos. Mostrou-se formalmente solidária com o Sr. Vereador Luís Providência, mas não percebia esta crispação geral. Referiu que a informação era bastante clara ao indicar que o Mapa de Pessoal para 2011 seria revisto no primeiro trimestre do próximo ano. Portanto, concluiu, era preciso ter paciência, alguma contenção, algum bom senso e algum juízo.

O Sr. **Vereador Paulo Leitão** disse que parte das suas perguntas já haviam sido respondidas pela Sra. Vereadora, mas solicitou que as explicações fossem mais aprofundadas, para que não restassem dúvidas. De acordo com o que lera na informação, bem como da intervenção da Sra. Vereadora, as necessidades de recrutamento prender-se-iam com procedimentos que estavam a decorrer, e não com novos, tendo a Sra. **Vereadora Maria João Castelo-Branco** respondido afirmativamente. O Sr. **Vereador Paulo Leitão** questionou se a necessidade de revisão do Mapa de Pessoal no primeiro trimestre era decorrente da reestruturação orgânica dos serviços, o que a Sra. **Vereadora Maria João Castelo-Branco** confirmou.

O Sr. **Vereador Carlos Cidade** disse à Sra. Vereadora que podia ter a certeza de que, se fosse sua obrigação gerir a pasta que lhe pertencia, naturalmente tomaria outras opções. Aliás, tem a consciência tranquila, pois as necessidades de recrutamento indicadas na informação obtiveram o voto contra dos vereadores socialistas, em tempo oportuno. Esta responsabilidade é da maioria, afirmou, acrescentando que não aceitava desculpas, pois colocaram as devidas reticências aquando da aprovação de alguns dos recrutamentos. Mas depreendia que a opção que estava a ser tomada era de que aquilo que era essencial para o serviço público estava a ser desprezado, referindo que no passado domingo, as ruas da cidade estavam atoladas de lixo. Assegurou que a bancada socialista não vinha com intenções de votar contra este ponto, mas perante a chamada de atenção do Sr. Vereador Luís Providência, dava-lhe toda a razão. E se a Sra. Vereadora mostrava-se solidária com ele, não deveria ter feito esta proposta, mas uma adequada às necessidades efectivas do serviço público que seja competência da Câmara Municipal. E, se a proposta fosse aprovada por maioria, estava-se a negar o serviço essencial aos municípios. O Sr. Vereador Carlos Cidade pediu desculpas, mas, já que foi a expressão utilizada, juízo deveria ter a Sra. Vereadora, pois não sabia o que estava a fazer.

O Sr. **Vereador Luís Providência** disse que não aceitava o motivo apontado – falta de orçamento – pois se o serviço perdeu 52 funcionários em dois anos significa que o dinheiro existia. Compreendia que, se saíssem quatro juristas do Gabinete Jurídico e de Contencioso, fossem contratados quatro novos juristas de uma vez. O que não podia aceitar era que a limpeza das ruas ou os enterros tivessem menos importância. Lembrou que quando é necessário, o Gabinete Jurídico e de Contencioso pede pareceres à Universidade de Coimbra, um hábito desta Autarquia, mas há outros serviços que não têm esta regalia: ou são assegurados, dentro das possibilidades das suas unidades orgânicas, ou a população fica sem eles. Disse que chegou a propor que os processos de recrutamento de técnicos superiores para as unidades orgânicas por si tuteladas, aprovados pela Câmara e pela Assembleia Municipal, fossem parados, desde que isto garantisse a entrada de seis coveiros e de mais três funcionários para o Departamento de Ambiente e Qualidade de Vida. Entende que alguns projectos que estava a desenvolver, como o Atlas Nacional do Desporto, podem esperar um ano. Prescindiu ainda dos técnicos que solicitou para a área da comunicação e/ou tradução, declarando que faria ele mesmo este trabalho, no fim-de-semana, para resolver minimamente um problema que vai afectar todos aqueles que vivem em Coimbra.

O Sr. **Presidente** disse que as implicações desta votação, do ponto de vista jurídico, seriam posteriormente esclarecidas pelos serviços e, naturalmente, não só pela Sra. Vereadora Maria João Castelo-Branco, que até agora teve o Pelouro, como pelo Sr. Vereador João Orvalho, que a partir de agora o assume e que tem a árdua tarefa de encontrar uma solução que seja aceite pela maioria.

Assim, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2299/2010 (20/12/2010):

- **Rejeitar o Mapa de Pessoal para 2011 do Município de Coimbra.**

Deliberação tomada por maioria e em minuta com os votos contra a aprovação do mapa de pessoal dos Srs Vereadores Luís Providência, Álvaro Maia Seco, António Vilhena, Carlos Cidade, Rui Duarte e Francisco Queirós, e os votos a favor da aprovação do mapa de pessoal do Sr. Presidente, da Sra. Vice-Presidente e dos Srs. Vereadores Paulo Leitão, Maria João Castelo Branco e João Orvalho.

Declaração de voto do Sr. Vereador Francisco Queirós:

O Sr. Vereador Francisco Queirós anunciou que votaria contra o Mapa de Pessoal do Município para 2011, por considerar que este mapa, que decorre da Lei 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, adaptada à Administração Local pelo DL 209/2009, de 3 de Setembro, deixa os trabalhadores totalmente dependentes do orçamento anual de cada uma das unidades orgânicas e a estabilidade do seu vínculo dependente das tarefas de cada unidade. Assim, este mecanismo precariza as relações de trabalho e desqualifica as funções públicas e os funcionários enquanto executantes da própria soberania do Estado, em vez de promover a eficiência dos serviços e o melhor desempenho dos trabalhadores da autarquia.

Declaração de voto do Sr. Vereador Luís Providência:

“Considerando que a Proposta de Mapa de Pessoal para 2011, ora em discussão, não contempla a proposta inicialmente apresentada e discutida em reunião de 03.12.2010, no meu gabinete, com o Ex.mo Sr. Director da Administração Geral e Recursos Humanos, nem sequer, em consequência, as alterações propostas pelos serviços; Considerando que a presente Proposta não foi antecipadamente apresentada ao presente signatário, o que contradiz pressupostos essenciais de uma normal comunicação face aos trabalhos preparatórios desenvolvidos; Considerando que a actual conjuntura económica deveria impor a todos nós um esforço de redução de despesas de funcionamento do aparelho autárquico, esperando-se por isso uma selecção fundamentada e que acautele a dotação de serviços em recursos humanos mínimos, cuja actividade é essencial para a população de Coimbra; Entende o signatário votar contra a presente Proposta de Mapa de Pessoal 2011, por manifesto interesse público.”

PONTO II - FINANCEIRO**II.1. Situação Financeira**

Foi presente o balancete referente ao dia 17/12/2010, no qual consta que o total de disponibilidades desta Câmara Municipal era de 7.612.776,26 (sete milhões, seiscentos e doze mil, setecentos e setenta e seis euros e vinte e seis cêntimos), sendo as operações orçamentais no valor de 5.570.421,91 (cinco milhões, quinhentos e setenta mil, quatrocentos e vinte e um euros e noventa e um cêntimos) e as operações não orçamentais no valor de 2.042.354,35 (dois milhões, quarenta e dois mil, trezentos e cinquenta e quatro euros e trinta e cinco cêntimos).

Deliberação nº 2300/2010 (20/12/2010):

- **Tomado conhecimento.**

II.2. Posição financeira do Município de Coimbra em 30/06/2010 – parecer do auditor externo

Para este assunto foi apresentada a informação nº 47454, da Directora do Departamento Financeiro, de 15/12/2010, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2301/2010 (20/12/2010):

- **Tomado conhecimento do parecer do Revisor Oficial de Contas do Município de Coimbra sobre a posição económica e financeira do 1º semestre de 2010;**
- **Remeter à Assembleia Municipal.**

II.3. Concurso público para o aluguer operacional de viaturas

O Sr. **Presidente** explicou que o sistema de renting (ou aluguer operacional) das viaturas que existem em alguns serviços tem um prazo, sendo necessário prever o aluguer de outras para substituir as que deixarão de estar disponíveis.

Para este assunto foi elaborada a informação nº 43899 de 17/11/2010, do Chefe da Divisão de Património e Aprovisionamento com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2302/2010 (20/12/2010):

- **Autorizar a realização de concurso público operacional de cinco viaturas, ao abrigo do disposto no art. 20º, nº 1, alínea b), do Código dos Contratos Públicos;**
- **Aprovar o programa de concurso e caderno de encargos ao abrigo dos artºs 132º e 42º do Código dos Contratos Públicos;**
- **Aprovar o júri do procedimento, nos termos do art. 67º do CCP:**
 - Membros efectivos
 - Chefe da Divisão de Viaturas e Máquinas – Eng.º Jorge Falcão - Presidente
 - Chefe da Divisão de Património e Aprovisionamento – Dr. António Carvalho – Substituirá o Presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos;
 - Técnica Superior – Dra. Paula Moreira
 - Membros suplentes
 - Eng.º Carlos Dinis
 - Dr. Pedro Monteiro

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO III - ESTUDOS E PROJECTO MUNICIPAL DO PLANO

III.1. Grandes opções do Plano e Orçamento para 2011, delegação de competências municipais nas Juntas de Freguesia, Norma de Controlo Interno, Regulamento Interno de Fundo de Maneio e empréstimos de curto e médio/longo prazo

Em conformidade com o Despacho nº 20/PR/10, de 13 de Agosto de 2010, do Exmo. Sr. Presidente de Câmara e das posteriores propostas dos serviços municipais e Srs. Vereadores, com subsequentes análises e estabelecimento de prioridades e orientações superiores, foram instruídos os documentos previsionais para 2011 - “Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2011”, em conformidade com o D.L. nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, diploma que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – POCAL, e respectivas alterações introduzidas pela Lei nº 162/99, de 14 de Setembro, Decreto-Lei nº 315/2000, de 2 de Dezembro, Decreto-Lei nº 26/2002, de 14 de Fevereiro e Decreto-Lei nº 84-A/2002, de 5 de Abril e, ainda, a Lei das Finanças Locais (Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro).

O Sr. **Presidente** disse que as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2011 reflectiam a conjuntura envolvente, sendo visível, numa primeira análise, a redução dos valores globais de despesa orçamentados em cerca de dez milhões de euros, em comparação aos valores do ano passado. Assim, o valor global do orçamento é agora de cerca de 139 milhões de euros. Por um lado, num contexto em que as receitas municipais provenientes da Administração Central se contraem, este ano, 18% face ao orçamentado no ano passado, é muito provável o decréscimo da receita de impostos, taxas e licenças da esfera municipal, devido à crise que o país atravessa. Por outro lado, a redução de despesas é conseguida através de esforço generalizado, nas diversas áreas de intervenção da Câmara, tendo-se o cuidado de não pôr em causa muitos dos projectos essenciais para Coimbra e região envolvente. Nas Grandes Opções do Plano, quando comparado o que foi orçamentado em 2010 e o que é proposto para 2011, depois de deduzidos os montantes já comprometidos, e que transitam para o ano seguinte, tanto de 2009 para 2010, como de 2010 para 2011, contabilizando os acréscimos líquidos para cada rubrica, o que o Sr. Presidente julgava ser o aspecto mais importante, tornava-se notório que a referida redução era generalizada, com algumas bem justificadas excepções. Aumentava, por exemplo, a verba para acções de desenvolvimento e qualificação urbana, sobretudo resultado do reconhecimento contabilístico de 4,573 milhões de euros de facturas da REFER, referentes ao Protocolo para a Eliminação de Passagens de Nível no Concelho. Se este facto não estivesse previsto, era melhorado significativamente o abaixamento da despesa. Também foi ligeiramente aumentada a verba para a promoção da habitação, reconstrução e renovação urbana, resultado dos compromissos de execução do Programa PROHABITA, co-financiado por fundos europeus. É aumentada a verba para a conservação e manutenção de vias, devido à necessidade de repor parcialmente um menor investimento nesta área nos últimos anos, e a urgência em atacar a degradação das vias, atempadamente, antes que as despesas disparem, bem como a verba de equipamentos e infra-estruturas estruturantes, devido aos compromissos já conhecidos e que se relacionam com a obra co-financiada do Convento de São Francisco. Outra verba aumentada é aquela prevista para iniciativas culturais relevantes, bem como as verbas para projectos complementares de natureza educativa, para instalação de equipamentos desportivos, e para a juventude, lazer e prevenção da toxicod dependência.

O Sr. Presidente disse que, quando se verificava as despesas correntes da Câmara Municipal, as diminuições também eram evidentes, difíceis e generalizadas. Foi reduzido o orçamentado com despesas para o pessoal em quase 4%, e o orçamento com aquisições de bens e serviços em mais de 22%. O orçamento para pagamentos de juros de empréstimos de longo prazo é de certa forma preocupante, atendendo a que muitos destes empréstimos têm a ver com a construção do Estádio Cidade de Coimbra, cujas taxas de juros têm vindo a aumentar significativamente, crescerá em 22%. Irão também aumentar as transferências correntes e subsídios de exploração para os Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, em resultado da decisão de, por razões sociais, não se alterar os tarifários, numa altura em que muitos custos de operação do sistema de transportes estão a subir. Na despesa de capital, num contexto generalizado da diminuição de rubricas orçamentadas, observam-se acréscimos com algum significado apenas na

aquisição de terrenos, para continuação do projecto Coimbra IParque para que não se desperdicem fundos comunitários. Salientou que as principais opções contidas no documento que veio à apreciação da Câmara Municipal eram, em suma, as seguintes:

1. Incrementa-se o investimento municipal em projectos estratégicos, comparticipados por fundos nacionais ou comunitários, entre os quais avulta o Centro de Convenções e Congressos do Convento de São Francisco, o Coimbra IParque, a continuação da construção de novos centros escolares e a reabilitação de escolas, operações de regeneração do centro urbano e de recuperação do parque habitacional, etc.;
2. Mantêm-se os elevados níveis de esforço do passado recente no apoio às juntas de freguesia, aproveitando a grande capacidade de realização que estas evidenciam, tirando partida das vantagens para o emprego e para a economia local que vêm dos investimentos por elas realizados, bem como da sua capacidade para estarem muito próximas dos cidadãos. A manutenção das transferências para as juntas representa neste contexto de contenção um esforço acrescido para as finanças do Município;
3. Consolidam-se os valores previstos para assegurar a boa manutenção do património municipal, procurando, com as tais intervenções atempadas, evitar o acumular exponencial de despesa futura, disso sendo exemplo as verbas para a manutenção da via pública ou de parques infantis;
4. Tendo em consideração as grandes dificuldades por que passam muitas instituições de âmbito desportivo, social e cultural do Município, sobretudo as mais geradoras, directa ou indirectamente, de emprego e de rendimento local, vai ser feito um esforço para que seja reduzido o menos possível (tentando, na maior parte dos casos, que sejam mantidos) os apoios municipais, quer às próprias instituições, quer à realização de eventos relevantes para Coimbra e região envolvente, privilegiando os que têm efeito de maior dinamização do tecido económico local;
5. Apesar das dificuldades, o Município fará um esforço importante em 2011 para empreender uma política de juventude consentânea com a tradição da cidade;
6. Será consolidado o esforço de modernização da máquina burocrática da Câmara Municipal, com extensão das áreas com certificação de qualidade, e com a diminuição significativa das despesas de funcionamento, prosseguindo a política de rigor que tem sido implementada;
7. Num ano de potencial agudização da crise social, consolidar-se-á o actual comprometimento da Câmara Municipal, com apoio às situações de maior carência, apoiando as famílias, a habitação, as refeições escolares e o suporte à rede social do Município, dando continuidade às medidas que foram iniciadas no ano passado.

O Sr. **Presidente** disse que as medidas que se consubstanciam nesta proposta de Orçamento e GOP's representavam o equilíbrio possível entre o conjunto de projectos que o Executivo tem para o Município e as limitadas possibilidades financeiras que a conjuntura actual apresenta. Salientou que, evidentemente, ao longo de 2011, será feito um rigoroso e atento controlo da execução orçamental, evitando desvios que poderiam comprometer a saúde futura das finanças autárquicas de Coimbra.

Informou ainda, a propósito de um assunto que veio a uma reunião anterior, que continua a decorrer o processo para autorização do empréstimo bancário para financiar a obra do Convento de São Francisco. Disse que o empréstimo já obteve o parecer favorável da Direcção Geral das Autarquias Locais, e despacho de concordância do Secretário de Estado da Administração Local, estando, neste momento, em apreciação no Ministério das Finanças. Como decorre da legislação, no entanto, nem esta receita, nem as despesas dela afectadas, constam deste orçamento. Assim, só será lançado nas contas aquando da sua aprovação.

O Sr. **Vereador Álvaro Maia Seco** reconheceu o esforço de racionalidade que o Sr. Presidente colocou na preparação do Orçamento para 2011, acrescentando que também queria registar a clareza das opções fundamentais que assumiu. Acha positiva, naturalmente, a prioridade que é dada neste período de crise económica às questões de apoio social, concordando ainda com a manutenção das transferências para as juntas de freguesia, por serem particularmente importantes. Disse que também era positiva a preocupação transmitida ao nível do esforço para não ser reduzido substancialmente o apoio às associações desportivas, culturais e sociais, só gostaria que fossem adoptados (e explicados) princípios para estas atribuições, para que não haja decisões casuísticas. Também quis registar o aumento das transferências para os SMTUC, pois é uma matéria com a qual o Sr. Vereador se preocupa, mas disse que teceria mais considerações aquando da discussão deste ponto em específico, pois achava que a reflexão necessitava de algum aprofundamento. Por outro lado, declarou que, tendo em conta o tempo disponível para o efeito, não conseguiu fazer uma comparação fácil entre o Orçamento de 2010, a execução previsível para 2010, que relatou desconhecer, e a proposta para o próximo ano. Disse que só foi capaz de, perante alguns dos documentos apresentados no ano passado que ainda conservava, ter uma ideia de algumas das variações que se verificam. Disse que, se teve acesso ao quadro correcto, nele estava estipulado que a despesa com pessoal prevista para 2010 era de € 32.900.000,00, estando previsto, no quadro de síntese equivalente para 2011, € 32.300.000,00. Disse ficar na dúvida a respeito do que o Sr. Presidente havia dito sobre uma redução de 4% nos custos com pessoal: em relação à proposta do ano anterior, não conseguia obter estes dados. Admitiu, contudo, que a referida redução seja em função da execução de 2010, mas gostaria de ser esclarecido. Perante a explicação do Sr. Presidente, o Sr. **Vereador Álvaro Maia Seco** solicitou que, de futuro, este tipo de informação fosse muito mais clara. Assegurou que não era sua intenção suspeitar dos números apresentados, apenas que, diante do curto tempo para a análise do assunto, seria desejável que a tarefa fosse facilitada. Declarou que

a diminuição do orçamento é causada, em boa parte, pelas reduções nas transferências do Governo Central, que são inevitáveis, na opinião do Sr. Vereador. Mas questionou como é que, ao nível das receitas de capital, que no ano passado tinham uma previsão de cerca de € 28.500.000,00, de vendas de bens de equipamento, tem agora uma previsão de € 30.200.000,00. O Sr. Vereador Álvaro Maia Seccoquestionou qual era a razoabilidade deste crescimento num ano de recessão. Perguntou se esta não era uma tentativa de, nesta fase da orçamentação, cobrir as receitas que estão previstas com as receitas que, obviamente, não seriam atingidas. Relativamente ao último ponto, respeitante às despesas, para além da explicação sobre os 4% nos custos com pessoal, também ao nível da aquisição de bens e serviços houve uma redução muito significativa, mas depreendia que os 22% mencionados pelo Sr. Presidente se referiam à execução. Pediu esclarecimentos sobre estes cortes, pois trata-se de uma diminuição de vários milhões de euros. Apesar da preocupação manifestada pelo Sr. Presidente, e com a qual o Sr. Vereador concorda, sobre despesas que não podiam ser adiadas sob pena de pagamento de juros, gostaria de ficar descansado de que, sobre esta aquisição de bens e serviços em particular, isto não irá acontecer no futuro.

O Sr. **Vereador Francisco Queirós** disse que não poderia deixar de dizer que, em larga medida, o Governo Central era responsável por uma redução bastante considerável da verba que a Câmara Municipal poderia dispor para o seu Orçamento do próximo ano. Se por um lado era responsável por este corte acentuado nas verbas para os Municípios, por outro também tem vindo, ao longo dos anos, a aumentar a transferência de competências do Estado Central para as Autarquias, como por exemplo na área da educação e dos transportes. Desde logo, este Orçamento é altamente condicionado, salientou. Apreciou a evidente preocupação com a contenção de despesas, o que dificilmente poderia ser diferente, mas acha que a aplicação deste princípio não pode ser cega e deveria levar em conta as taxas de execução efectiva de cada unidade orgânica. Apesar deste facto poder ser, em última instância, positivo ou não, num departamento como o da Habitação, ou no Gabinete de Apoio às Freguesias, seria positivo, na medida em que são exemplares ao cumprirem, o mais possível, o planeado. Opinou que não era ainda com este Orçamento, apesar da intervenção do Sr. Presidente, que se cumprirá aquilo que o Sr. Vereador Francisco Queirós, em consonância com a própria CDU, tem defendido sobre a transferência de verbas para as juntas de freguesia, apontando um patamar, em programa, de 10%, mas reconhecia o esforço em fazer com que a referida transferência fosse realizada. Observou que haveria cortes significativos em diversas áreas, que condicionarão de forma decisiva o trabalho autárquico no próximo ano, mas que tal não o surpreendia. Relativamente à promoção da habitação, reconstrução e reabilitação urbana, disse que seriam necessários meios financeiros muito mais significativos, mas que, não obstante estes cortes, foi possível garantir verbas importantes no âmbito do PROHABITA, já aqui referidas, e que permitirão no próximo ano a requalificação de muitos fogos municipais e o lançamento de novas construções para a habitação social. Também notou que, após a contenção rigorosa em 2010, seguiria a mesma linha em 2011, o que pressupunha, para bem dos projectos em curso, que se tentasse inverter esta tendência em 2012.

Numa apreciação global daquilo que eram as opções de investimento reflectidas no Plano, o Sr. **Vereador Rui Duarte**, associando-se à intervenção do Sr. Vereador Álvaro Maia Seco e, em certa parte, à do Sr. Vereador Francisco Queirós, também registou o esforço de investimento que é feito e a priorização da alocação de verbas deste Orçamento, que reflecte algumas preocupações importantes para os próximos anos e tem sido o produto de uma colaboração construtiva ao longo do passado ano. Perceber que existe esta sensibilidade plasmada no Orçamento é um sinal importante que não quis deixar de registar. No seguimento do que disse o Sr. Vereador Francisco Queirós, sobre a promoção da habitação, reconstrução e renovação urbana, disse que, se por um lado, seriam precisas mais algumas verbas para a continuação do desenvolvimento do trabalho, era com muita alegria que via, contrariamente ao último Orçamento na área da Juventude, Desporto e Lazer, aparecer a preocupação com o arrendamento e habitação para jovens. Esperava, assim, que, de uma vez por todas, pudesse haver uma complementaridade na abordagem feita, e que diz respeito aos Srs. Vereadores Francisco Queirós e Luís Providência, o que considerava um aspecto positivo e um sinal de progresso importante. Na rubrica 03 – Cidade solidária saudável, notou um reforço de verbas em matéria de Acção Social, relevante no período de crise que o país atravessa, mas registou uma nota de preocupação no que diz respeito ao Apoio ao Município, pois a redução de verbas destinadas à melhoria desta área não deveria deixar de reflectir a disponibilidade absoluta na recepção e no atendimento de forma condigna de todos os municípios. Na área da Educação, salientou o aumento simbólico relativamente à educação pré-escolar e ensinos básico e secundário, que reflectem também as preocupações que têm vindo à reunião de Câmara nas últimas semanas. Disse que esperava que fossem colmatadas algumas falhas em matéria social, especificamente no âmbito da educação pré-escolar. Particularmente na área da Juventude, Lazer e Prevenção das Toxicodependências, contrariamente aos comentários que fez há um ano atrás, mostrou-se muito satisfeito em poder visualizar uma linha de acção estratégica por todas as iniciativas apresentadas, notando um aumento de qualidade objectivo, o que considerou louvável. De certa forma, mostrou-se grato, por sentir que foi fruto da colaboração e do diálogo que tem vindo a ser construído, dizendo que esta é a postura que deve ser adoptada enquanto órgão executivo. Voltando à questão do arrendamento e habitação para jovens, disse supor que a verba alocada seja destinada ao princípio de um programa que seja, posteriormente, muito mais abrangente. Criticou o FestiJovem, acrescentando que já pediu ao Sr. Vereador Luís Providência um relatório de resultados sobre a iniciativa em questão, ao qual ainda não teve acesso. Se, de facto, havia um aumento de qualidade nos projectos apresentados, nomeadamente no Observatório da Condição Juvenil, ou no Programa Juventude em Acção, que a seu ver deveria ser contabilizado como um recurso importante para a realização de actividades

(lembrando que os cem mil euros em que o Orçamento foi majorado poderiam ser provenientes do referido programa, e não das receitas previstas), também era verdade que, em matéria de feiras e festivais, não conseguia perceber o fundamento para que lhe fossem destinados 15% deste Orçamento, pedindo que fosse dada uma justificação para tal. Na área do Desporto, onde fez uma análise mais cuidada, apurou que o somatório do investimento (plano de actividades, despesas de requalificação, etc.), contabilizando 2012 em ambos os casos que iria referir, no Estádio Cidade de Coimbra, nas Piscinas Olímpicas, Rui Abreu, Luís Lopes da Conceição e no Pavilhão Multidesportos, ronda € 1.200.000,00, mais ou menos o valor absoluto que o Estádio Sérgio Conceição absorverá no mesmo período. Questionou se esta proporcionalidade de investimento e de alocação de recursos era justificável e porquê.

O Sr. **Vereador Carlos Cidade** também reconheceu o esforço feito em identificar a realidade e reflecti-la no Plano e Orçamento apresentado. No entanto, no quadro desta apreciação genérica, há algumas questões que o preocupam, pois foram objecto de discussão permanente durante o ano. Uma delas é a área da Educação, quer na igualdade de oportunidades na educação pré-escolar, no básico e secundário e nos projectos complementares, onde houve uma redução de € 1.500.000,00, o que é preocupante. Admite que era preciso cortar significativamente, mas nesta área optou-se por um desinvestimento claro, quando, na opinião do Sr. Vereador, deveria ser o contrário. Salientou que, no caso da Acção Social e Família, este investimento foi feito, embora o esforço tenha sido mínimo. Quando a previsão para 2011, e possivelmente para 2012, é de que a situação ainda se vai agravar em relação a este último semestre, significa que não se está a levar em conta a dimensão das questões sociais que aparecerão. Ponderou se até à Assembleia Municipal não haveria um esforço para reconsiderar este aspecto. Por outro lado, lamentou que, no ano passado, já tenha sido sugerido que, em tempo oportuno, os vereadores tivessem acesso a esta proposta, muito antes dela ser deliberada em reunião de Câmara, para que todos pudessem dar o seu contributo. Lembrou que era um direito, de acordo com os Estatutos da Oposição. Disse que em Municípios limítrofes isto acontece, havendo partilha de preocupações e de sugestões. Insistiu que a questão da Educação era preocupante, pois contrariava as apreensões que foram sendo manifestadas ao longo do ano e reflectia um desinvestimento de grande dimensão nesta área. E apelou para que, se fosse possível até à Assembleia Municipal, se reavaliasse um aumento de verbas na área da Acção Social, pois o índice concedido, 0,12%, era manifestamente pequeno. Recordou ainda que, na discussão do Plano e Orçamento do ano passado, encontraram um número que, na altura, até foi denominado como curioso, tendo sido explicado pelo Sr. Vice-Presidente de então que era uma espécie de acerto de contas. O Sr. Vereador Carlos Cidade disse que a quantia em questão era de € 27.678.000,00, questionando se os terrenos vendidos já haviam rendido a referida quantia, pois quando se previa que as receitas de capital alcançavam os € 52.000.000,00, € 30.000.000,00 eram fruto destas vendas. Declarou que, mais uma vez, utiliza-se um número só para que as contas sejam acertadas. Disse que, lamentavelmente, não se conseguiu equilibrar este Orçamento sem fugir da necessidade de inventar um número para acerto de contas, invocando a venda de terrenos, o que considera uma má prática. Disse que não tinha a intenção de votar contra o Plano e Orçamento, a não ser que se venha a ter alguma surpresa no decorrer da reunião, mas gostaria que fossem esclarecidas algumas destas dúvidas. Por último, disse ter tentado encontrar, sem sucesso, onde se enquadrava o financiamento proposto, de cerca de €15.000,00, para a Casa Museu da Ribeira de Frades.

Em relação às transferências para os SMTUC, o Sr. **Vereador Álvaro Maia Seco** acrescentou que ficou preocupado com as contas, e que apesar de saber que a discussão sobre o assunto seria aprofundada no ponto específico, quis, ainda no âmbito de intervenção da Câmara Municipal, realçar que algum esforço de rentabilização e optimização das condições de funcionamento dos SMTUC dependia da Autarquia. E, parecendo-lhe importante distinguir estas responsabilidades, preferia abordar este tópico naquela altura. Disse que teve acesso a dados sobre o tipo de utilização dos estacionamento públicos na cidade, constatando que nos lugares de estacionamento públicos pagos haveria qualquer coisa como, em média, 30% de estacionamento ilegal. Isto acarretaria consequências directas ao nível da captação de receitas por parte dos SMTUC, mas também ao nível da menor efectividade deste instrumento enquanto regulador da procura de transporte individual. O Sr. Vereador também teve acesso a alguns números sobre a redução da velocidade comercial dos transportes públicos, particularmente em alguns eixos da cidade, o que também trazia impactos às operações dos SMTUC: por um lado eram precisos mais meios para que a mesma tarefa fosse feita, e, por outro, provocava falta de fiabilidade no serviço, o que se reflectia na falta de competitividade dos transportes. Opinou que estas duas questões eram estratégicas ao nível do que a Câmara Municipal poderia fazer com relativamente poucos recursos para potenciar a competitividade dos transportes colectivos. Gostaria, assim, que fossem dadas algumas indicações adicionais dentro destas áreas, ou outras que não chegou a considerar, do que é que a Autarquia iria tentar fazer no próximo ano para potenciá-las. Assegurou que votaria a favor da transferência prevista para os SMTUC, mas preferia que a quantia fosse menor e que esta diferença fosse usada para criar condições de competitividade duradoura para os SMTUC. Disse que mesmo num Orçamento rigoroso, havia coisas que faziam sentido, ainda mais diante das contas daquele serviço referentes ao 1.º semestre de 2010, recebendo o que tais valores podiam indiciar até ao final deste ano e também no próximo. Apesar desta área não ter aparecido nas prioridades elencadas pelo Sr. Presidente, achava que bastava um esforço financeiro relativamente modesto e boas opções políticas de transportes, no melhor sentido da palavra, para que o assunto fosse bem tratado. Aproveitou para sugerir que a Divisão de Trânsito fosse renomeada Divisão de Transportes, pois era disso que se tratava, tendo o Sr. **Presidente** contraposto com a denominação Divisão de Mobilidade.

O Sr. **Vereador António Vilhena** disse que também achava a proposta de certa forma consensual, mas quis registar que o Orçamento para a Cultura, mesmo em tempo de rigor para o país e para a Autarquia, era diminuto, reflectindo a situação geral. De qualquer das formas, disse não ter encontrado despesas de funcionamento com a Casa da Escrita. Disse que não se satisfazia em saber que a Sra. Vice-Presidente eventualmente utilizasse recursos próprios para oferecer lembranças aos convidados na cerimónia de abertura, parecendo-lhe um exemplo a não repetir. Disse que em tempo de crise, era preciso uma flexibilidade muito maior para justificar investimentos mínimos para credibilizar e dignificar os diferentes serviços da Autarquia. Disse que gostaria que a Sra. Vereadora sustentasse a parte do Orçamento referente à Cultura, explicando qual era a filosofia subjacente aos números apresentados, se havia reduções, onde e quais eram os motivos dos cortes, as áreas onde houve investimento e sobre o quadro de pessoal previsto para o departamento no próximo ano. Solicitou que a Sra. Vice-Presidente interviesse sobre o assunto, confessando que não consegue atingir o significado que os números, só por si, podem ter.

A Sra. **Vice-Presidente** disse que agradecia e dava relevo aos contributos prestados, acrescentando que as Grandes Opções do Plano eram baseadas em muitas horas de trabalho para que a proposta fosse bem apresentada. Agradeceu ao Sr. Vereador António Vilhena pela intervenção feita, adiantando que seria incisiva. Considerou que, não estando disponível um Orçamento ideal, apresentava algumas novidades. Houve um grande esforço para que os “Encontros de Fotografias” fossem novamente promovidos na cidade, dotados, não com a verba que tal evento exige, mas mesmo assim muito significativa. O “Círculo de Artes Plásticas” é outro projecto cultural de altíssima qualidade que a Sra. Vice-Presidente pretende fazer renascer, que também não obteve a verba desejada, mas que também é expressiva. Disse que se conseguiu manter o apoio a todas as associações, apesar de pequenos ajustes, inclusivamente a dotação significativa à Casa Museu de Ribeira de Frades, um antigo anseio da população da freguesia que tanto tem feito pela cultura. Repetiu que houve continuação no apoio ao associativismo, numa colaboração activa ao nível da logística e dos transportes. Disse que se tentaria, tanto quanto possível, manter os festivais emblemáticos desta cidade, como os “Encontros Mágicos”, congratulando-se por saber que Luís de Matos tem um programa semanal na BBC e acrescentando que ficou muito satisfeita com a experiência de 2010, motivo pelo qual insistiu que a iniciativa se repetisse no próximo ano. Gracejou que a verba nem com magia lá ia, mas que o Festival seria mantido. O “Festival das Artes”, em que a Câmara Municipal é o mecenas principal, e o “Festival de Música de Coimbra” eram outras das actividades planeadas. Declarou que a programação da Casa Miguel Torga e a da Casa da Escrita, sobretudo em edições, também estava contemplada. Informou que em 2011 cumprem-se 900 Anos do Segundo Foral concedido à cidade, afirmando que não seria possível repetir a pompa e circunstância conseguida no primeiro centenário da República, mas seria comemorado mesmo assim. Afirmou que ficará para 2012 uma edição que Coimbra merece há muitos anos, onde conste todo o poder local, estudado, transcrito e publicado, tendo sido convidada a Dra. Maria Helena da Cruz Coelho, especialista de alto gabarito em Municipalismo, para ser a autora deste estudo, referente a todos os forais. Deu a conhecer que o primeiro datava do século XI, da década de oitenta, e depois este de 1111, já com o Condado Portucalense formado, que vai merecer a celebração, mesmo que modesta. Registou que todos os protocolos foram mantidos, com cortes ligeiros e pontuais: com a Companhia de Teatro Municipal, com o FESTE, com a Marionete e com a Fundação Bissaya Barreto, para um projecto intitulado “Pausas Musicais”, que consiste em seis programas feitos em alternância pela Fundação e pela Câmara Municipal. Confirmou que foram feitos cortes em iniciativas que eram muito estimadas pela Sra. Vice-Presidente, mas que era preciso ser realista. Afirmou que gostaria de ter mais verba disponível para edições, principalmente sobre o património, bem como para realizar obras na Casa Municipal da Cultura, pois é o local que identifica não só a cultura mas, muitas vezes, o Município. Lembrou que lá teve a oportunidade de conhecer Adriano Moreira, Jerónimo de Sousa, Carlos Carvalhas, enfim, inúmeras personalidades da política e da cultura que escolheram a Casa Municipal da Cultura para as suas actividades. Será permitida, por agora, a remodelação das instalações sanitárias, ao que o Sr. **Vereador António Vilhena** concordou, por não apresentar condições mínimas para a sua utilização por crianças, referindo também que não havia condições de acesso, para o piso inferior, para pessoas com mobilidade condicionada. A Sra. **Vice-Presidente** salientou que estas remodelações não eram um luxo, mas uma necessidade. Em relação ao quadro de pessoal, reconheceu que a Sra. Vereadora Maria João Castelo-Branco tem feito muitos esforços numa área tão delicada. Disse que também gostaria de aumentar o número de funcionários, sobretudo porque, felizmente, os núcleos culturais da cidade estão a crescer. A Casa da Escrita era um exemplo disso, estando assegurada exclusivamente por funcionários transferidos de outras unidades orgânicas, com prejuízo das mesmas. Disse que continuaria a fazer as solicitações necessárias para promover as actividades que tutelava, e esperava que a cultura, e não só a municipal, continuasse a singrar em 2011, fazendo um balanço positivo do panorama de 2010, inclusivamente a respeito da Empresa Municipal de Turismo.

O Sr. **Vice-Presidente** disse que gostaria de prover todas as solicitações feitas. Disse que não conseguiu ir tão longe quanto gostaria, sendo feito o exercício possível para se tentar manter as contas equilibradas, ainda mas num ano em que os recursos vão escassear como o próximo, previu.

O Sr. **Vereador Paulo Leitão** disse que gostaria de destacar que, num ano pautado por dificuldades, adicionado ao facto da facturação referente ao Convento de São Francisco atingir os dez milhões de euros, e os quatro milhões que concernem às expropriações de terrenos pela REFER nas desnivelações da Linha do Norte, dava os parabéns pelo esforço quase titânico feito para reduzir os valores totais inscritos nas Grandes Opções do Plano, apesar de tal facto

acarretar alguns constrangimentos no próximo ano, pois em algumas rubricas considerava o corte excessivo. Destacou a subida de investimento na área da conservação de vias, informando que diligenciou pessoalmente junto do Sr. Presidente um aumento de verba para o Plano de Tapetes 2011, devido ao estado de degradação de algumas ligações do Concelho. Também salientou a manutenção das transferências para as Juntas de Freguesia, pois estando mais perto das populações, podem, com pequenas obras, colmatar de forma mais célere situações que a Autarquia levaria muito mais tempo a executar. Na sequência da intervenção do Sr. Vereador Carlos Cidade, respondeu que a Divisão de Gestão e Circulação do Trânsito e os SMTUC têm tido uma grande capacidade de comunicação. A DGCT tem procedido a alterações em vários pontos do Concelho, como por exemplo em cruzamentos mais complicados, e os SMTUC têm identificado os pontos negros no trânsito e os motivos que originam os atrasos nos circuitos dos autocarros. Disse que este trabalho de correcção continuará a ser feito em 2011, de forma a facilitar a circulação dos autocarros, acrescentando que está a ser gerido pelos SMTUC um programa no âmbito da intervenção da DGCT, através do Programa Civitas, que articula a comunicação entre as viaturas dos SMTUC e os sinais de trânsito: possibilita que os autocarros, aquando da sua aproximação aos semáforos, emitam um sinal que lhes dão prioridade. Disse ainda que há uma redução global no volume de investimento na Educação, inerente a uma diminuição de investimento em obras nas escolas. Em 2011, terminará a empreitada do Centro Escolar da Solum e algumas outras co-financiadas. E, de acordo com a Carta Educativa, no próximo ano estão previstas intervenções na Escola do Dianteiro e na de Santa Cruz.

O Sr. Vereador Luís Providência agradeceu a colaboração dos Srs. Vereadores Paulo Leitão e Rui Duarte, no acompanhamento que fizeram das propostas referentes à política de juventude, na sequência de reunião conjunta, onde puderam dar sugestões para alcançarem o melhor resultado. Sobre este assunto, informou que era a única das cinco áreas que tutelava onde houve um crescimento significativo, de 35%. Elencou que, dos projectos previstos, eram fundamentais o lançamento do Observatório da Condição Juvenil e a Casa da Juventude, que vai permitir acolher o Conselho Nacional da Juventude. Outra iniciativa relevante é o Programa para a Habitação Jovem, até pela dimensão da verba, como referido pelo Sr. Vereador Rui Duarte, e que pretende ser um projecto-piloto, a ser coordenado e alinhavado pelo Sr. Vereador Francisco Queirós, que tem bastante experiência na área. Naturalmente, haverá critérios específicos para a população jovem, faixa que se pretende atingir, frisou, acrescentando que, apesar do crescimento, a área também sofreu corte de verbas. Defendeu que fazia sentido a manutenção do FestiJovem, pois tem como base a Semana Internacional da Escola Superior de Educação de Coimbra, aproveitando a Câmara Municipal para, na semana seguinte, completar a iniciativa com programas próprios, ou com recurso de terceiros, dedicados aos jovens. Disse que as verbas inscritas para festivais tinham a ver com um protocolo estabelecido com a Portugal Telecom, que permitirá à Autarquia um encaixe de € 250.000,00, duzentos mil dos quais serão destinados à construção do novo pavilhão de basquetebol (gimnodesportivo), e o restante destinado à realização de uma iniciativa que tenha como público-alvo os jovens. Relativamente às questões colocadas sobre verbas consignadas a anos futuros, resultantes dos cortes impostos à área do desporto, respondeu que o Estádio Sérgio Conceição, base desportiva para a zona de Taveiro e alvo de um plano de pormenor que deverá ficar aprovado, ou em condições de ser aplicado, em meados de 2011, teve a atenção do Sr. Vereador na primeira proposta de Orçamento por ele apresentada, para que se começasse a edificar o que estava previsto para aquela zona (um campo de relva artificial, dois pavilhões e a perspectiva da construção de um edifício dedicado ao alto rendimento). Face aos constrangimentos impostos por este Orçamento, estes investimentos de cerca de € 1.200.000,00, respeitantes às novas construções e à cobertura da bancada, elemento previsto inicialmente no projecto que nunca chegou a ser construído, foram adiados. Referiu que era necessário algum cuidado na área do desporto para minimizar o impacto que os cortes orçamentais vão traduzir, pois aparentemente o valor total faz parecer que não houve nenhum corte, mas estão consignados €600.000,00 ao novo pavilhão da Portugal Telecom. Portanto, a verba está diminuída desta quantia naquilo que é o funcionamento normal das actividades do Departamento de Desporto, Juventude e Lazer. A aplicação do Regulamento Desportivo Municipal estava salvaguardada, mas ficavam comprometidas acções que derivavam do Plano Estratégico de Desenvolvimento Desportivo, que foi sendo construído inclusivamente com propostas que foram trazidas ao Executivo, do ponto de vista conceptual, como as cicloviarias, ou espaços de fruição de desporto para todos. Elencou algumas das actividades que sairão prejudicadas: o Estádio Cidade de Coimbra ficará impossibilitado de ter uma pista de atletismo nova, a ciclovia do Mondego e a da Portela ficarão condicionadas, as pistas de bicross e motocross também, a intervenção nos equipamentos do Choupalinho ficará adiada, bem como a zona desportiva de Taveiro, os espaços e meios de mobilidade urbana, a optimização energética das piscinas, publicações de âmbito científico e didáctico, equipamento e mobiliário para o Estádio Sérgio Conceição e obras de requalificação que previam a tal cobertura da bancada, etc. Esta análise do Sr. Vereador Luís Providência foi resumida no seguinte documento, que se transcreve:

“ANÁLISE DAS GOP 2011

PROPOSTO DAQV *versus* GOP FINAL

01 006

A) 01 006 2001/27 2 – Obras de remodelação das instalações do Algar

- Compromete remodelação da rede de drenagem de modo a se cumprirem os requisitos legais;
- Compromete a vedação do perímetro das instalações;

- Compromete a pavimentação do parque de viaturas e máquinas para prevenção da contaminação do solo com particular ênfase no parque de viaturas abandonadas removidas pela Polícia Municipal para as instalações do Algar.
- B) 01 006 2002/108 2 – Manutenção e renovação do equipamento básico
 - Compromete a manutenção preventiva das caixas de recolha de rsu;
 - Compromete a aquisição de viatura *ampliroll* para gestão de contentores de sistema *multibenne* e apoio à recolha de rsu em molok ;
 - Compromete a aquisição de viaturas eléctricas para os espaços verdes;
- C) 01 006 2002/108 4 – Ferramentas e utensílios DVM
 - Compromete a aquisição de ferramentas e utensílios;
- D) 01 006 2002/108 5 - Trabalhos especializados em viaturas e máquinas
 - Compromete as inspecções periódicas de viaturas e máquinas;
 - Compromete serviços de reboque;
 - Compromete reparação e substituição de vidros em viaturas e máquinas;
 - Compromete a reparação de molas de suspensão em viaturas de recolha de rsu
- E) 01 006 2002/109 3 – Aquisição de sacos de plástico para deposição de RSU
 - Compromete a aquisição de sacos de plástico para recolha de rsu na baixa e alta, a aquisição de sacos para dejectos caninos, a aquisição de sacos para papeleiras e a aquisição de sacos para recolha selectiva.
- F) 01 006 2002/109 5 – Aquisição de equipamento
 - Compromete a aquisição de equipamento para deposição de resíduos contentores de rsu de 800 e 110 litros e papeleiras
- G) 01 006 2002/110 - Operações de desratização e desinfestação
 - Compromete a abertura de contrato para operações de desratização e desinfestação de espaços públicos e edifícios da CMC incluindo escolas.
- H) 01 006 2002/112 2 – Equipamento específico do SMV
 - Compromete obrigações legais nomeadamente artigos 8º e 11º dos DL n.º 340/03 e n.º 315/03 ambos de 17 de Dezembro e os regulamentos CE n.º 852/2004 e 854/2004 de 29 de Abril
- I) 01 006 2002/112 8 – Controlo de efectivos da população Columbia Livia
 - Compromete a criação de novos pombais municipais a instalar em área urbanas
- J) 01 006 2002/112 9 - Cirurgias e tratamentos ambulatoriais para animais canil gatil
 - Compromete obrigações legais nomeadamente o artigo 21º do DL n.º 315/03 de 17 de Dezembro
- K) 01 006 2002/112 11 – Ferramentas e utensílios do SMV
 - Compromete a aquisição de ferramentas e utensílios que pelo seu uso e consumo se degradam ao longo do tempo havendo necessidade de serem substituídos.
- L) 01 006 2002/112 13 – Protocolos com entidades externas
 - Compromete o estabelecimento de protocolos com instituições públicas e privadas não só para a recolha, transporte e alojamento de animais para os quais a CMC não dispõe de meios e instalações adequadas tais como grandes animais e exóticos;
- M) 01 006 2002/112 14 – Protocolos com instituições Universitárias de Ciências Veterinárias
 - Compromete o estabelecimento de protocolos com instituições universitárias de ciências veterinárias com o objectivo de garantir ao adoptante um animal devidamente controlado medicamente.
- N) 01 006 2002/112 15 – Captura de animais por empresas externas
 - Compromete as obrigações legais. A escassez de recursos humanos alocados à função de tratador apanhador de animais impõe a execução desta medida, atendendo dificuldades em garantir uma capaz captura de todos os animais errantes e abandonados que circulam no Concelho de Coimbra
- O) 01 006 2002/112 16 – Aquisição de rações e outros alimentos para animais
 - Compromete a aquisição de rações e outros alimentos para os animais que se prevê virem a estar no canil-gatil
- P) 01 006 2002/112 17 – Aquisição de medicamentos para animais e outros consumíveis veterinários
 - Compromete a aquisição de medicamentos e outros consumíveis para os animais que se prevê virem a estar no canil-gatil
- Q) 01 006 2002/112 18 – Equipamento para gestão, armazenamento e encaminhamento de cadáveres de animais de companhia e outros resíduos
 - Compromete a aquisição de arca congeladora de cadáveres de animais de companhia
- R) 01 006 2002/112 20 – Execução de parques sem trela e de exercício canino
 - Compromete a construção do parque sem trela e de exercício canino no Parque Linear do vale das Flores de modo a garantir a sã convivência entre os utentes desse parque
- S) 01 006 2002/113 1 - Obras de requalificação e remodelação da DVM
 - Compromete a requalificação da secção de pintura dotando-a das condições de higiene e segurança necessárias
- T) 01 006 2002/122 2 - Maquinaria e equipamento diverso
 - Compromete a aquisição de maquinaria e equipamento diverso para o cemitério municipal da Conchada

- U) 01 006 2002/122 7 - Aquisição de forno incinerador – Cemitério
 - Compromete a aquisição de forno incinerador para resíduos cemiteriais decorrente das obrigações legais
- V) 01 006 2002/316 - Projecto e construção – crematório municipal
- W) 01 006 2003/159 1 – Estudos e intervenções pontuais – Requalificação de linhas de água
 - Compromete as obrigações legais da CMC em matéria de limpeza e desobstrução de linhas de água em meio urbano
- X) 01 006 2006/12 1 – Gestão de resíduos não urbanos – aquisição de serviços técnicos e outros
 - Compromete as obrigações legais de encaminhamento de resíduos não urbanos tais como hospitalares decorrentes de acções de limpeza
- Y) 01 006 2006/12 2 – Limpeza de lixeiras.
 - Compromete a aquisição de serviços de limpeza de lixeiras decorrente da diminuição de recursos humanos no SUH
- Z) 01 006 2006/12 – Desmatações
 - Compromete a aquisição de serviços de desmatações decorrente da diminuição de recursos humanos no SUH
- AA)01 006 2006/12 5 – Gestão de resíduos de automóveis
 - Compromete as obrigações legais de encaminhamento de resíduos automóveis encontrados nas operações de limpeza de lixeiras ou abandonados
- BB)01 006 2006/12 6 – Gestão de resíduos de demolição
 - Compromete as obrigações legais decorrentes do DL 46/2008 de 12 de Março
- CC)01 006 2006/13 1 – Aquisição de serviços – implementação de SGA
 - Compromete as obrigações legais decorrentes do encaminhamento de resíduos não urbanos produzidos pelas diversas actividades do DAQV, nomeadamente cadáveres de animais de companhia, filtros de óleo, embalagens contaminadas, resíduos hospitalares (SMV e CBS) entre outros
- DD)01 006 2010/48 1 – Aquisição de serviços – lavagem de contentores
 - Compromete a necessária aquisição de serviços decorrente da falta de recursos humanos dos SUH
- EE) 01 006 2011/49 1 – Aquisição de serviços – contratos de limpeza urbana
 - Compromete a necessária aquisição de serviços decorrente da falta de recursos humanos dos SUH
- FF) 01 006 2011/48 - Concessão do sistema de recolha de RSU
 - Compromete a extensão da concessão a todo o ano de 2011

01 007

- GG)01 007 2002/116 – Protocolos com IPSS
 - Compromete a possibilidade de elaboração de novos protocolos com IPSS que colmatem a falta de recursos humanos da DEV.
- HH)01 007 2002/123 1 – Projecto e construção de espaços verdes
 - Compromete a construção de novos espaços verdes nomeadamente o parque hipernatura, o ajardinamento do Bairro António Sérgio, bem como a recuperação de outros espaços
- II) 01 007 2002/123 7 - Contratação de firmas especializadas
 - Compromete a manutenção de vários espaços ajardinados executados por empresas privadas atendendo á falta de recursos humanos da DEV
- JJ) 01 007 2002/123 8 – Sistemas de rega
 - Compromete a aquisição de novos sistemas de rega para espaços não dotados e principalmente a aquisição de material para substituição de equipamentos estragados e/ou vandalizados
- KK)01 007 2002/124 1 – Aquisição, montagem e adaptação – parques infantis
 - Compromete a aquisição, montagem e adaptação de novos parques infantis
- LL) 01 007 2002/124 6 - Manutenção técnica de jardins infantis
 - Compromete as obrigações legais decorrentes da legislação em vigor de parques infantis e outros espaços de recreio
- MM) 01 007 2002/124 7 – Apoio a Juntas de Freguesia para construção de parques e arranjos exteriores
 - Compromete o apoio a Juntas de Freguesia
- NN)01 007 2002/125 1 – Aquisição de equipamento e acessórios – património arbóreo
 - Compromete a aquisição de equipamento de protecção individual para trabalhos de poda bem como de equipamento de desgaste rápido para podas
- OO)01 007 2002/125 2 – Contratação de serviços especializados – património arbóreo
 - Compromete em particular as necessidades de contratação de serviços especializados decorrentes dos problemas de fitossanidade detectados no património arbóreo da cidade nomeadamente nos plátanos do Parque Manuel Braga, palmeiras *canarienses* e nas laranjeiras do Parque Verde
- PP) 01 007 2002/125 3 – Aquisição de árvores e outros – património arbóreo
 - Compromete a aquisição de árvores para plantação e substituição das referidas.
- QQ)01 007 2002/126 1 – Instalações – Horto municipal

- Compromete a melhoria das condições dos funcionários, a ampliação do armazém de stock do material de rega e a substituição de plásticos de protecção das estufas
- RR)01 007 2002/128 – Substratos, fertilizantes e fitofármacos
- Compromete a aquisição de herbicida e produtos fitossanitários
- SS) 01 007 2002/129 1 – Ferramentas jardinagem e material de segurança
- Compromete a aquisição de ferramentas de jardinagem e material de sinalização e segurança
- TT)01 007 2002/129 - Equipamento básico
- Compromete a aquisição de tractores corta relva e corta sebes para substituição de equipamento previamente abatido ao inventário.
- UU)01 007 2003/166 – Rede Monitorização da Qualidade do Ar e Protocolo com CCDR – Centro
- Compromete o protocolo com a CCDR - Centro
- VV)01 007 2005/71 17 – Campanha de sensibilização Coimbra a Reciclar
- Compromete campanhas de sensibilização ambiental
- WW) 01 007 2005/71 18 – Limpar Coimbra
- Compromete este novo projecto decorrente do projecto Limpar Portugal
- XX)01 007 2005/91 1 – Projecto Eco Escolas – Transferências
- Compromete o pagamento da participação de escolas do Concelho de Coimbra neste projecto
- YY)01 007 2011/50 1 – Ajardinamento de separadores e rotundas
- Compromete o ajardinamento de separadores e rotundas
- ZZ) 01 007 2011/50 2 – Construção de heráldica
- Compromete a construção de heráldica em particular nas Juntas de Freguesia.”

Disse que os cortes menos razoáveis, nas áreas que tutela, foram no Departamento de Ambiente e Qualidade de Vida e nos Espaços Verdes, pois ultrapassavam os quatro milhões de euros, o que contabilizava 64% da redução das Grandes Opções do Plano para 2011. Considerou estes cortes exagerados, e limitadores de uma série de questões, como o cumprimento da lei, obrigações da Câmara Municipal, cumprimento de contratos ou protocolos com terceiros, acrescentando que já havia um entendimento com o Sr. Presidente para que a situação fosse corrigida através de alterações orçamentais. O Sr. Vereador Luís Providência disse que lhe bastava a palavra do Sr. Presidente, mas achava importante que quatro condições fossem indicadas: que as obrigações legais do Município nestas áreas de intervenção sejam garantidas, que as verbas destinadas a novos projectos que dependem de protocolos aprovados pela Câmara Municipal, como por exemplo o Hipernatura, possam ser transferidas para as respectivas rubricas por alteração orçamental, que o Sr. Presidente se comprometa a que o Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2012 corrijam e invertam de alguma forma esta situação e que se preveja a não aplicação da cativação nos programas 01006 e 01007. Acrescentou que, em relação à rubrica 050052011/61 acção 1– agentes desportivos (relvados), não deverá haver cativação, e à 050052010/42 acção 1- construção de pavilhões desportivos (protocolo com a PT), não deverá ser mexido, à 050062004/140 acção 5 – protocolo com a Federação de Ginástica de Portugal, cujo valor está estabelecido em protocolo, também não deverá ser afectado por qualquer tipo de cativação. O Sr. Vereador Luís Providência discriminou estas observações no seguinte documento, que se transcreve:

“GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2011

Divisão de Gestão Desportiva LIMITAÇÕES ORÇAMENTAIS

05 EDUCAÇÃO, DESPORTO E TEMPOS LIVRES

Com a realização do Plano estratégico de Desenvolvimento Desportivo 2008-2013 (PEDD), foram identificados os principais eixos prioritários de intervenção do município de Coimbra, no que ao Desporto e Actividade Física diz respeito.

Os referidos eixos estruturantes foram definidos de forma a poderem ser pólos aglutinadores sendo essencial, a existência de actuações eficazes com estruturas flexíveis e uma clara definição de objectivos e metas, permitindo uma estratégia de intervenção anual, com uma relação de proximidade ao quotidiano.

Essa estratégia apresenta como objectivos, a visão de uma cidade mais activa e saudável, o reconhecimento do direito de todos terem acesso a um estilo de vida activo e o acesso à participação em actividades físicas e desportivas organizadas ou espontâneas.

No entanto a proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento 2011, apresenta-se como limitadora da acção pretendida e cerceadora dos resultados esperados, nomeadamente nos seguintes projectos:

05 005 – Instalações e Equipamentos Desportivos

- 05 005 2004/124 1, 05 005 2004/124 4 e 05 005 2004/124 5 - Estádio Cidade de Coimbra – a impossibilidade de requalificar a Pista de Atletismo para esta recuperar a homologação para provas nacionais, bem como a realização de pequenas obras de actualização técnica; (zonas de saltos e lançamentos)

- 05 005 2004/124 6 – Verba insuficiente para que o Departamento de Desporto Juventude e Lazer possa recuperar o seu espaço de raiz no ECC, face à impossibilidade de realizar todas as obras necessárias a essa instalação;
- 05 005 2004/134 1 e 05 005 2004/134 2 – Ciclovia do Mondego e Ciclovia da Portela O grande objectivo de fazer a ligação Coimbra (Portela) – Montemor-o-Velho – Figueira da Foz em Ciclovia fica mais uma vez adiada;
- 05 005 2008/53 3 - Pistas de bi-cross e Motocross – Ainda não será em 2011 que Coimbra recupera um espaço próprio para as actividades de competição em duas rodas;
- 05 005 2008/53 4 - Intervenção nos Equipamentos Polis/Choupalinho – Após a criação de um espaço nobre das actividades aquáticas, fica inviabilizada a rentabilização do pavilhão D;
- 05 005 2008/53 5 - Zona Desportiva de Taveiro (Projecto e construção) – Verba insuficiente para projecto e obra, ficando apenas garantida a realização de Estudo Prévio; na perspectiva do PP estar concluído até meados de 2011, ficamos perante a forte possibilidade de ver o processo interrompido durante vários meses.
- 05 005 2010/41 3 e 05 005 2010/41 4 - Espaços e Meios de Mobilidade Urbana – O passo fundamental de adopção de um quotidiano verde com o incremento de Ciclovias urbanas e meios de locomoção partilhados fica a aguardar pelo futuro;
- 05 005 2010/ 46 1 e 05 005 2010/ 46 2 - Optimização energética de piscinas – Também aqui teremos que aguardar pela possibilidade de os complexos de piscinas terem uma pegada ecológica mais suave;
- 05 005 2011/38 3 - Publicações de âmbito científico, didáctico, associativo e de equipamentos desportivos – O testemunho do que é feito e descoberto é fundamental, sendo limitadora a intervenção permitida no âmbito de material didáctico-desportivo;
- 05 005 2011/55 2 e 05 005 2011/55 6 - Equipamento e Mobiliário no EMSC e Obras de Requalificação - A possibilidade de se ser anfitrião de um conjunto de eventos continuará a ser uma realidade limitada, de um estádio que não tem uma bancada coberta;
- 05 005 2011/56 2 - Equipamento e Mobiliário no PMDMM – Os espaços desportivos de excelência, devem ser dinâmicos, na sua adaptação às novas necessidades, sendo que neste caso a sinalética e os arranjos de balneários vão ter que esperar;
- 05 005 2011/56 8 - Aquisição de serviços de transporte no PMDMM – Numa cidade que não tem um aeroporto internacional, não é possível receber grandes equipas e eventos sem assegurar a sua chegada a Coimbra, ficando assim a realização de alguns eventos comprometida;
- 05 005 2011/57 8 - Aquisição de serviços publicidade no COP – Os serviços que são prestados aos municípios têm que ser divulgados sob pena de se trabalhar em vão;
- 05 005 2011/58 1 - Equipamento e mobiliário no CPLLC – A correcção de limitações de projecto com excesso de humidade na recepção ou o aumento de material desportivo não vai ser possível;
- 05 005 2011/58 7 - Aquisição de serviços publicidade no CPLLC - Os serviços que são prestados aos municípios têm que ser divulgados sob pena de se trabalhar em vão;
- 05 005 2011/59 1 - Equipamento e mobiliário no CPRA - A correcção de limitações de projecto com excesso de humidade na recepção ou o aumento de material desportivo não vai ser possível;
- 05 005 2011/59 4 - Conversão de espaço exterior em Polidesportivo em relva sintética no CPRA – A passagem do complexo de piscinas da Pedrulha para uma área multidesportiva, potenciadora de novas práticas e de aumento das receitas municipais, vai ter que aguardar;
- 05 005 2011/60 2 - Optimização energética de Complexos Desportivos – A diminuição de custos energéticos não vai ser atingida este ano;
- 05 005 2011/60 4 e 05 005 2011/60 9 - Material para manutenção de complexos desportivos – Pode estar em causa a garantia da qualidade da água das piscinas; (filtros, lâmpadas de UV, manutenção preventiva...)
- 05 005 2011/60 6 - Conservação de Complexos Desportivos – A não intervenção atempada e de forma preventiva, pode representar maiores custos no futuro; (tanques de compensação, reparação de paredes...)

05 006 – Fomento e Formação Desportivos

- 05 006 2011/39 2 - Eventos de participação popular – Eventos massificadores e mobilizadores da população estão limitados;
- 05 006 2011/39 3 - Transportes para organização de eventos - Eventos massificadores e mobilizadores da população estão limitados;
- 05 006 2011/39 5 e 05 006 2011/39 10 - Aquisição de serviços diversos – O fenómeno desportivo tem que ser feito com qualidade e segurança e tal só é possível com especialistas e material adequado. Tal não será possível, colocando em causa a capacidade de oferta;
- 05 006 2011/40 - Regulamento Desportivo Municipal 2011 – O RDM é uma peça fundamental e estruturante no apoio do município aos agentes locais. Ficando salvaguardados os apoios à Formação e Prestação Desportivas, a dotação limitada de uma série de outras rubricas de apoio aos agentes desportivos de Coimbra, ficará traduzida em apoios insuficientes ao nível da:

- Construção e requalificação de equipamentos desportivos dos clubes;
- Aquisição de material desportivo pesado;
- Participação em eventos desportivos no estrangeiro;
- Organização, em Coimbra, de eventos internacionais;
- Organização em Coimbra de eventos nacionais relevantes; (Ex Camp. Nacional Jet Ski)

De especial importância ainda referir que por terem sido alvo de deliberações da câmara não devem ser alvo de cativação as rubricas:

- 05 005 2011/61 1 - Apoio a Agentes Desportivos (Relvados)
- 05 005 2010/42 1 – Construção de Pavilhões Desportivos (Protocolo PT)
- 05 006 2004/140 5 - Eurogym 2012.”

O Sr. Vereador Luís Providência disse que, após os compromissos entretanto assumidos pelo Sr. Presidente, não teria qualquer problema em votar favoravelmente este Orçamento, que lhe parecia, nas restantes áreas, bastante equilibrado. Obviamente não eram cortes equitativos, pois em algumas áreas havia aumentos, como a área da Juventude, mas só no total do Departamento, verificava-se um decréscimo de 4%.

O Sr. **Presidente** disse que estes cuidados enunciados pelo Sr. Vereador Luís Providência já estavam assumidos por ambos, pois a Câmara Municipal nunca poria em causa compromissos assumidos ou o cumprimento da legislação, nem em 2011 nem em nenhum outro ano.

Em relação ao pavilhão da PT, o Sr. **Vereador Carlos Cidade** disse que esteve numa reunião com o Instituto Politécnico em que ficou surpreendido com a expectativa que ainda existe de conseguirem o pavilhão. Recordou que a última versão discutida em reunião de Câmara foi questionada pela bancada socialista, pois já tinha sido prometido o pavilhão para a Académica ao lado dos Bombeiros, na mesma zona. Perguntou se a questão do ISEC se mantinha, tendo sido prestados os devidos esclarecimentos.

O Sr. **Presidente** disse que não era um Orçamento muito agradável para ninguém, e que gostaria de ter um Orçamento mais folgado, mas não era um ano propício para tal. Disse que, às vezes, quando é preciso fazer grandes cortes, nem sempre há a possibilidade de recuar tanto quanto é preciso, pois há cortes que são excessivos, mas há situações que serão corrigidas ao longo do ano através de alterações orçamentais, o que é normal, salientando que no ano passado foram feitas dezassete, e, neste, doze. Tentar-se-á manter esta ideia de fazer uma por mês, sem que se aumente muito a despesa, afirmou. Dos mecanismos orçamentais, chamou a atenção para o facto de que muitas vezes, quando se lança uma obra, é preciso prever em Orçamento o valor global para o lançamento do concurso. Explicou que o que tem acontecido nos últimos tempos, e ainda bem para as finanças do Município, é que as obras têm sido feitas por valores significativamente abaixo do inicialmente previsto, valor que a legislação impõe que seja o máximo, o qual não pode ser ultrapassado. Esta questão leva a que haja alguns exageros do ponto de vista orçamental, que não se traduzem na real despesa. Quando existem muitas obras em curso em simultâneo, como é o caso, gera-se um excesso de previsão de despesa que na prática, à partida, sabe-se que não vai ser usado, obrigando a alguns mecanismos de equilíbrio orçamental, inevitáveis. Esta forma de gestão não é somente adoptada pela Câmara Municipal de Coimbra, mas também pelas restantes do país, e advém da legislação existente. Lembrou que, há uns anos atrás, o valor para a venda de terrenos previstos em Orçamento chegava a sessenta milhões de euros, ressaltando que, deste ponto de vista, tem-se tentado melhorar, não tanto quanto seria desejável, mas conseguindo-se uma aproximação a orçamentos mais realistas.

O Sr. **Vereador Álvaro Maia Seco** confessou que não estava com toda a atenção que devia nesta última parte, mas quis confirmar se estavam deliberadamente inflacionadas as previsões de vendas de bens de investimento e de bens de serviços correntes. Lembrou que não foi respondida a pergunta que fez sobre as áreas onde se cortava significativamente na aquisição de bens e serviços, para a obtenção dos 22% de receitas de custos reduzidos.

O Sr. **Presidente** disse estar na posse de um quadro, que poderia fornecer ao Sr. Vereador Álvaro Maia Seco, que comparava o orçamentado para 2010 e para 2011, com todas as rubricas de aquisição de bens. Genericamente, pois eram mais de quarenta rubricas, o Sr. Presidente podia dizer que praticamente em todas havia reduções, o que obrigará o Orçamento a ter menos folgas e, assim, a ser feita uma gestão muito mais criteriosa durante o ano. Declarou que se este exercício for feito todos os anos, conseguir-se-á reduzir o Orçamento para o valor que o Sr. Presidente considerava o mais realista possível, mais ainda que este, que encarava como um passo na boa direcção, mas não ainda o ideal. Sobre os investimentos escolares mencionados pelo Sr. Vereador Paulo Leitão, informou que foi dado conhecimento à Câmara Municipal, naquele dia, a aprovação dos fundos comunitários do Programa Operacional Regional da candidatura feita para a Escola de Coselhas, obra que foi realizada e paga, e, portanto, era uma boa notícia pois era possível recuperar parte significativa do investimento feito.

Assim, e nos termos da informação n.º47270, de 14/10/2010, do Director do Gabinete de Estudos e do Projecto Municipal do Plano, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2303/2010 (20/12/2010):

- Aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2011 da Câmara Municipal de Coimbra, no total de 139.378.077 € na Receita e na Despesa, dos quais 86.837.155 € (62,30%) respeitam a Receitas Correntes e 52.540.922 € (37,70%) a Receitas de Capital e, quanto às despesas, 81.879.986 € (58,75%) a Despesas Correntes e 57.499.091 € (41,25%) a Despesas de Capital, totalizando o PPI 44.322.067 € e as GOP 87.672.865 €, nos termos da alínea c) do nº 2, do artigo 64º - Competências, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro (1.ª alteração, que estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias) e republicada, em 11 de Janeiro de 2002, para posteriormente serem submetidos a aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea b) do nº 2 do art. 53º - Competências, na matéria regulamentar de organização e funcionamento;
- Aprovar a Norma de Controlo Interno (NCI), nos termos do nº 2.9.10. do POCAL;
- Aprovar o Regulamento Interno de Fundos de Maneio nos termos do nº 2.9.10.1.11 do POCAL;
- Aprovar a contratação de empréstimos de curto prazo, que venham a tornar-se necessários durante o período de vigência do Orçamento para ocorrer a eventuais dificuldades de tesouraria, nos termos do art. 38.º, n.º 3 e 7, da Lei das Finanças Locais (LFL), até ao limite do endividamento permitido, no artigo 37.º e no n.º 1 do art. 39.º da LFL sujeito a posterior autorização da Assembleia Municipal, nos termos da alínea d) do nº 2 do art. 53º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterado e republicada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro;
- Aprovar a autorização da consulta a instituições de crédito tendo em vista a contratação de empréstimos de médio/longo prazo para financiamento do Plano Plurianual de Investimentos de 2011 e submeter, posteriormente, à deliberação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea d) do nº 2 do art. 53º da Lei 169/99 de 18 de Setembro e do art. 38º, n.s 6 e 8 da LFL (Lei n. 2/2007 de 15 de Janeiro) com respeito pelo limite do endividamento permitido pelos artigos 37.º e 39.º n.º 2 da mesma LFL;
- Aprovar a Delegação de Competências Municipais nas Juntas de Freguesia, para posterior envio à Assembleia Municipal, nos termos da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, designadamente na alínea c) do nº 6, do artigo 64º - Competências da Câmara Municipal e artigo 66º - Competências delegáveis na freguesia;
- Remeter o processo à Assembleia Municipal.

Os documentos acima referidos dada a sua extensão ficarão apensos à presente acta fazendo parte integrante da mesma.

Deliberação tomada por maioria e em minuta com os votos favoráveis do Sr. Presidente, da Sra. Vice-Presidente e dos Srs. Vereadores Paulo Leitão, Luís Providência, Maria João Castelo Branco e João Orvalho e com as abstenções dos Srs. Vereadores Álvaro Maia Seco, António Vilhena, Carlos Cidade, Rui Duarte e Francisco Queirós.

Declaração de voto do Sr. Vereador Francisco Queirós:

O Sr. Vereador Francisco Queirós absteve-se na votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município para 2011 por considerar que a política do Governo, com cortes significativos nas verbas destinadas ao Poder Local, é a primeira responsável pelas acentuadas reduções orçamentais. Preocupa-o que, se por um lado o Governo corta nas verbas para as autarquias, por outro lado tem vindo a aumentar a transferência de competências do Estado Central para o Poder Local sem a necessária e correspondente dotação orçamental. A área da Educação, onde a transferência de competências para as Câmaras Municipais tem sido enorme, dá lugar a um “buraco” orçamental que se assemelha àquele que existe nos transportes. Hoje a autarquia recebe cerca de 700 mil euros do Orçamento do Estado para se responsabilizar por despesas na área da Educação superiores a 3,5 milhões de euros.

A linha de força deste orçamento é a contenção de despesas e dificilmente poderia ser outra. No entanto, a aplicação deste princípio não pode ser cego e deve ter em conta as taxas de execução efectiva de cada unidade orgânica. Esta taxa é muito elevada no Departamento de Habitação, pelo que não é justificável que esta unidade orgânica seja em sede orçamental tão penalizada quanto outras. O Sr. Vereador entende que não é com este orçamento que se cumprirá o que a CDU sempre tem vindo a defender relativamente às freguesias. Embora não se verifiquem cortes, está-se ainda longe do objectivo que a CDU tem defendido de transferência de 10% do orçamento municipal para as freguesias. Em diversas áreas os cortes orçamentais são significativos e irão condicionar decisivamente o trabalho autárquico no próximo ano. Sobre a promoção da habitação, a reconstrução e reabilitação urbana seriam necessários meios financeiros muito mais importantes. Não obstante esses cortes, foi possível garantir verbas significativas do programa Prohabita, que possibilitarão no ano de 2011 a requalificação de muitos fogos e o lançamento de novas construções para habitação social.

A contenção rigorosa em 2011 segue-se à contenção de 2010 e pressupõe, para bem dos projectos em curso, que se inverta decididamente em 2012, sentenciou.

Nesta altura ausentou-se da reunião o Sr. Vereador Carlos Cidade e passou-se à discussão do ponto XV.1.

PONTO XV - SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE TRANSPORTES URBANOS DE COIMBRA

XV.1. Grandes Opções do Plano e Orçamento 2011

O Sr. **Administrador-Delegado dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra** teceu algumas considerações sobre as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2011, dizendo que o desafio era caminhar rumo a uma mobilidade cada vez mais amiga do ambiente, apostando-se na sustentabilidade económica, social e ambiental dos transportes urbanos. A pretensão é a promoção de acções de melhoria, eficácia e eficiência do transporte público, ajustando a oferta à procura, nomeadamente a oferta nas horas de ponta, implementando políticas de dissuasão de utilização do transporte individual no centro urbano, bem como a melhoria da qualidade do serviço oferecido através de uma utilização mais eficiente nos meios a disponibilizar pela Câmara Municipal, designadamente o corredor bus. Para incrementar o estacionamento pago e fomentar o controlo do trânsito será solicitada à Autarquia a aprovação de novas zonas de estacionamento controladas por parcómetros no centro da cidade, permitindo uma maior rotatividade de automóveis estacionados e contribuindo para melhorar as condições de circulação dos transportes públicos. Sobre a implementação do novo sistema de bilhética, disse que era uma importante ferramenta de gestão, pois permitia através da obtenção de dados gerados perceber como se caracterizava a procura e o perfil dos utilizadores, sendo mais eficaz e actualizado, com novas funcionalidades, e irá permitir o relacionamento entre outros operadores do Concelho. Fundamentalmente, continuou, constitui um importante instrumento para a adaptação da área de transportes às realidades das populações, definindo critérios claros de intermodalidade. Lembrou que o investimento ascendia a um milhão de euros, sendo financiado em cerca de 50% pelo IMTT. Com o novo sistema, vão ser integrados modos de transporte, existindo assim um sistema de tarifário e de bilhética que assegure a intermodalidade. Será criado um passe intermunicipal, através do desenvolvimento de parcerias entre as várias empresas que operam em outros concelhos e as respectivas câmaras municipais. Disse que as novas tecnologias vão ser colocadas ao serviço da melhoria do transporte, prevendo-se a implementação de soluções tecnológicas destinadas à mobilidade urbana, que conduzirão à mobilidade sustentável, onde se enquadra o Sistema Rumos, o novo sistema de bilhética, o SMTUC Mobile, os novos painéis de informação ao público, o simulador de condução (projecto que visa implementar um centro de formação para condutores de viaturas pesadas), que será equipado com uma cabine real e ecrãs que permitem a simulação envolvente da condução, e a utilização do sistema Gesbus, entre outros. Deste modo, o cidadão verá diversificado o acesso à informação. Através das realizações no âmbito do Projecto Modern (Programa Civitas), será promovido um transporte mais limpo e melhor, reduzindo a poluição e o desperdício de energia, com consequente melhora das condições ambientais. O Sr. Administrador-Delegado informou que o orçamento das despesas e receitas dos SMTUC para o ano importa em € 20.734.867,00, sendo que, das despesas correntes, o agrupamento 01 – despesas com pessoal correspondem a 44,7% do total do Orçamento, sem incluir a actualização salarial. Todavia, contempla uma verba de € 220.000,00 destinada à amortização da dívida da ADSE, cuja duração é de 5 anos. As despesas com gásóleo, no montante de € 4.028.000,00, correspondem a 58% da verba inscrita no grupo 02. Nas receitas correntes, salientou o acréscimo ao subsídio à exploração da Câmara Municipal, destinado a compensar a manutenção do tarifário, que vigora desde Janeiro de 2008 sem qualquer actualização, apesar das alterações da taxa de IVA que ocorreram desde então. A respeito do Plano Plurianual de Investimentos, disse que ascendia, no exercício económico de 2011, a € 7.317.339,00, sendo € 3.601.759,00 com financiamento definido e € 3.175.580,00 por definir. Para garantir a cobertura dos investimentos previstos no referido Plano, estão previstas as seguintes fontes de financiamento: Administração Central, Câmara Municipal de Coimbra, outros (via Câmara Municipal de Coimbra, fundos comunitários e SMTUC). Sobre o Mapa de Pessoal foi elaborado nos termos do art. 4.º da Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, visando conter os postos de trabalho necessários à concretização das actividades dos SMTUC no próximo ano. A elaboração do Orçamento com pessoal, para além da verba necessária com o pagamento do pessoal que está em exercício de funções, considerou os encargos destinados ao recrutamento de pessoal necessário à ocupação dos postos de trabalho previstos no Mapa de Pessoal, e produzirá reflexos ao longo do ano, embora com maior incidência no último trimestre. Disse que os apoios sociais dados no ano que passou correspondem a uma receita não recebida pelos SMTUC, atingiram € 3.300.000,00, entre passes sociais, passes gratuitos para beneficiários do rendimento mínimo, a diferença do passe da rede geral para os passes sociais e os passes para estudantes. Salientou que os SMTUC já fizeram referência à Divisão de Gestão e Circulação do Trânsito dos pontos negros que devem ser eliminado com celeridade, acrescentando que já foram feitas algumas correcções no ano corrente, mas ainda longe do pretendido. Disse que com o Projecto Civitas vai ser possível concretizar a ligação de todas as viaturas dos SMTUC à semaforização da cidade, conforme adiantado na intervenção do Sr. Vereador Paulo Leitão, possibilitando a mudança do sinal para verde quando se aproximam do mesmo. O Plano de 2011 diminui as verbas em relação ao deste ano em cerca de um milhão de euros, sendo que o aumento do gásóleo (em termos de custo, e não de consumo) este ano é de 17%. O investimento deste ano tem sido relativamente fraco na medida em que todos os anos era repassada uma verba do PIDDAC que era distribuída por seis serviços municipais e que, este ano e no próximo, não vai ser recebida. As transferências da Câmara Municipal para os SMTUC serão, em 2011, de € 3,57 milhões, sendo certo que o aumento do subsídio à exploração representa 2,3%. Disse que a diferença está no facto do passe sub23 não ser recebida desde 2009, valor que tem que transitar nas contas da Câmara Municipal por ter sido a responsável pelo acordo. A previsão da receita do passe sub23 para o próximo ano é de € 120.000,00. Referiu que a contenção de despesas tem sido controlada ao máximo, manifestando o reconhecimento a todos os funcionários que, de modo geral, têm colaborado de forma imprescindível com o Conselho

de Administração. Muito embora tenha havido algumas greves, decorrentes da conjuntura nacional, opinou que nos SMTUC há um ambiente de paz social.

O Sr. **Vereador Álvaro Maia Seco** disse que englobaria na discussão do Orçamento 2011 a análise do Relatório de Actividades apresentado relativamente ao 1.º Semestre de 2010. Lamentou, mais uma vez, as dificuldades que teve em traçar a comparação dos dados de 2010 e os dados previsionais de 2011. Aproveitou para pedir um esclarecimento relativamente a um dos documentos do Plano de Actividades e Orçamento, nomeadamente o ponto 3, onde eram indicados os dados previsionais. Comparando com o texto apresentado para o referido Relatório do 1.º Semestre de 2010, não constavam os indicadores previsionais relativos às questões económico-financeiras reflectidos na proposta. Confessou que alguns dos indicadores que apareciam no Relatório deixavam o Sr. Vereador preocupado, nomeadamente o facto de a oferta ter crescido cerca de 2% em termos de veículos/quilómetros percorridos, mas, em contrapartida, a procura decrescido 1,3%. Ou seja, a taxa de ocupação dos veículos diminuiu. Outro indicador relevante é a velocidade comercial baixar 0,6%, resultando numa quebra de receita de 6,5%. Para uma quebra na procura de 1,3%, a quebra de receita é por demais elevada. Perguntou o motivo pelo qual tal acontecia, e também gostaria de saber se esta evolução negativa da maioria dos indicadores de desempenho se manteve no 2.º Semestre de 2010 e qual era a expectativa de evolução para 2011. Conseguiu apurar que a taxa de cobertura dos custos operacionais passava, no período até Janeiro de 2010, de 56,7% para 50%, em termos de receita versus despesas correntes, perguntando qual a expectativa de desenvolvimento para o próximo ano. Também gostaria de ter uma ideia de qual foi o preço médio do gasóleo subjacente à proposta para 2011. Recordou que o preço do barril de petróleo já ia nos 92 dólares, portanto queria saber qual o custo considerado. Mostrou-se preocupado também com a deterioração do resultado líquido em cerca de € 600.000,00 de um ano para o outro. Por outro lado, e mesmo não sendo politicamente correcto, o Sr. Vereador lembrou que havia a intenção de se manter o tarifário inalterado. Confessou ter muitas dúvidas em relação a isto, e, apesar de perceber que é uma altura economicamente complicada, não podia deixar de lembrar que a deterioração dos tarifários neste tipo de serviço é extremamente difícil de reverter a prazo, pois, politicamente, todos os aumentos acima da inflação são sempre mal vistos. Como teve a oportunidade de falar em privado com o Sr. Administrador-Delegado, achava que, se de facto havia esta preocupação social neste momento, era louvável, mas deveria cingir-se a tarifas absolutamente sociais. Disse que preferia a opção da Águas de Coimbra, em fazer uma actualização genérica próxima da inflação, reservando, eventualmente, um esforço acrescido que a Câmara Municipal queira ter para apoiar pessoas particularmente carenciadas, através de instrumentos vocacionados para tratar dos casos muito complicados existentes no Município. Viu com agrado a solução que está a ser idealizada no âmbito do Civitas, para a prioridade dos transportes públicos nos cruzamentos, mas se a questão não for tratada de forma integrada e coordenada com o alargamento e funcionamento dos corredores bus, estará condenada ao fracasso, já que o tempo poupado pelos autocarros num sítio seria perdido em outro. Comparou-o a um sistema de vasos comunicantes: para dar prioridade ao transporte público é preciso retirá-la aos outros, aumentando o congestionamento noutros locais. Se os autocarros não estiverem protegidos deste aumento, provavelmente o resultado final pode ser pior que a situação actual. Ao nível do tarifário, queria uma opinião da Câmara Municipal, pois acha a solução demasiado simplista e, por outro lado, reforçou o apelo para que a Câmara, nas suas áreas de competência, faça todo o possível, nomeadamente em relação ao não pagamento de estacionamento em parques, um problema de fiscalização aliado à falta de dever cívico das pessoas, que deveriam ser chamadas à razão.

O Sr. **Presidente** concordou com o Sr. Vereador Álvaro Maia Seco, dizendo que, de facto, não havia nada escrito nos direitos fundamentais das pessoas que era um direito inalienável estacionar de graça. O estacionamento ocupa um lugar que é de todos e que, ao ser utilizado, está a ser privatizado por uma pessoa, facto que deve ter um custo e deve se reflectir em quem o utiliza.

O Sr. **Vereador Francisco Queirós** adiantou que algumas das questões que iria colocar já haviam sido abordadas pelo Sr. Vereador Álvaro Maia Seco, nomeadamente a melhor explicação para a alteração de alguns dos números. Por exemplo, o facto da oferta de transporte se manter a mesma, e até haver um acréscimo de 2% no número de quilómetros em cheio na rede geral. Para o Sr. Vereador, o normal seria as pessoas utilizarem mais o transporte público, mas não é o que se verifica. Recordou que a Câmara Municipal de Coimbra paga os seus transportes: a Carris recebe mais de cinquenta milhões de euros do Orçamento Geral do Estado, os STCP recebem cerca de vinte milhões e o Município de Coimbra nada recebe em termos de indemnizações compensatórias. Mas também não podia deixar de referir que, não há muito tempo, na Assembleia da República, o PCP apresentou uma proposta neste sentido, mas os deputados eleitos no círculo de Coimbra, pelo Partido Socialista e pelo Partido Social Democrata, não a votaram favoravelmente. Concluiu dizendo que, apesar de dispor apenas dos meios financeiros referidos, ao contrário do que o Sr. Vereador Álvaro Maia Seco disse, valorizava que neste ano não fossem anunciados aumentos nas tarifas dos transportes. Era um sinal positivo e um esforço no sentido de continuar a se apostar nos transportes públicos de qualidade, melhor do que em muitas cidades do país.

O Sr. **Presidente** disse que lhe parecia evidente que todos estavam de acordo no facto de que era preciso fazer um esforço, nestes tempos mais complicados. Se o esforço for de curta duração, prevê-se um ano de sacrifício, e desequilibrar as contas do sistema de transporte para que a população não veja os preços a aumentar é razoável e

possível. Contudo, salientou que se está a entrar numa época em que não se consegue estimar por quanto tempo haverá complicações económicas. Disse que este assunto terá de ser reequacionado durante o ano de 2011, pois, se o panorama continuar da mesma maneira, esta transferência feita do bolso do pagador de impostos para o bolso do utilizador dos transportes tem que ser bem pensada.

O Sr. **Vereador António Vilhena** quis levantar uma questão, não sobre o documento em si, mas sobre a imagem dos SMTUC. Disse achar inaceitável o estado da entrada dos SMTUC, cuja envolvente deveria ter sido arranjada há muito tempo, não dignificando em nada a instituição. Gostaria de saber se havia algum projecto sobre esta matéria.

O Sr. **Presidente** gracejou, dizendo que estavam a fazer um esforço titânico para diminuir os gastos, além de tocar num assunto sensível ao Sr. Administrador-Delegado, que, de tempos em tempos, aborda o tema.

O Sr. **Administrador-Delegado dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra** convidou o Sr. Vereador António Vilhena para acompanhá-lo num turno das 20h30 à 1h, para verificar em que condições aquela empresa funciona. Disse que a grande maioria das pessoas não conhece a vivência dos SMTUC. Os turnos começam às 5h30 da manhã e acabam à 1h30. A questão colocada pelo Sr. Vereador deve ser a respeito do primeiro edifício, que é a estação de serviço, deduziu. Os terrenos e as infra-estruturas estão situados em solo roubado ao rio, estando permanentemente a ser objecto de modificações na sua estrutura, não sendo fácil melhorar a sua apresentação. Contudo, assegurou que estava melhor que há sete anos atrás, sem pôr em causa quem o precedeu, pois estavam perante as mesmas condições. Por outro lado, há mais de vinte anos ouve-se que os SMTUC deveriam sair daquele local, mas nenhuma das hipóteses foi concretizada. Disse que a intenção, mais do que embelezar o edifício, é pô-lo funcional, mas os custos neste momento determinam as melhorias que podem ser introduzidas naquela infra-estrutura. Disse que teria o cuidado de, dentro das modestas disponibilidades, fazer o melhor possível para melhorar o aspecto do local.

Ao Sr. Vereador Álvaro Maia Seco, respondeu que a nova bilhética vai permitir a optimização de todo o tarifário, mesmo considerando as distorções que existem. Concordou que não fazia sentido que quem tivesse possibilidades económicas possuísse um passe a pagar € 12,50, mesmo preço pago por que não tem. Em relação ao preço do gasóleo, recordou ter vindo há pouco tempo ao Executivo o concurso público, por intermédio da Vortal, e o valor de aquisição é de € 0,919, um pouco mais favorável que o de mercado, por causa dos descontos obtidos. Entretanto, não podia prever a variação do preço do gasóleo para o próximo ano. Em relação à oferta, confirmou que houve um aumento de 2%, lembrando que foi criada uma carreira para Almalaguês e outras foram reestruturadas para permitir uma oferta mais consentânea com as necessidades das populações. Reconheceu que a procura baixou nos primeiros seis meses, mas tem vindo a melhorar no restante do ano. Explicou que uma das razões para a diminuição desta procura era o tecido empresarial de Coimbra ser muito reduzido, e tem vindo a diminuir cada vez mais. Disse que o passe mais caro dos transportes era o vendido pelo motorista e, surpreendentemente, foi o mais procurado em 2010, acrescentando que isto significava que as famílias usavam o transporte público só em último caso. Em relação ao Relatório de Actividades do 1.º Semestre, declarou que havia alguns factores que eram importantes e implicavam aquele resultado: a falta da procura, já que não se pode obrigar as pessoas a aderirem ao serviço, a falta de fiscalização nos parques de estacionamento pagos e a diminuição da procura do passe gratuito pelas pessoas que beneficiam do rendimento mínimo garantido. Também contou o facto de os SMTUC receberem algumas dezenas de cartas a solicitarem que o tarifário não fosse aumentado. Sobre as coimas aplicadas às pessoas que utilizam os autocarros sem o bilhete, disse que grande parte desta verba é encaminhada ao IMTT, com um agravante: as multas para lá enviadas prescrevem. Concluiu informando que no dia 14 de Dezembro foram publicadas no Diário da República, 1.ª Série, n.º 240, as indemnizações compensatórias para este ano, onde a Carris e o STCP recebem muitos milhões de euros e a Câmara Municipal de Coimbra, nada.

O Sr. **Presidente** reiterou que, se pessoalmente há um limite para o esforço que pode ser feito colectivamente, pelos dados que foi obtendo ao longo do ano a opção de não aumentar o tarifário em 2011, extraordinariamente, era quase inevitável, apesar dos perigos que a decisão encerra, como apontou o Sr. Vereador Álvaro Maia Seco. Mas deixou claro que, se a situação se mantiver, a questão terá de ser muito bem pensada no futuro.

O Sr. **Vereador Álvaro Maia Seco** pediu um esclarecimento adicional em dois pontos. Em relação à questão do preço médio do gasóleo, implícita no Orçamento para 2011, gostaria de saber qual o adoptado, pois tal informação implicava se era assumida uma estabilização do preço do gasóleo de 2010, ou se era previsto o mesmo aumentar ou diminuir. Gostaria de saber qual foi o número usado para fazer a projecção de custos, até para que o Sr. Vereador aferisse qual era o grau de credibilidade que daria à projecção. A outra questão era sobre a queda de 6,5% da receita. Ficou satisfeito com a informação dada sobre a ligeira recuperação verificada no 2.º Semestre, mas, perante a descida da procura em 1,3%, era preocupante o valor da quebra da receita. Disse que nunca conseguiu apurar através dos números se isto estaria relacionado com, por exemplo, quebras de receitas provenientes dos estacionamento, e quanto este factor representava nestes 6,5%. Solicitou que os números estivessem melhor discriminados, para fazer uma análise adequada. O Sr. Vereador disse que conhecia o Sr. Administrador-Delegado há muitos anos. Todavia, faria uma pequena crítica em relação ao tom de algumas justificações dadas. Parecia ao Sr. Vereador que os transportes

colectivos em Coimbra eram vistos apenas como um serviço para quem não tem alternativa. Afirmou que este era o problema: nunca se conseguiria garantir alguma sustentabilidade significativa do sistema enquanto não houver capacidade para fazer uma transferência expressiva das pessoas que utilizam o automóvel para o transporte colectivo. Por isso enfatizou tanto a fiscalização de estacionamento como o controlo das velocidades comerciais e a fiabilidade do serviço, pois ainda havia demasiadas falhas a este nível. Disse que isto não tinha a ver directamente com a apreciação que faria, pois os vereadores socialistas tencionavam abster-se. Apenas gostaria que, daqui a um ano, não se lamentasse a quebra da rentabilidade, sem que fosse feito tudo o que era possível, com todos os instrumentos que estão à disposição da Câmara Municipal.

O Sr. **Administrador-Delegado dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra** disse que, neste momento, era muito difícil fazer conjecturas, pois na semana anterior o petróleo estava a um preço e, logo a seguir, noutra, declarando que não podia antever a política do Governo neste sector. Até porque as margens retidas não tinham nada a ver com o preço de venda ao público, realçou.

O Sr. **Vereador António Vilhena** disse que esta resposta não o satisfazia. Deu o exemplo da TAP, que fez uma projecção dos custos levando em consideração os preços do gasóleo adquirido no ano passado, fazendo uma extrapolação para o aumento dos combustíveis para 2011. Disse que este Orçamento poderia pecar à partida por ter sub ou sobreavaliado, uma vez que não tinha o valor em questão, acrescentando que esta resposta não era política nem tecnicamente correcta.

O Sr. **Administrador-Delegado dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra** respondeu que, neste caso em específico, não poderia fazer futurologia. Disse que não poderia baixar ou empolar o preço do combustível, pois seria um procedimento incorrecto. Considerou que a análise apresentada foi a mais certa.

O Sr. **Presidente** disse que o Sr. Administrador-Delegado poderia fazer chegar estes números de forma mais agregada ao Executivo, para que se começasse a preparar a discussão do próximo ano.

Assim, e com base no ofício registado com o n.º 72520, em 15/12/2010, dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2304/2010 (20/10/2010):

- **Aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra para o ano de 2011 que, dada a extensão do documento, fica apenso à presente acta, fazendo parte integrante da mesma;**
- **Enviar à Assembleia Municipal.**

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Sr. Presidente, a Sra. Vice-Presidente e os Srs. Vereadores Paulo Leitão, Luís Providência, Maria João Castelo-Branco, João Orvalho e Francisco Queirós e abstiveram-se os Srs. Vereadores Álvaro Maia Seco, António Vilhena e Rui Duarte.

Declaração de voto do Sr. Vereador Francisco Queirós:

O Sr. Vereador Francisco Queirós anunciou que votaria favoravelmente as Grandes Opções do Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra. Defendeu, mais uma vez, que é inaceitável o comportamento do Governo relativamente aos transportes públicos de Coimbra. Recordou que se todos os vereadores defendem que os transportes públicos do Concelho devam ter indemnizações compensatórias como se verifica em Lisboa - onde a CARRIS recebe 54 milhões de euros do Estado - e no Porto - onde os STCP recebem 20 milhões - já os deputados eleitos pelo PS e PSD pelo distrito de Coimbra não partilham da mesma posição porque rejeitaram um projecto de resolução do grupo parlamentar do PCP que defendia que os SMTUC recebessem indemnizações compensatórias.

Apesar de dispor tão só dos meios financeiros municipais, e num período em que se anunciam aumentos significativos nos preços dos transportes, a proposta de GOP e Orçamento dos SMTUC é que mantenham as tarifas dos transportes do Concelho, continuando a apostar-se no melhoramento da rede e da sua frota.

Nesta altura passou-se à discussão do Ponto XVI.1.

PONTO XVI – AC – ÁGUAS DE COIMBRA, E.E.M.

XVI.1. Plano de Actividades e Orçamento 2011 e tarifário 2011

O Sr. **Presidente do Conselho de Administração da Águas de Coimbra** transmitiu as felicidades ao Sr. Presidente para o exercício das novas funções. Afirmou que o Conselho de Administração daquela empresa sempre colaborou com a Autarquia e com o anterior Presidente, numa relação franca e aberta, assegurando que podia contar com o mesmo empenho e lealdade contribuindo, desta forma, para o sucesso deste mandato. Saudou a Sra. Vice-Presidente e desejou também sucesso ao Sr. Vereador João Orvalho. Cumprimentou o Sr. Vereador Luís Providência, que, juntamente com os Srs. Vereadores Álvaro Maia Seco e Carlos Cidade, se deslocaram à empresa para se inteirarem e trocar impressões sobre o funcionamento da mesma. Disse que era uma prática que elevava a democracia, constituindo um exemplo do que deveria ser a proximidade entre os representantes do accionista e os dirigentes da empresa. Saudou também o Dr. Maló de Abreu que, na qualidade de líder da bancada parlamentar da maioria que sustenta o Executivo camarário, também se deslocou à Águas de Coimbra, em conjunto com outros elementos da Assembleia Municipal, fazendo o mesmo esforço para acompanhar a actividade da empresa.

Explicou que aquele era um Orçamento de contenção, alinhado com a realidade económica do país, e que previa cortes relevantes em todas as rubricas directamente controladas pela gestão da empresa. As únicas rubricas que não sofrem estes cortes eram relativas aos contratos existentes com a Águas de Portugal, os custos com a ADSE, ou outras que estavam fora do controle directo da empresa. Disse que o contexto de crise económica reforçava esta exigência, aumentando a responsabilidade de se adequar os tarifários socialmente justos com um imperativo importantíssimo do regular, que estipula que devem ser recuperados todos os custos de manutenção e funcionamento através das tarifas, informando que é um objectivo que será alcançado já no próximo Orçamento. Este Orçamento também ajustava empresa à realidade com que se defrontará no próximo ano, já que as transferências municipais para o equilíbrio da gestão se reduzirão drasticamente, em cerca de seis milhões de euros. Assim, espera-se que este equilíbrio venha a ser consolidado a médio e longo prazo sem recurso a estas transferências. Declarou que este era um Orçamento de rigor, de transparência, com uma gestão cuidada dos seus recursos, e que previa uma mudança de paradigma, concluídos que estavam os investimentos de fundo dos últimos anos que permitiram ao Município alcançar níveis excelentes de cobertura, atingindo os 100% na água, com elevadíssima qualidade, e de 95% no saneamento. Urgia agora reequacionar o Plano de Investimentos, redefinindo prioridades. Esclareceu que a prioridade agora não era instalar tubos em todos os lugares nem continuar o alargamento da rede ao ritmo que se viu no passado, mas requalificar e conferir racionalidade económica aos investimentos que se fazem na rede, optimizando e redimensionando. Disse que os investimentos eram basicamente de requalificação, tanto da rede de água como a de saneamento. Havia ainda algum alargamento das redes de saneamento na sequência de projectos que vêm sendo executados, situação que se estabilizará nos próximos anos. Como sinal do rigor que a empresa está a tentar implementar, das doze obras concluídas neste ano, nenhuma foi concluída acima do custo. Uma delas foi tão abaixo do preço previsto que possivelmente o empreiteiro seria indemnizado. Saliou que não se estava a deixar de gastar aonde era necessário, apenas que a empresa estava a ser espartana na gestão dos investimentos, sem degradar, obviamente, a qualidade do serviço, mas sendo rigorosíssima no acompanhamento da execução das obras e em todas as componentes do custo final. Disse, por fim, que o Orçamento previa um resultado líquido muito equilibrado, mas adiantou que, nos próximos anos, este resultado andaria entre o zero e os dois milhões de euros negativos, em virtude da amortização dos equipamentos, prevista para 30 anos. Este factor já estava instituído e será mantido, tendo o período de amortização na área do saneamento sido aumentado. Neste período, é possível garantir aos munícipes de Coimbra que todo o investimento e infra-estrutura estarão em condições de serem repostos. Como a vida útil desta infra-estrutura é muito superior a esta estimativa de 30 anos, consequentemente serão gerados cash flows positivos, permitindo a reposição deste investimento mais cedo ou a execução de outros, como a requalificação, a expansão da rede, a melhoria da eficiência da empresa, ou eventualmente, num futuro mais próximo, escolher outras opções, como a remuneração do accionista. Disse que alterar a política de amortização em vigor traria resultados líquidos visíveis, mas modificaria a tributação da empresa, o que basicamente era transferir riqueza do Município de Coimbra para o Estado Central. Relativamente ao tarifário, disse que o mesmo aumentava de acordo com a inflação, e previa a diminuição das transferências do Município nos montantes relevantes que referiu, mas que, ainda assim, permitia o tal equilíbrio económico-financeiro sustentável a médio e longo prazo. Afirmou que era um aumento parcimonioso, e que além de possibilitar o equilíbrio, permitia cumprir uma das recomendações essenciais do regulador, designada por total cost recovery, ou seja, a recuperação de todos os custos de manutenção, investimento e funcionamento através das tarifas. Não acarretava, ainda, um agravamento muito significativo em termos sociais. Para que o Executivo tivesse uma noção mais precisa dos valores envolvidos, disse que uma família que tivesse um consumo situado no 1.º escalão teria um aumento de 23 cêntimos por mês. No 2.º escalão, composto, normalmente, por agregados familiares de quatro pessoas, o agravamento será de 37 cêntimos e, no 3.º escalão, com consumos muito significativos, o agravamento será de 74 cêntimos por mês. Informou que, em breve, seria trazida ao Executivo uma proposta de alteração estatutária, atendendo a que nos últimos anos foram feitos investimentos importantes na empresa, dotando-a de capacidade de resposta às exigências a que esteve sujeita, e que se traduziu na gestão, planeamento, execução e manutenção do investimento de aproximadamente 8 milhões de euros por ano. Não vai ser possível manter este nível de investimento, reconheceu, mas existe uma capacidade produtiva instalada, a qualificação dos recursos humanos, os meios técnicos, software de grande qualidade, sendo necessário procurar alternativas para potenciar estes recursos, para gerir riqueza para o Município e para os munícipes e alargar os serviços para fora do Concelho. Informou que tem a Águas de Coimbra tido reuniões com instituições de fora, que ficam impressionadas com a qualidade do serviço prestado e interessadas em

aprofundar parcerias. A proposta de alteração estatutária tem o objectivo de habilitar a empresa a prestar serviços fora do âmbito do Concelho, o que, além de trazer riqueza ao Município, vai contribuir para atenuar a factura dos municípios.

O Sr. **Vereador Francisco Queirós** recordou que estavam a falar da água, um bem essencial à vida, opinando que deveria sempre ser pública, estando contra qualquer tipo de processo que vá em sentido contrário, ou que venha a contribuir para a diminuição do controle municipal sobre este bem fundamental. Disse que a opção por um aumento do tarifário, mesmo que não muito significativo, aparece na sequência de aumentos expressivos no ano passado, além dos perspectivados para o futuro, até haver a separação da Câmara Municipal em relação ao Orçamento da Águas de Coimbra. Neste processo, vislumbrava o aumento gradual do custo da água, temendo que ela se torne um bem caro. Contra este processo, e como forma de protesto, não poderia votar a favor do processo, embora entendesse, naturalmente, que diante deste contexto não se poderia fazer outra coisa.

O Sr. **Vereador Álvaro Maia Seco** disse que concordava com o aumento médio do tarifário. Mas solicitou que fossem prestadas certas informações (se não fosse possível naquele momento, podia ser numa próxima reunião): a comparação do tarifário da Águas de Coimbra com tarifários de outros pontos do país. Como não havia concorrência interna, necessitava de um benchmarking que fosse explícito. Reconheceu o esforço implícito na melhoria das contas de gestão da empresa, mas, como a questão da política de amortizações deturpava um pouco a análise dos resultados, questionou qual tem sido a evolução em 2009 e 2010, bem como a prevista para 2011, ao nível do EBIDA, para diminuir as distorções na leitura dos resultados. Por outro lado, disse que gostaria de obter mais informações sobre a evolução prevista, e tendo em conta do ano passado até três anos futuros, sobre o subsídio de exploração que a Águas de Coimbra deixará de beneficiar por parte da Câmara Municipal. Sobre a política de tarifário, disse que poria uma questão de fundo que já existia há vinte anos. Disse que estava completamente em desacordo com a lógica de tarifários apresentada. Mais, achava que era ilegal. Disse que era preciso entender que a Águas de Coimbra era fornecedor monopolista de um bem que as pessoas não tinham opção em escolher alternativa, não sendo aceitável ter uma atitude tal que, na legislação, era designada por abuso de posição dominante, e era o que o tarifário consubstanciava. Exemplificou que o consumo de água para não familiares, ou seja, para o comércio, indústria e serviços, é de € 1,12/m³, pressupondo que este não era um tarifário social. Deveria ser um tarifário genericamente comercial, até porque o Sr. Vereador apurou que o preço de aquisição da água para 2011 era de € 0,46/m³. Afirmou que não confundia margem com lucro, mas a margem em questão era de mais de 100%. Usando este valor como referencial, não conseguia perceber que houvesse atrevimento para cobrar a entidades como hospitais e centros de saúde um valor 50% acima deste. Estava indicado no documento distribuído que instituições como a Universidade de Coimbra pagam o dobro do preço da água do comércio. Disse que sabia muito bem como estes valores foram alcançados, mas, na perspectiva do Sr. Vereador, isto era abuso da posição dominante. Declarou que se fosse Administrador dos Hospitais da Universidade de Coimbra, simplesmente deixava de pagar a água, esperando para ver como a cortariam com base num tarifário daquele tipo. Ou pagava dois meses e deixava de pagar um, para que os valores se ajustassem. Chamou a atenção para o item das escolas públicas do ensino básico e secundário, que também tem uma sobretaxa de 50% em relação à taxa normal. Perguntou quanto as escolas particulares pagavam, ponderando se o preço era inferior ao das escolas públicas, pois só as conseguia encaixar no comércio, indústria e serviços. Questionou também sobre em que regime as clínicas hospitalares privadas pagavam. Perguntou com que direito a Universidade de Coimbra era cobrada, em vez dos € 1,12 pagos pelo comércio, € 3,27, a menos que tivessem algum protocolo diferente. Salientou que o Fórum Coimbra era facturado, em relação ao metro cúbico da água, num valor três vezes inferior ao da Universidade de Coimbra, ao Governo Civil ou às Finanças. Afirmou que já era difícil aceitar estes tarifários familiares tão progressivos, pois para agregados familiares que consomem entre 16 e 25 m³, o que não era propriamente uma exorbitância, a taxa era de € 1,63/m³. Disse que tinha de registar a sua frontal discordância sobre a estrutura do tarifário, reconhecendo que a mesma mantinha estes vícios há muitos anos, mas precisava ser corrigida pois, a seu ver, era ilegal. Estava convencido que, nos próximos anos, em que o serviço público levará uma aperto orçamental brutal, esta questão será colocada de certeza.

O Sr. **Vereador Paulo Leitão** disse que ao analisar o documento constatou que está previsto um investimento na rede de águas residuais para o Dianteiro e para as Torres do Mondego a partir de 2013. Uma vez que, tanto quanto se lembra, esta intervenção estava prevista para 2012 gostaria de saber quais as razões que levaram a esta derrapagem.

O Sr. **Presidente do Conselho de Administração da Águas de Coimbra** confessou que tem algumas dificuldades em perceber a posição do Partido Comunista Português nestas matérias porque, na verdade, também ele entende que a água é um bem público e um bem essencial à vida mas não é a natureza pública ou privada dos operadores e prestadores de serviços que determina a respectiva qualidade e capacidade. Pensa, sim, que essa capacidade e qualidade pode ser obtida quando são conseguidos os estímulos certos e, no seu entender, esta empresa tem as motivações certas para fazer o que é devido aos municípios de Coimbra. Aliás, considerava, mesmo, que, com os recursos disponíveis, ninguém conseguiria fazer melhor que os 300 trabalhadores que integram a Águas de Coimbra. Disse, ainda, que não consegue descortinar qualquer razão para que este documento não seja aprovado mas se alguém votar contra seria útil que pudesse explicar as razões dessa tomada de posição e quais as correcções consideradas

necessárias. Por outro lado, e relativamente à intervenção do Sr. Vereador Álvaro Maia Seco, a quem saudou pela fio condutor que apresentou, esclareceu que nas médias dos tarifários não se irão obter grandes comparações se bem que se encontra disponível para lhe fornecer todos os elementos mas, como dizia, estes dados são facilmente comparáveis em virtude da maioria dos serviços municipalizados não terem a preocupação de fazerem a total cobertura dos custos através das tarifas. A água é, geralmente, fortemente subsidiada na generalidade dos concelhos. Por outro lado, os níveis de cobertura alcançados pela Águas de Coimbra não são comparáveis com a cobertura da generalidade dos concelhos, uma vez que se está a falar dum investimento feito nos últimos 9 anos na ordem dos 80 milhões de euros que é algo sem paralelo, não só há história desta entidade, mas da generalidade dos municípios. Portanto, comparar só tarifas de pouco serve servindo, apenas, como um mero indicador. Disse, ainda, a este propósito, que de todas as empresas que estão a conseguir recuperar integralmente os seus custos através das tarifas a Águas de Coimbra é a que está incomparavelmente melhor e se é expectável uma evolução drástica no preço da água para muitos municípios, em virtude do muito investimento que está a fazer e da falta de transparência de gestão, a Águas de Coimbra nos próximos anos não irá aplicar aumentos dramáticos do preço da água. Aliás, seria uma irresponsabilidade propor agora a um aumento de tarifários comedido se essa medida viesse agravar a situação económico-financeira da empresa em termos de equilíbrio a médio/longo prazo. Por outro lado, disse ao Sr. Vereador Álvaro Maia Seco que, obviamente, está disponível para lhe facultar os dados que ele solicitou mas gostaria de o alertar para o cuidado que é necessário ter a analisar os documentos em causa face aos motivos que já explicou, pois não se podem comparar empresas com uma cobertura total como tem a Águas de Coimbra com empresas cuja cobertura não chega aos 50%, que não estão a fazer a recuperação dos custos através das tarifas ou que têm as suas empresas penhoradas. Aliás, estas são as razões pelas quais o regulador tem vindo a ver um esforço muito grande no sentido de procurar metodologias relativamente às tarifas, esforço notável que vai no sentido de quer as empresas, quer os serviços municipais possam ser comparados entre si no que diz respeito às tarifas e para que haja verdade e transparência, o que só acontece quando os preços ilustram os processos de transformação da empresa e os custos inerentes a esses processos.

Continuou salientando que a melhoria das contas agora apresentadas resulta, essencialmente, de duas coisas que são a contenção das despesas sem colocar em risco a qualidade do serviço, por um lado, e da capacidade de prestar serviços fora na tentativa de amenizar as tarifas mediante quer o alargamento do âmbito dos serviços prestados aos consumidores, quer com aumento de receitas que esses novos serviços irão realizar. Aliás, a curto prazo os técnicos da Águas de Coimbra irão prestar serviço no âmbito do contrato da UCLA, deslocando-se a Cabo Verde onde irão dar formação. Quanto ao subsídio à exploração, o Sr. Presidente do Conselho de Administração, informou que os valores atribuídos foram, em termos orçamentais, 8 milhões e meio de euros em 2006, em 2007 e em 2008, nove milhões e seiscentos mil euros em 2009, sete milhões e novecentos em 2010 e estão previstos cerca de três milhões e meio em 2011 o que vem acentuar a quebra que se tem vindo a verificar. Quanto à questão do tarifário o Sr. Presidente do Concelho de Administração lembrou que é precisamente através da receita por ele produzida que terão de ser conseguidos os equilíbrios e, no seu entender, esse objectivo está a ser conseguido. Lembrou, também, que nesta questão é justo que quem mais consome seja obrigado a pagar mais e que esse aumento de tarifário não seja proporcional ao aumento do consumo uma vez que o que se pretende é, precisamente, introduzir racionalidade nos consumos. Se se tiver em conta aquilo que é o consumo dos Hospitais da Universidade ou de outra instituição pública qualquer, que é um tarifário único, com aquilo que é o volume de consumo dos escalões familiares constata-se que os institutos públicos, ainda assim, acabam por ser beneficiados. Agora, está disponível para discutir este assunto com todos aqueles que estejam disponíveis e apresentar contributos, e não tem uma posição hermética quanto a esta questão, importa apenas ter em conta que esta é uma situação complexa, na medida em que o volume de consumo que existe nestas instituições é muito superior ao consumo normal e desonerar estas instituições significa onerar outras ou, em última instância, as famílias. No que diz respeito à questão da transformação disse que, ainda que seja um custo muito caro é muito inferior àquele que a própria Águas de Portugal prevê para o custo de um modelo verticalizado daqui a alguns anos. Na verdade, a Águas de Portugal nos estudos que tem prevê um custo de 3,85 euros. Finalmente referiu que toda a alteração da estrutura tarifária não poderá ter como consequência a redução da receita, podendo ter apenas alguns ajustamentos que não são fáceis de conseguir.

O Sr. Vereador Álvaro Maia Seco disse que compreende que obviamente que não se pode ter apenas em conta o tarifário, é preciso racionalizar também ao nível dos custos. Mas não pode concordar com as palavras do Sr. Administrador relativamente ao tarifário e, nesse sentido, deu exemplos concretos: por que razão o Fórum Coimbra paga água a 1,12€, os HUC a 1,63€ e a Universidade de Coimbra a 3,2€?, questionou. Por que razão nestes tarifários as escolas privadas pagam menos do que as públicas, acrescentou. Nem sequer põe aqui em causa se deve ou não haver uma componente social imposta desta maneira aos consumidores industriais. Está apenas a fazer comparações com aquele que lhe parece ser o tarifário comercial. Na sua opinião, uma empresa, ainda por cima pública, deve ser rentável mas não às custas de espoliar entidades respeitáveis. E esta não é uma crítica pessoal, frisou, já que este tarifário já vem de há 20 anos. O que reafirma é que este tarifário é indefensável e ilegal e está convencido que, em Tribunal, isto não passa. A questão é que os tribunais portugueses são a vergonha que são e ninguém está para se chatear a pôr a Câmara em Tribunal. Na sua opinião, trata-se de abuso de posição dominante.

O Sr. Presidente do Conselho de Administração da Águas de Coimbra refutou que não se pode falar em espoliar, é um termo forte demais e este CA está a conseguir um equilíbrio financeiro sem desperdícios relevantes. Espoliar seria

extorquir aos consumidores para alimentar algo que não é legítimo. O tarifário tem inúmeras componentes e a única questão que leva o Sr. Vereador Álvaro Maia Seco a votar contra é o facto de o Fórum pagar menos que os HUC. E não é só o Fórum que paga menos, são todos os que têm a mesma classificação. Quem fez o tarifário, há muitos anos atrás, pretendeu criar uma discriminação positiva a favor do comércio. A divisão é feita por grupos económicos, por CAE, e, portanto, alguém tem de definir essas mudanças. A política de tarifário, incluindo a política social de tarifário, é algo que transcende a empresa municipal. Na sua opinião, alguém tem que assumir, de facto, estas diferenças. Quanto à questão das escolas, não há escolas privadas a pagar menos que escolas públicas, até porque na altura em que este tarifário foi feito não havia escolas privadas e ele não foi alterado. A classificação é por actividade económica e não pelo carácter privado ou público de cada instituição.

O Sr. **Vereador Álvaro Maia Seco** concordou que não compete à empresa definir a política de tarifários e é precisamente por isso que solicitou ao Sr. Presidente que a votação deste ponto fosse feita separadamente. Disse, também que genericamente concorda com o aumento médio do tarifário nos termos da inflação e o que disse anteriormente foi que o tarifário de referência que aqui é proposto, de 1,12%, é o tarifário comercial, não disse, em momento algum, que o comércio em geral está a ser beneficiado com esta política de preços prejudicando outras actividades. Considera, como já disse, que o comércio não tem de ser penalizado mas que tem, isso sim, de pagar uma tarifa comercial, por isso mesmo faz-lhe confusão que existem algumas tarifas punitivas. Dito isto, disse que concordar com algumas coisas que o Dr. Marcelo Nuno disse e realçou que também é um defensor do princípio utilizador/pagador, contudo pensa que cabe às entidades públicas a responsabilidade de assumirem a existência, ou não, de tarifários sociais e alguma compensação financeira se assim for entendido, também. Por esta razão não pode estar de acordo com o tarifário da Universidade de Coimbra, pois é uma diferença de 4 vezes mais relativamente à tarifa normal.

O Sr. **Presidente do Conselho de Administração** da empresa concluiu realçando que, apesar de tudo, o tarifário em apreço não é, de forma alguma, um tarifário caro comparativamente a outros e ao que é estimável em termos futuros nesta matéria. Disse, também, que se procurou não apresentar uma proposta muito complicada em termos de tarifários e de benefícios sociais, aplicando aquela regra do “make it simple” para que não se perca, depois, em controlo e em gestão os benefícios que se conseguiram obter. Relativamente à questão da Universidade salientou que se esta entidade estivesse sujeita a um escalão familiar pagaria muito mais ao final de cada mês.

O Sr. **Presidente** disse que, na verdade, este tarifário é muito antigo e tem sofrido várias correcções/alterações ao longo dos tempos sem que tenha sofrido uma intervenção de fundo sendo que tem na sua base um tarifário progressivo que, como sabemos não se destina a penalizar quem consome muito mas sim quem consome demais. Para finalizar disse que gostaria de deixar aqui um repto que é o de que a Autarquia em colaboração com a empresa proceda a uma análise exaustiva e rigorosa deste tarifário, tentando obter um documento simples e transparente, que contenha menos injustiças que aquelas que hoje foram aqui apontadas.

Face ao exposto, e tendo por base os documentos apresentados pelo Conselho de Administração da Águas de Coimbra - EM, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2305/2010 (20/12/2010):

- **Aprovar o Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 2011 da AC, Águas de Coimbra, EM, integrado pelos seguintes documentos previsionais que, dada a sua extensão, ficam apensos à presente acta fazendo parte integrante da mesma:**
 - Plano Plurianual de Investimentos
 - Demonstração Previsional de Resultados
 - Desenvolvimento da Demonstração Previsional de Resultados
 - Balanço
 - Demonstração dos Fluxos de Caixa
 - Desenvolvimento da Demonstração dos Fluxos de Caixa
 - Parecer do fiscal único
- **Enviar à Assembleia Municipal.**

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Sr. Presidente, a Sra. Vice-Presidente e os Srs. Vereadores Paulo Leitão, Luís Providência, Maria João Castelo-Branco e João Orvalho e abstiveram-se os Srs. Vereadores Álvaro Maia Seco, António Vilhena, Rui Duarte e Francisco Queirós.

Colocado o tarifário a votação, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2306/2010 (20/12/2010):

- **Aprovar o Tarifário para o ano de 2011 da AC, Águas de Coimbra, EM, que, dada a sua extensão fica apenso à presente acta fazendo parte integrante da mesma;**

- **Enviar à Assembleia Municipal.**

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Sr. Presidente, a Sra. Vice-Presidente e os Srs. Vereadores Paulo Leitão, Luís Providência, Maria João Castelo-Branco, João Orvalho e votaram contra os Srs. Vereadores Álvaro Maia Seco, António Vilhena, Rui Duarte e Francisco Queirós.

Declaração de voto do Sr. Vereador Francisco Queirós:

O Sr. Vereador Francisco Queirós afirmou que se absteve na votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento da Empresa Municipal AC – Águas de Coimbra, EM e que votou contra o novo tarifário de água porque considera que a gestão da água é determinante para o bem-estar das populações, que enquanto bem essencial à vida tem de ser pública. A CDU estará sempre contra a sua privatização, e contra os processos que, mesmo não assumidamente, venham a contribuir para a diminuição do controlo municipal sobre este bem e serviço.

A CDU que já no ano anterior denunciou e rejeitou o aumento das tarifas de água e saneamento não pode aprovar as GOP, o Orçamento e o novo tarifário de água e saneamento num quadro de crise e num processo de agravamento continuado e sistemático das tarifas, afirmou.

Nesta altura passou-se à discussão do Ponto XVII.1.

PONTO XVII – TC – TURISMO DE COIMBRA, E.M.**XVII.1. Orçamento e Plano de Actividades 2011**

O Sr. **Presidente do Conselho de Administração da Turismo de Coimbra, E.M.** começou por cumprimentar o novo Vereador, João Orvalho, bem como aqueles que passaram a exercer novos cargos.

Em relação ao Orçamento da Turismo de Coimbra E.M. teceu algumas notas explicativas sobre a lógica em que este surge. Esclareceu que a Empresa de Turismo foi criada há mais tempo, funcionando há quatro anos nos moldes presentes, com o presente Conselho de Administração, tendo herdado as pessoas que trabalhavam na Divisão de Turismo e um conjunto de atribuições que incrementou e modificou à luz das opções que o conselho de administração foi tomando ao longo dos três anos.

Em termos de orçamento global, é o mesmo, mas, desde o segundo ano, teve que se responsabilizar por parte do pessoal, que estava afecto à Divisão de Turismo e cuja verba saía do orçamento da Câmara Municipal. Além desse factor, acrescentou, existem menos trabalhadores na E.M. Turismo do que os que tinha a Divisão de Turismo.

O desafio que foi lançado na altura, lembrou, foi que se definissem e desenvolvessem políticas de promoção e animação turística e que se pudessem passar a gerir um conjunto de espaços, o que tem sido feito. Algumas políticas de promoção e desenvolvimento têm sido desenvolvidas um pouco na fronteira do que devia ser a animação turística, acrescentou, citando o exemplo da iluminação natalícia, mas tal foi assumido no âmbito do contrato programa da Empresa de Turismo. Assim, feitas bem as contas, quase 50% do orçamento atribuído à Empresa Municipal está vinculado a um conjunto de actividades normais (iluminação de Natal, agenda cultural, actividades do Concelho e pagamento ao pessoal).

Neste quadro, continuou, o presente orçamento implica uma redução de cerca de 40% face ao ano anterior. Explicou que aparece uma rubrica com o pessoal inflacionada porque passa todo para pagamento directo da Empresa, trabalhadores que estavam cedidos pela Câmara à Empresa de Turismo e eram pagos pelo Orçamento da Câmara. Acrescentou que os custos directos da Empresa - como energia, água, pessoal - são por lei da responsabilidade total da Empresa. Assim, foi necessário tomar opções muito claras. Considerou que foi dado mais um passo para um orçamento participativo na área do Turismo, foram consultados todos os agentes atempadamente tentando sentir como evoluem as suas percepções na forma de fazer turismo, o que considera importante para, dentro dos recursos disponíveis, criar condições para receber os turistas que nos visitam, mexer nos postos de turismo (com urgência), estando para breve a criação de um junto ao Portugal dos Pequenitos. Também decorrem conversações com a Universidade para melhorar o atendimento no átrio da Biblioteca Geral e está em execução o projecto para o “Welcome Center” da Portagem.

Apesar da falta de recursos, realçou que é importante pensar nos mercados de proximidade, lembrando que na Feira de Valladolid foi possível constatar como é importante marcar presença porque existia por parte dos participantes procura do destino de Coimbra. Assim, considerou que Vigo, Valladolid e Cáceres, são mercados que não podem ser descurados. Também do Brasil se efectuaram em Coimbra algumas reuniões de executores de programas. Em relação a estruturar um programa de animação turística, será feito só com base em grupos de Coimbra, um pouco à semelhança de que se passou no Verão passado, com sucesso mais ou menos reconhecido. Importante é disponibilização para as parcerias possíveis, nomeadamente ao nível do turismo científico - os congressos são fundamentais para Coimbra, podendo esta ser a tal hipótese da inversão da sazonalidade; manter as colaborações, nomeadamente no âmbito do turismo cultural, as datas que relembram que Coimbra foi importantíssima na formação e desenvolvimento do País – os 900 anos do Foral, os 800 anos das Cortes e os 650 anos da transladação do corpo de Inês de Castro.

Acrescentou, ainda, a edição de qualidade de algumas rotas de monumentos estratégicos de Coimbra, numa gestão muito rigorosa dos recursos disponíveis para 2011.

O Sr. **Vereador Francisco Queirós** comentou que no presente Plano de Actividades nota algumas faltas, comentando que a Cidade tem o Mosteiro de Santa-Clara-a-Velha, que recebeu o prémio que recebeu, tem Museus, a Universidade, a história e património que o levam a crer que merece uma política de turismo mais arrojada, em estreita colaboração com a cultura. Considera, assim, que a Marca de Coimbra pode ir mais longe, embora faltem alguns meios.

O Sr. **Presidente** lembrou que a política de Turismo conta com a Empresa de Turismo de Coimbra, mas tem também tudo o que torna a Cidade mais interessante aos olhos do que se passa na Cultura, no Desporto, na Limpeza e, como tal, o que se gasta em atrair gente é muito mais do que o Orçamento do Turismo

O Sr. **Vereador Álvaro Maia Seco** comentou que algumas das mensagens verbais que foram transmitidas pelo Presidente do Conselho de Administração da Turismo de Coimbra não foram recebidas no documento para avaliar. Considerou que faltam referências sobre indicadores de gestão ou de desempenho do papel que a Empresa está a ter. Da leitura do Orçamento e Plano de Actividades não retira qual o desígnio estratégico que a Empresa tem ou qual o valor acrescentado que traz à lógica de promoção do Turismo em Coimbra. São elencadas medidas que irão ser tomadas durante o ano de 2011, mas falta qualquer coisa de fecho. Fala-se da importância de promover o turismo de congressos mas não se percebe quais as acções que vão ser tomadas para ajudar a alcançar esse objectivo. Outro exemplo: estão a ser iniciadas as obras do Convento de S. Francisco e um Plano de Actividades planeia-se a médio-longo prazo, e não se notam acções para, em colaboração com a Câmara Municipal, garantir que no momento em que o Convento de S. Francisco entrar em operação, terá a sua capacidade garantida, porque este será um gerador de activos para o Município. Não é dita uma palavra sobre a evolução do Turismo, não existem resultados de inquéritos de satisfação. Foi falada da presença nas feiras e no Turismo de proximidade, mas não é mostrado nenhum resultado que demonstre essa aposta. Não há um estudo do perfil do visitante nos últimos anos, para verificar se se reflectiu o investimento na raia Espanhola. Não é abordado o campo dos sites inteligentes, não há indicadores de pesquisa nem de aposta. O subsídio à exploração que é solicitado são 865mil euros para o próximo ano, não se consegue saber se é mal empregue ou não. Disse que tem a noção do peso dos salários dos trabalhadores, mas tal não aparece contemplado no relatório em termos comparativos, como tal concluiu que o Plano de Actividades para 2011 sabe a pouco.

O **Vereador Rui Duarte**, subscreveu as palavras do colega Álvaro Maia Seco acrescentando que a forma como o Plano de Actividades é apresentado demonstra pouco rigor, considerando que existem outros mais elaborados, completos e rigorosos do que o presente, movimentando menos dinheiro que a Empresa de Turismo.

No tocante às obras de renovação e adaptação do edifício do Posto de Turismo da Portagem e tendo em conta a conjuntura económica difícil, questionou qual o tipo de valências acrescidas que justifiquem as obras a efectuar para os resultados de turismo para a Cidade, ou seja, se será ou não a aposta certa, o investimento nas obras, tendo em conta o orçamento reduzido que se tem, se serão de facto as condições físicas do Posto de Turismo que farão dar um salto na captação de novos públicos.

Outra questão, prende-se com a ausência da visão estratégica, uma vez que se fica com a sensação que se está a pensar apenas para um ano, porque confrontado com outras experiências, que considerou de boas, citando o caso da Cidade de Oslo, que considerou uma estratégia de desenvolvimento integrado onde o Turismo é uma componente importante e pensada a trinta anos. Assim, ficou na dúvida, se é a estratégia que é pensada ano a ano ou tal não está plasmado propositadamente para que se possam ter outros resultados mais eficazes.

Relativamente à participação nas Feiras Internacionais de Vigo, no mercado do Norte e nos Países do Benelux, questionou se estas eram as prioridades geográficas do turismo de Coimbra. Que tipo de prioridades geográficas existem e porquê estas e que escala de captação atingem.

Sobre a temática medieval apresentada, concluiu, que tal se devia ao facto de se comemorarem 900 anos do 2º Foral e da chegada dos Mouros há 1300 anos à Península Ibérica e, como tal, existiam apostas para além dos congressos que deviam estar aqui plasmadas e pensadas.

Também a Universidade de Coimbra apresentou uma candidatura a Património Mundial da Unesco, lembrou, a candidatura não terá resposta, segundo o pró-reitor, até meados de Setembro de 2011 ou mesmo 2012, como tal talvez fosse inteligente apostar na publicitação desta candidatura, não sendo só o processo que corre os trâmites formais, mas também a valorização da candidatura sendo ela mesmo uma temática.

O Sr **Presidente do Conselho de Administração da Turismo de Coimbra. E.M** respondeu ao Sr Vereador Álvaro Maia Seco informando que no relatório contas de 2010 prestará os esclarecimentos agora levantados, uma vez que considerou ter sido o ano de 2010 um dos melhores anos de turismo em Coimbra. Informou ainda que foram obtidos números de todas as instituições informando que tiveram um ano muito bom em termos de turismo. Este aumento deveu-se ao aumento significativo dos turistas espanhóis que se distribuíram muito mais pelo ano inteiro, diminuindo no verão, considerado anteriormente o período de grande afluência, crescendo na globalidade. Não foi intenção da Empresa de Turismo fazer este tipo de balanço, esclareceu, pois tal será feito no momento oportuno, na discussão do relatório contas.

Relativamente às parcerias e no que tem a ver com o Turismo Cultural, esclareceu que um dos prémios que o Mosteiro de Santa-Clara a Velha recebeu – o prémio do Instituto de Turismo de Portugal – este foi por sugestão da Empresa de Turismo, foi por incentivo que se candidataram, têm existido parcerias continuadas com o Mosteiro, no âmbito da edição e da divulgação acrescentou.

No caso da Universidade, continuou, deu-nos há 2 anos o prémio anual de parceiro estratégico mais importante, esteve connosco em todas as Feiras Internacionais a que fomos e construiu connosco uma estratégia conjunta de promoção do que era considerado mais importante. Existem já diversas reuniões para associarem a Marca Coimbra à candidatura, percorreremos esse caminho em conjunto, não foi abordada a promoção da candidatura mas é uma sugestão que levo com cuidado e será discutida com o Sr. Vice-reitor e com as demais pessoas responsáveis nesta área, para em conjunto, se colocar uma tónica maior na promoção da candidatura. A acção conjunta de estratégia cidade-universidade já tem sido feita e reconhecida pela própria universidade.

Relativamente ao Convento de S. Francisco foi já sugerido, e considerou urgente, que a Empresa Municipal seja constituída como parceira, enquanto decorrem as obras. Já existiram conversas sobre esse tema e com o Sr, Presidente chegar-se-á a uma conclusão da necessidade de se começar a construir um plano estratégico de desenvolvimento para o futuro Centro Cultural e de Congressos, estando a Empresa Municipal disponível para desde já começar a construir esse documento.

Admitiu que algumas coisas, por apresentarem custos não constam no Plano de Actividades, acrescentando que existe um protocolo com a Faculdade de Letras e o Departamento de Geografia estando já no terreno quatro investigadores que se encontram a elaborar um estudo sobre o perfil dos visitantes de Coimbra, tendo já sido elaborado o estudo piloto, começando em Fevereiro a recolha de informação mais sustentada.

No tocante a sites considera que será claro no Relatório de Actividades o que tem sido a aposta neste domínio, considerando que a Empresa possui das ferramentas Web mais interessantes desenvolvidas nos últimos tempos - a visita com fotografias a 360º de Coimbra que se copiou de um site de Paris, e com um empresa nova de Coimbra criou-se o site- O mesmo, esclareceu é de elevado nível, e encontra-se na página da Turismo de Coimbra, sendo possível de momento entrar em seis sítios, prevendo-se para o ano entrar em mais quatro ou cinco acrescentando funcionalidades à página. O site tem um elevado número de visitantes, que este ano será de excepção com o concerto dos U2, considerando que o site e a informação que disponibiliza cumprem as suas funções.

Tentou-se que este documento fosse de rigor, esclareceu, tendo duzentos e pouco mil euros para a promoção e duzentos e pouco mil euros para a animação, sendo que para a semana santa está-se parcialmente comprometido com um modelo mais ou menos estruturado, e no da promoção existe a permanência nas feiras e o plano editorial e de aposta em ferramentas de promoção como a Web e outro material de edição. Procurou-se ser exacto e rigoroso. Com este dinheiro é possível fazer isto! Existe, claro, uma aposta na área comercial, merchandising turístico, pode parecer pobre, mas rigoroso não pode ser mais.

Em relação à estratégia integrada, quando se articula os locais para receber e informar os turistas, o Convento de S. Francisco no qual espera ser possível definir uma estratégia conjunta, a Universidade, os Museus, os locais de património, a Sé Velha, agora envolvida na rota das catedrais, promoção estratégica para a promoção de Coimbra. Há aqui um conjunto de acção que é estratégica e é integrada, reiterou, se calhar porque não tem custos directos no orçamento, muito mais de disponibilização de meios, não estão mencionados. Se calhar, concluiu, há culpa por não constar no Plano de Actividades.

Sobre as prioridades geográficas, estas respondem aos desafios dos parceiros, no caso de Benelux, existe um turismo na zona que é o “Bad and breakfast” um turismo que foge um pouco à lógica do turismo tradicional e que dizem que Coimbra é estratégica, e como tal devemos estar com eles.

No caso das feiras de proximidade, temos um estudo extensivo em conjunto, e depois teremos as conclusões, neste momento as informações que temos é que vale a pena continuar a aposta tendo a noção que tem de ser complementado com o inverso, por isso em colaboração, por exemplo com a Turismo do Centro, temos recebido em Coimbra a Associação de Agentes de Viagens Brasileiros, a Associação de Agentes de Viagens Espanholas e pretende-se continuar o esforço e diversificar o esforço.

O Sr. **Presidente** lembrou que as regras de pagamento das SCUT poderiam alterar o número de visitantes espanhóis de fim-de-semana.

O Sr. **Vereador Rui Duarte** agradeceu os esclarecimentos prestados mas disse que sinceramente não conseguia perceber como é que em 2010 ainda não há um perfil bem definido dos visitantes de Coimbra. Mais ainda lhe custa perceber que está a discutir um orçamento para assumir investimento para responder a um perfil que não conhece, adaptando a oferta a um perfil que lhe parece completamente avulso. Ou seja, o que o Presidente do Conselho de Administração da TC, Turismo de Coimbra E.M. acabou de dizer não consta do Plano de Actividades hoje aqui apresentado, são eventos avulsos que, sem a sua presença nesta reunião, não seriam dados a conhecer.

Questionou se existe alguma estratégia de integração da rede de cidades geminadas no plano de actividades e se faz sentido existir.

Por outro lado, mais do que a forma há uma questão de princípio que entende ser fundamental e que se prende com a integração da empresa numa estrutura de âmbito regional, que só acrescentaria qualidade à maneira de fazer as coisas e significaria pensar a cidade a médio e longo prazo.

O Sr. **Presidente do Conselho de Administração da TC, Turismo de Coimbra E.M.** respondeu que, com a preocupação de explanar o futuro, esqueceu-se de referir o passado. Há um estudo de 2004, encomendado pela CMC, que esteve na base da criação da empresa municipal. Seis anos volvidos, entende que é chegada a hora de fazer um outro estudo, noutros moldes. Existem, para além deste documento, outros indicadores, tais como o n.º de visitas do site e os atendimentos presenciais, no Posto de Turismo.

O Sr. **Vereador Álvaro Maia Seco** lamentou que esses indicadores de que fala agora o Dr. Alcoforado não tenham sido incorporados neste relatório de actividades, porque lhe parece essencial que tal seja feito. A partir do momento em que um plano de actividades se define em objectivos é necessário, para daqui a um ano estarem aqui a discutir se esses objectivos foram cumpridos ou não, o estabelecimento dos indicadores correspondentes. Só assim se podem discutir as metas a atingir e saber se foram ou não atingidas.

E confessou que antes de vir para esta reunião, e após uma leitura do relatório, vinha disposto a votar contra, por não ter ficado convencido com o que leu. Depois das justificações e informações adicionais dadas pelo Dr. Alcoforado está menos convicto de votar contra mas a verdade é que tem de apreciar o documento que lhe foi apresentado. Portanto, se houver a possibilidade deste documento ser reformulado a curto prazo, incorporando-se-lhe esta visão mais estratégica e mais fundamentada hoje aqui apresentada, estará em condições de, pelo menos, se abster. Nos actuais termos, tenderá a votar contra.

O Sr. **Presidente** lembrou que há timings que têm de ser cumpridos e, uma vez que há Assembleia Municipal na próxima semana, não há tempo para o documento voltar à Câmara em tempo útil. No entanto, e acatando a sugestão do Sr. Vereador Álvaro Maia Seco, entende que este relatório poderia ser complementado e acrescentado até à data da Assembleia Municipal.

O Dr. **Alcoforado** disse que não via qualquer problema em acrescentar os indicadores ao documento a ser apresentado à AM mas salientou de antemão que há uma meta óbvia desde que este Conselho de Administração tomou posse, há três anos: trazer mais pessoas a Coimbra e oferecer-lhes mais animação enquanto cá estão. Esta é uma meta que, apesar dos tempos de crise que se vivem, tem vindo com alguma sustentabilidade a superar-se. Esta parece-lhe a meta mais justa de uma empresa municipal deste género: que nos visitem mais pessoas, que elas se emocionem aqui mais vezes.

Relativamente à rede de cidades geminadas, informou que a empresa municipal já manifestou várias vezes o interesse em assumir esse processo. A receptividade por parte do Departamento de Cultura foi boa mas a questão foi sucessivamente adiada, razão pela qual ainda não estão sob a sua alçada. Não obstante, já houve algumas actividades avulsas em cidades geminadas organizadas pela TC. Na sua opinião, faz todo o sentido apostar na rede de cidades geminadas.

Quanto à estrutura regional, é da opinião que a TC, como qualquer empresa municipal destes pais, pode trabalhar com ou sem estruturas regionais e a decisão do que é melhor é sempre uma decisão política. Como cidadão, entende a decisão tomada até agora neste caso concreto. Primeiro foi criada uma Região Centro. A seguir essa Região Centro era para ser construída com os municípios de baixo para cima e era para se pensar uma política global de promoção da Região. A primeira ideia foi não ligar nada aos municípios. A segunda foi criar um pólo para a Serra da Estrela. Depois outro para Leiria – Fátima. Assim, percebe que aquilo que tinha sido a grande estrutura regional criada para promover a Região e para ganhar escala para termos a força suficiente para criar impacto nos mercados internacionais está tão prejudicada que vale a pena repensar tudo. Na sua opinião, o quadro nacional criado para a Região Centro foi tão dúbio e tão balcanizado que se calhar valeu a pena Coimbra ter dito que seria melhor repensar o projecto para que ele pudesse reverter efectivamente a favor daquilo que era suposto reverter.

É importante frisar que a empresa municipal de turismo tem tido colaborações muito estreitas com a estrutura regional, nomeadamente nesta questão do welcome center acima referida. A candidatura mencionada será feita em conjunto. A colaboração na Rota da Bairrada é outro exemplo.

O Sr. **Vereador Rui Duarte** agradeceu os esclarecimentos prestados mas disse que sinceramente não conseguia perceber como é que em 2010 ainda não há um perfil bem definido dos visitantes de Coimbra. Mais ainda lhe custa perceber que está a discutir um orçamento para assumir investimento para responder a um perfil que não conhece, adaptando a oferta a um perfil que lhe parece completamente avulso. Ou seja, o que o Presidente do Conselho de Administração da TC, Turismo de Coimbra E.M. acabou de dizer não consta do Plano de Actividades hoje aqui apresentado, são eventos avulsos que, sem a sua presença nesta reunião, não seriam dados a conhecer.

Questionou se existe alguma estratégia de integração da rede de cidades geminadas no plano de actividades e se faz sentido existir.

Por outro lado, mais do que a forma há uma questão de princípio que entende ser fundamental e que se prende com a integração da empresa numa estrutura de âmbito regional, que só acrescentaria qualidade à maneira de fazer as coisas e significaria pensar a cidade a médio e longo prazo.

O Sr. **Presidente do Conselho de Administração da TC, Turismo de Coimbra E.M.** respondeu que, com a preocupação de explanar o futuro, esqueceu-se de referir o passado. Há um estudo de 2004, encomendado pela CMC,

que esteve na base da criação da empresa municipal. Seis anos volvidos, entende que é chegada a hora de fazer um outro estudo, noutros moldes. Existem, para além deste documento, outros indicadores, tais como o n.º de visitas do site e os atendimentos presenciais, no Posto de Turismo.

O Sr. **Vereador Álvaro Maia Seco** lamentou que esses indicadores de que fala agora o Dr. Alcoforado não tenham sido incorporados neste relatório de actividades, porque lhe parece essencial que tal seja feito. A partir do momento em que um plano de actividades se define em objectivos é necessário, para daqui a um ano estarem aqui a discutir se esses objectivos foram cumpridos ou não, o estabelecimento dos indicadores correspondentes. Só assim se podem discutir as metas a atingir e saber se foram ou não atingidas.

E confessou que antes de vir para esta reunião, e após uma leitura do relatório, vinha disposto a votar contra, por não ter ficado convencido com o que leu. Depois das justificações e informações adicionais dadas pelo Dr. Alcoforado está menos convicto de votar contra mas a verdade é que tem de apreciar o documento que lhe foi apresentado. Portanto, se houver a possibilidade deste documento ser reformulado a curto prazo, incorporando-se-lhe esta visão mais estratégica e mais fundamentada hoje aqui apresentada, estará em condições de, pelo menos, se abster. Nos actuais termos, tenderá a votar contra.

O Sr. **Presidente** lembrou que há timings que têm de ser cumpridos e, uma vez que há Assembleia Municipal na próxima semana, não há tempo para o documento voltar à Câmara em tempo útil. No entanto, e acatando a sugestão do Sr. Vereador Álvaro Maia Seco, entende que este relatório poderia ser complementado e acrescentado até à data da Assembleia Municipal.

O Dr. **Alcoforado** disse que não via qualquer problema em acrescentar os indicadores ao documento a ser apresentado à AM mas salientou de antemão que há uma meta óbvia desde que este Conselho de Administração tomou posse, há três anos: trazer mais pessoas a Coimbra e oferecer-lhes mais animação enquanto cá estão. Esta é uma meta que, apesar dos tempos de crise que se vivem, tem vindo com alguma sustentabilidade a superar-se. Esta parece-lhe a meta mais justa de uma empresa municipal deste género: que nos visitem mais pessoas, que elas se emocionem aqui mais vezes.

Relativamente à rede de cidades geminadas, informou que a empresa municipal já manifestou várias vezes o interesse em assumir esse processo. A receptividade por parte do Departamento de Cultura foi boa mas a questão foi sucessivamente adiada, razão pela qual ainda não estão sob a sua alçada. Não obstante, já houve algumas actividades avulsas em cidades geminadas organizadas pela TC. Na sua opinião, faz todo o sentido apostar na rede de cidades geminadas.

Quanto à estrutura regional, é da opinião que a TC, como qualquer empresa municipal destes pais, pode trabalhar com ou sem estruturas regionais e a decisão do que é melhor é sempre uma decisão política. Como cidadão, entende a decisão tomada até agora neste caso concreto. Primeiro foi criada uma Região Centro. A seguir essa Região Centro era para ser construída com os municípios de baixo para cima e era para se pensar uma política global de promoção da Região. A primeira ideia foi não ligar nada aos municípios. A segunda foi criar um pólo para a Serra da Estrela. Depois outro para Leiria – Fátima. Assim, percebe que aquilo que tinha sido a grande estrutura regional criada para promover a Região e para ganhar escala para termos a força suficiente para criar impacto nos mercados internacionais está tão prejudicada que vale a pena repensar tudo. Na sua opinião, o quadro nacional criado para a Região Centro foi tão dúbio e tão balcanizado que se calhar valeu a pena Coimbra ter dito que seria melhor repensar o projecto para que ele pudesse reverter efectivamente a favor daquilo que era suposto reverter.

É importante frisar que a empresa municipal de turismo tem tido colaborações muito estreitas com a estrutura regional, nomeadamente nesta questão do welcome center acima referida. A candidatura mencionada será feita em conjunto. A colaboração na Rota da Bairrada é outro exemplo.

Assim, e com base no ofício registado com o n.º 72698, em 16/12/2010, da TC- Turismo de Coimbra, EM, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2307/2010 (20/12/2010):

- **Aprovar as Grandes Opções do Orçamento e Plano de Actividades da TC – Turismo de Coimbra, EM, para o ano de 2011 que, dada a extensão do documento, fica apenso à presente acta, fazendo parte integrante da mesma;**
- **Enviar à Assembleia Municipal.**

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Sr. Presidente, a Sra. Vice-Presidente e os Srs. Vereadores Paulo Leitão, Luís Providência, Maria João Castelo-Branco, João Orvalho, absteve-se o Sr. Vereador Francisco Queirós e votaram contra os Srs. Vereadores Álvaro Maia Seco, António Vilhena e Rui Duarte.

Declaração de voto do Sr. Vereador Francisco Queirós:

O Sr. Vereador Francisco Queirós disse que se absteve na votação do Orçamento e Plano de Actividades para 2011 da Empresa Municipal TC – Turismo de Coimbra por entender que Coimbra precisa de desenvolver uma política de promoção de turismo mais arrojada. Uma cidade de cultura e de conhecimento, com museus de referência, uma importante história e património exige uma política integrada de promoção da sua “marca” que, independentemente da escassez de meios, não é a que se perspectiva neste Plano de Actividades e Orçamento.

Nesta altura o Sr. **Vereador António Vilhena** propôs a interrupção dos trabalhos, dado o adiantado da hora, e a convocação de uma reunião extraordinária para discussão dos restantes pontos agendados, proposta essa rejeitada pelo Sr. Presidente.

PONTO IV - APOIO ÀS FREGUESIAS

IV.1. Protocolos de Delegação de Competências 2010 – Junta de Freguesia de Souselas – alteração

A Junta de Freguesia de Souselas solicitou a alteração ao Protocolo de Delegação de Competências Municipais de 2010, por terem surgido obras mais prementes, nomeadamente a execução de valetas e passeios em várias localidades, bem como algumas pavimentações

Assim, e por ser justificável o pedido de alteração apresentado e dele não resultar acréscimo de encargos para o Município, foi elaborada a informação n.º 47239, de 14/12/2010, do Gabinete de Apoio às Freguesias, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2308/2010 (20/12/2010):

- **Autorizar as seguintes alterações ao Protocolo de Delegação de Competências Municipais para 2010 à Junta de Freguesia de Souselas:**

<i>Anular a acção:</i>	
“Requalificação da Rua dos Poços - Marmeleira”	15 900,00€

<i>Redução das acções:</i>	<i>Valor inicial</i>	<i>Redução</i>	<i>Valor final</i>
“Requalificação do centro Urbano de Souselas – recinto de festas de Souselas”	15 000,00€	6 000,00€	7 000,00€
“Construção de passeios e valetas em S. Martinho do Pinheiro	7 000,00€	5 000,00€	2 000,00€
Total		11 000,00€	

<i>Reforço das acções:</i>	<i>Valor inicial</i>	<i>reforço</i>	<i>Valor final</i>
“Construção de passeios e valetas na Zouparria do Monte”	7 000,00€	3 500,00€	10 500,00€
“Construção de passeios e valetas em Sargento - Mor”	16 000,00€	6 000,00€	22 000,00€
Total		9 500,00€	

<i>Novas acções:</i>	
“Pavimentação de betuminoso na Marmeleira – Rua do Mouro, Travessa dos Mouros e Travessa do Pinheiro”	13 500,00€
“Requalificação de fontanário – Zouparria do Monte”	1 500,00€
“Construção de valetas e passeios na Marmeleira”	2 400,00€
Total	17 400,00€

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO V - CENTRO HISTÓRICO

V.1. Construção do Teatro sito a poente da Cerca de S. Bernardo – libertação de garantias bancárias

Relativamente a este assunto, e tendo por base a informação n.º 45225, de 29-11-2010, do Gabinete para o Centro Histórico, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2309/2010 (20/12/2010):

- **Cancelar as seguintes garantias bancárias da Caixa Geral de Depósitos, no valor total de 235 573,42€, referentes à Empreitada “Construção do Teatro sito a Poente da Cerca de S. Bernardo” da empresa Teixeira Duarte SA, bem como os depósitos efectuados no valor de 0,01€ e 384,49€:**
 - nº 9140/002051/688/0019 da “Caixa Geral de Depósitos”, no valor de 108 991,14 €, sendo que em 22/12/2003 teve uma redução, ficando com o valor de 94 026,00€;
 - nº 9140/002617/488/0019 da “Caixa Geral de Depósitos”, no valor de 15 000,00€;
 - nº 9140/002742/188/0019 da “Caixa Geral de Depósitos”, no valor de 15 349,63€ referente ao contrato escrito de trabalhos-a-mais);
 - nº 9140/002773/188/0019 da “Caixa Geral de Depósitos”, no valor de 15 000,00€;
 - nº 9140/002836/388/0019 da “Caixa Geral de Depósitos”, no valor de 15 349,63€;
 - nº 9140/002899/188/0019 da “Caixa Geral de Depósitos”, no valor de 20 000,00€;
 - nº 9140/003111/988/0019 da “Caixa Geral de Depósitos”, no valor de 10 533,03€;
 - nº 9140/002862/288/0019 da “Caixa Geral de Depósitos”, no valor de 15 000,00€;
 - nº 9140/002925/488/0019 da “Caixa Geral de Depósitos”, no valor de 29.026,00€;
 - nº 9140/003028/788/0019 da “Caixa Geral de Depósitos”, no valor de 6 289,13€;

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

V.2. José Águeda Custódio – obras de reconstrução – Beco da Amoreira, nºs 5 – 9 – freguesia de Almedina – isenção do pagamento de taxa

O edifício objecto de reconstrução encontra-se em zona de intervenção prioritária, de elevado valor histórico que deve ser conservada, recuperada e valorizada, tendo em caso análogo a Câmara Municipal deliberado em 25/10/2010, reduzir em 50% a taxa de ocupação da via pública, pelo que o Executivo deliberou, nos termos da informação n.º 44827, de 25/11/2010, do Gabinete para o Centro Histórico:

Deliberação nº 2310/2010 (20/12/2010):

- **Reduzir o pagamento da taxa de ocupação do espaço público em 50%, conforme previsto na alínea a) do nº1 do artigo 159º do RMUE, conjugada com o nº5 do mesmo artigo, tendo em conta o âmbito e a natureza da intervenção urbanística, informando-se o requerente de que o valor a pagar será 2.010,00€.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

V.3. Imóvel sito na Rua da Moeda, nº 35 – vistoria – ratificação

Relativamente a este assunto e na sequência da vistoria ao imóvel sito na Rua da Moeda, nº 35 para atribuição do nível de conservação do imóvel para efeitos de eventual aplicação da alínea c) do nº22 do artigo 71º do EBF, o Executivo deliberou, nos termos da informação nº 45516, de 2/12/2010, do Gabinete para o Centro Histórico:

Deliberação nº 2311/2010 (20/12/2010):

- **Ratificar o despacho do Sr. Presidente, de 13/12/2010, que atribuiu o nível de conservação de “Mau” ao imóvel, localizado na Rua da Moeda, nº35, freguesia de Sta. Cruz, em Coimbra, propriedade de Joaquim Soares Lourenço dos Santos, nos termos do auto de vistoria nº16/2010.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

V.4. Imóvel sito na Rua Ferreira Borges, nº 82 a 86 – prorrogação de prazo para execução de obras de conservação

Relativamente a este assunto, e tendo por base a informação n.º 45966, de 06-12-2010, do Gabinete para o Centro Histórico, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2312/2010 (20/12/2010):

- Manter o prazo determinado para o início dos trabalhos – 90 dias;
- Manter o prazo determinado para execução dos trabalhos urgentes constantes da informação– 60 dias – devendo estar concluídos até 03/02/2011;
- Acrescentar 60 dias ao prazo determinado no Auto de Vistoria para realização dos restantes trabalhos referenciados na informação, devendo os mesmos estar concluídos até 03/05/2011.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

V.5. Eventual exercício do direito de preferência:

- a) aquisição da fracção “A” do prédio urbano sito na Rua Pinheiro Chagas, nºs 28 a 32 – freguesia da Sé Nova – ratificação

Para o assunto em epígrafe, e com base na informação n.º 46292, de 07/12/2010, do Gabinete para o Centro Histórico, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2313/2010 (20/12/2010):

- Ratificar o despacho do Sr. Presidente, de 13/12/2010, que determinou o não exercício do direito de preferência na aquisição da fracção “A” do prédio urbano sito na Rua Pinheiro Chagas, nºs 28 a 32 – freguesia da Sé Nova, pelo valor de 95.000,00 € (noventa e cinco mil euros), nos termos da informação do Gabinete para o Centro Histórico acima mencionada.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

- b) aquisição da fracção “B” do prédio urbano sito na Rua Pinheiro Chagas, nºs 28 a 32 – freguesia da Sé Nova – ratificação

Para o assunto em epígrafe, e com base na informação n.º 46294, de 07/12/2010, do Gabinete para o Centro Histórico, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2314/2010 (20/12/2010):

- Ratificar o despacho do Sr. Presidente, de 13/12/2010, que determinou o não exercício do direito de preferência na aquisição da fracção “B” do prédio urbano sito na Rua Pinheiro Chagas, nºs 28 a 32 – freguesia da Sé Nova, pelo valor de 120.000,00 € (cento e vinte mil euros), nos termos da informação do Gabinete para o Centro Histórico acima mencionada.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO VI - NOTARIADO E PATRIMÓNIO

VI.1. Fornecimento, Instalação e Colocação em Serviço de um Novo Sistema de Bilhética para os SMTUC – Minuta do Contrato

Para o assunto em epígrafe, e com base na informação n.º 47662, de 17/12/2010, da Directora do Departamento de Notariado e Património, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2315/2010 (20/12/2010):

- Aprovar a minuta do contrato a celebrar entre o Município de Coimbra e a empresa “NovaBase Consulting – Consultoria, Desenvolvimento e Operação de Sistemas de Informação SA”, referente a “Fornecimento, Instalação e Colocação em Serviço de um novo sistema de bilhética para os Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra”, a qual, dada a sua extensão, fica apensa à presente acta, fazendo parte integrante da mesma.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO VII - DIRECÇÃO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO

VII.1. European Portugal

Relativamente a este assunto, foi elaborada a informação n.º 201, de 26-11-2010, da Direcção Municipal de Administração do Território e parecer do Director Municipal datado de 06/12/2010, com base nos quais o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2316/2010 (20/12/2010):

- **Proceder à liquidação da quota do corrente ano, no valor de €1500, dando-se do facto conhecimento à European Portugal;**
- **Cessar a condição de associada, da Câmara Municipal de Coimbra, com efeitos a partir de 2011;**
- **Remeter o processo à Assembleia Municipal.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO VIII - PLANEAMENTO

VIII.1. Plano de gestão florestal e orientação da utilização pública da Mata Nacional do Choupal

Relativamente a este assunto, foi elaborada a informação n.º 47113, de 06-12-2010, da Divisão de Ordenamento e Estratégia sobre a qual recaiu o parecer do Director Municipal de Administração do Território datado de 15/12/2010, que a seguir se transcreve:

“O presente instrumento de gestão, ainda que não resulte directamente do RJGT (DL 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção em vigor), constitui uma ferramenta para a gestão de uma área de elevada sensibilidade e relevância no contexto da cidade. Para além dos aspectos salientados na presente informação, com a qual concordo, deverá a Câmara Municipal ponderar sobre um maior envolvimento na gestão da Mata Nacional do Choupal. À Consideração do Sr. Vice-presidente”.

O Sr. **Vereador Álvaro Maia Seco** disse que genericamente o plano não choca ninguém mas tem a pecha habitual: não está nem calendarizado nem estão quantificadas as origens dos fundos. Como o “salvador”, que era a construção da passagem superior do IC2 sobre o rio, aparentemente deixou de ter solução, não sabe bem para que serve um documento como este.

Assim, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2317/2010 (20/12/2010):

- **Emitir parecer favorável ao Plano de Gestão Florestal e Orientação da Utilização Pública da Mata Nacional do Choupal, devendo permitir a possibilidade (a estudar) de uma futura ligação pedonal/ciclável à Margem Esquerda, potenciando a acessibilidade da população ao Choupal e a sua articulação com usos/funções existentes (Escola Superior Agrária de Coimbra, Instituto Superior Bissaya Barreto, etc), ou previstos (Centro de Alto Rendimento Desportivo de Coimbra, ciclovias do Mondego).**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO IX - GESTÃO URBANÍSTICA E RENOVAÇÃO URBANA

IX.1. Jorge da Silva Mariano – recepção provisória – Volta das Calçadas de Baixo – Regts. 64127/2010 e 45152/2010

Sobre este assunto, e com base na informação n.º 4150, de 08-11-2010, da Divisão de Licenciamentos Diversos e Fiscalização, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2318/2010 (20/12/2010):

- **Aprovar a recepção provisória relativa à 1ª fase de execução das obras de urbanização das infra-estruturas de rede viária, rede de telecomunicações, rede de energia eléctrica, rede de abastecimento de água e drenagem pública de águas residuais domésticas e pluviais, arranjo do espaço exterior e rede de gás; nos termos do definido no art. 87º no DL nº 555/99 com a redacção dada pela Decreto-Lei nº 26/2010 de 30/03 (RJUE);**
- **Reduzir a caução prestada através da garantia bancária n.º 0185.005942.293, emitida pela Caixa Geral de Depósitos em 16/05/2008, nos termos previstos no artigo 54º do RJUE, do montante de 170.309.08€ (cento e setenta mil trezentos e nove euros e noventa e oito centimos) para o montante de 42.749€ (quarenta e dois setecentos e quarenta e nove euros) referente aos 10% dos valores devidamente actualizados das cauções iniciais das infra-estruturas recebidas (valor a conservar até**

à recepção definitiva das obras de urbanização a requerer pelo Promotor, cinco anos após a recepção provisória de acordo com o nº5 do artigo 87º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação), acrescido do montante associado à denominada fase 2 isto é, trabalhos a efectuar na Rua Vitorino Planas decorrente do prolongamento da via estruturante para Norte e Sul, aquando da disponibilização dos terrenos interessados à obra.

- Dar conhecimento da presente deliberação à Caixa Geral de Depósitos, DOGIM, Divisão de Contabilidade e Junta de Freguesia.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

IX.2. O Pastor da Serra – Produtos Alimentares, Lda. – telas finais – licença especial para conclusão de obras inacabadas – Largo das Ameias, 6 – Regts. 52531/2010 e 57370/2010

Sobre este assunto, e com base na informação n.º 1790, de 13-12-2010, da Divisão de Estruturação e Renovação Urbana, e parecer da Chefe da mesma Divisão, de 14/12/2010, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2319/2010 (20/12/2010):

- Deferir o projecto de arquitectura/alteração/telas finais que instrui os regºs nº 03/2010/46654 e nº 03/2010/52531;
- Deferir o pedido de licença especial para conclusão de obras inacabadas, nos termos do nº3 do artigo 88º do RJUE, nas condições definidas no Alvará de Licença de Construção nº 447/2009 pelo prazo de quatro meses.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

IX.3. Manuel Augusto Alves, Lda. – licença de construção/aditamento – Moinho do Calhau – Regt. 16327/2010

Relativamente a este assunto, e tendo por base a informação da Divisão de Gestão Urbanística Sul nº 2056 de 02-12-2010, e o parecer do respectivo Director do Departamento de 15-12-2010, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2320/2010 (20/12/2010):

- Fixar as taxas urbanísticas no montante de 3.200,00€ conforme cálculos constantes da informação referida em epígrafe, prorrogando o prazo da licença pelo período de 8 meses ao abrigo do nº5 do artigo 53º do RJUE.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

IX.4. Elisabete de Fátima Alves – recepção provisória das obras de urbanização – Lordemão – S. Paulo de Frades – Regt.70402/2010

Relativamente a este assunto, e tendo por base a informação da Divisão de Licenciamentos Diversos e Fiscalização nº 4578 de 15-12-2010, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2321/2010 (20/12/2010):

- Aprovar a recepção provisória das infra-estruturas viárias, ao abrigo do art. 87º do Decreto-Lei nº 555/99 de 16 de Dezembro com a redacção dada pela Lei nº 60/07 de 04/09 (RJUE) previstas no contrato celebrado entre a requerente e a Câmara Municipal em 08/04/2010;
- Reduzir o valor da caução para o montante de 293,20€ (duzentos e noventa e três euros e vinte cêntimos) nos termos do disposto na alínea b) do nº4 e nº5 do art. 54º do RJUE;
- Reduzir o valor do Depósito prestado à Câmara Municipal para garantia de execução das infra-estruturas públicas, para o valor de 293,20€. Valor a manter durante o prazo de garantia das obras de urbanização (cinco anos), nos termos do nº5 do art. 87º do RJUE;
- Dar conhecimento da presente deliberação ao DOGIM, Divisão de Contabilidade e Junta de Freguesia de S. Paulo de Frades.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO X - OBRAS E GESTÃO DE INFRA-ESTRUTURAS MUNICIPAIS

X.1. Via Estruturante Santa Clara/S. Martinho do Bispo – Ligação Quinta do Lagar/ Centro de Saúde de Santa Clara – recepção provisória

Para este assunto e nos termos da informação nº 47275, de 15/12/2010, da Divisão de Vias e Espaços Exteriores e parecer do Director do Departamento de Obras e Gestão de Infra-estruturas Municipais, de 15/12/2010, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2322/2010 (20/12/2010):

- **Aprovar a recepção provisória da empreitada “Via Estruturante Santa Clara/S. Martinho do Bispo – Ligação Quinta do Lagar/ Centro de Saúde de Santa Clara”.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

X.2. Igreja de Santo António dos Olivais – Remodelação dos Espaços Envolventes – recepção definitiva

Para este assunto e nos termos da informação nº 47036, de 13/12/2010, da Comissão de Vistoria (Divisão de Equipamentos e Edifícios) e parecer do Director do Departamento de Obras e Gestão de Infra-estruturas Municipais, de 15/12/2010, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2323/2010 (20/12/2010):

- **Aprovar a recepção definitiva da empreitada “Igreja de Santo António dos Olivais – Remodelação dos Espaços Envolventes”;**
- **Libertar o seguro caução nº 15010000371701, prestado pela Lusitânia, Companhia de Seguros, SA e restituir o valor de 5.199,24€, correspondente a 5% do valor da adjudicação.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

X.3. Infra-estruturas (Construção civil do PT, elevatória de esgotos e vedação) – recepção definitiva

Para este assunto e nos termos da informação nº 46179, de 6/12/2010, da Divisão de Vias e Espaços Exteriores e parecer do Director do Departamento de Obras e Gestão de Infra-estruturas Municipais, da mesma data, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2324/2010 (20/12/2010):

- **Aprovar a recepção definitiva da empreitada “Infra-estruturas (Construção civil do PT, elevatória de esgotos e vedação)”, nos termos do artigo 227º do Decreto Lei 59/99, de 2/03;**
- **Libertar as cauções na posse da Câmara Municipal de Coimbra para garantia da obra, conforme estabelecido no artigo 229º do Decreto Lei 59/99, de 2 de Março, nomeadamente:**
 - Garantia bancária emitida pelo Banco BPI, em 31/05/2005, com o nº 05/151/26563, no valor de 4.463,54€, referente à caução de 5% sobre o valor dos trabalhos adjudicados;
 - Quantia retida nos autos de medição para reforço de caução (5%), no valor de 3.954,54€.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

X.4. Deslizamento de terras na encosta da Rua António Jardim – tratamento da encosta – libertação do seguro caução

Para este assunto e nos termos da informação nº 45604, de 2/12/2010, da Divisão de Equipamentos e Edifícios e parecer do Director do Departamento de Obras e Gestão de Infra-estruturas Municipais, de 3/12/2010, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2325/2010 (20/12/2010):

- **Libertar o seguro caução nº 7440314932032, prestada pela companhia de Seguros Mapfre Caucion Y Credito, em 24/01/2003, no valor de 7.383,39€, inerente ao reforço de caução de 5% sobre o valor das facturas nºs 11639 e 11704 e restituir o valor de 7.718,78€ correspondente a 10% do valor da revisão definitiva retido para reforço da garantia.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

X.5. Comissão de Festas em Honra da N. Sr.ª. da Conceição de Arzila 2010 – apoio

Relativamente a este assunto e nos termos da informação nº 45443, de 30/11/2010, da Divisão de Equipamentos e Edifícios e parecer do Director do Departamento de Obras e Gestão de Infra-estruturas Municipais, da mesma data, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2326/2010 (20/12/2010):

- **Ratificar o despacho do Sr. Presidente, de 15/12/2010, que autorizou a cedência gratuita de um palco à Juventude Desportiva e Recreativa de Arzila, nos termos da alínea b) do nº 4 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18/09, no período de 2 a 10 de Dezembro, com vista à realização das Festas em Honra de Nossa Senhora da Conceição, estimando-se o valor da operação de transporte, montagem e desmontagem em 1.118,36 €.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

X.6. Centro Social de Castelo Viegas, Agrupamento de Escolas de S. Silvestre, Cooperativa de Ensino de Coimbra e Jardim Infantil de Montes Claros – apoios - ratificação

Relativamente a este assunto e nos termos da informação nº 46584, de 9/12/2010, da Divisão de Equipamentos e Edifícios e parecer do Director do Departamento de Obras e Gestão de Infra-estruturas Municipais, de 13/12/2010, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2327/2010 (20/12/2010):

- **Ratificar o despacho do Sr. Presidente, de 15/12/2010, que autorizou a cedência gratuita de um estrado, no período compreendido entre 15 e 17 de Dezembro do corrente ano, às entidades abaixo designadas e com os seguintes custos estimados da operação de transporte, montagem e desmontagem:**
 - Centro Social de Castelo Viegas – 481,14€
 - Agrupamento de Escolas de S. Silvestre – 702,84€
 - Cooperativa de Ensino de Coimbra – 277,34€
 - Jardim de Infância de Montes Claros – 312,62€.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

X.7. Projecto Eurostadium – concepção/construção – parque de campismo – auto de vistoria

Relativamente a este assunto e nos termos da informação nº 47012, de 13/12/2010, do Director do Departamento de Obras e Gestão de Infra-estruturas Municipais, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2328/2010 (20/12/2010):

- **Homologar o auto de Vistoria ao Parque de Campismo, realizada em 21/05/2010, que inclui a listagem das deficiências, a qual, dada a sua extensão fica apensa à presente acta fazendo parte da mesma, e fixar a data de 31 de Dezembro de 2010 para correcção das mesmas.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO XI - EDUCAÇÃO, ACÇÃO SOCIAL E FAMÍLIA

XI.1. CEIFAC – Centro Integrado de Apoio Familiar de Coimbra – subsídio

Relativamente a este assunto e nos termos da informação nº 43258, de 12/11/2010, da Divisão de Acção Social e Família, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2329/2010 (20/12/2010):

- **Atribuir um subsídio relativo ao ano de 2010 ao Centro Integrado de Apoio Familiar de Coimbra, no montante de 13.977,50€, conforme estabelecido em protocolo, para fazer face às despesas de funcionamento do Gabinete de Apoio Familiar de Coimbra, bem como a outras actividades de carácter relevante para a população do concelho de Coimbra.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XI.1. Alimentação Escolar para o 1º Ciclo do Ensino Básico (2009//2010) – reforço financeiro

Nos termos das deliberações de câmara de 28/09/2009 e 21/12/2009 foram aprovados os encargos estimados com o serviço de refeições nas escolas do 1º ciclo do ensino básico para o ano lectivo 2009/2010, bem como a equiparação dos alunos do escalão B de acção social escolar aos alunos do escalão A para benefício da totalidade do subsídio de refeição, no montante global de 1.261.603,80€.

Contudo, atendendo a que se verificou a desadequação da estimativa inicial à efectiva procura deste serviço e tendo em vista reforçar os compromissos das entidades fornecedoras, o Executivo deliberou, nos termos da informação nº 47378, de 15/12/2010, do Chefe da Divisão de Educação e Ciência:

Deliberação nº 2330/2010 (20/12/2010):

- **Aprovar os acréscimos de encargos e os respectivos processos de despesa com o serviço de refeições no 1º ciclo do ensino básico para o ano lectivo 2009/2010, no montante de 190.007,84€, cujo pagamento deverá ser efectuado nos seguintes termos:**

Escola EB1	Entidade Fornecedor	NIPC	2009/2010
BAIRRO AZUL DE S. SILVESTRE	Agrupamento de Escolas de S. Silvestre	602 076 709	621.14 €
EB 2, 3 de S. Silvestre			
S. SILVESTRE	Agrupamento de Escolas de Taveiro	600 074 625	290,26 €
TAVEIRO			
EB2,3 RAINHA SANTA ISABEL	APEE da Escola do 1º CEB de Santa Apolónia	506 991 756	6.019,12 €
SANTA APOLÓNIA		505 991 756	
VENDAS DE CEIRA	APEE da Escola e Jardim de Infância de Vendas de Ceira	502 440 554	6.766,06 €
ASSAFARGE	APEE dos Alunos da Escola de Assafarge	504 823 647	3.696,14 €
EB2,3 SILVA GAIO	APEE dos Alunos da Escola do Rossio de Santa Clara	504 567 047	2.549,26 €
S. JOÃO DO CAMPO	APPACDM	504 646 729	4.999,81 €
PEREIRO	Associação Sócio-cultural Recreio e Desporto dos Pereiros	501 233 580	574,32 €
CASCONHA	Cáritas Diocesana de Coimbra	501 082 174	12.867,86 €
EB 2,3 MARTIM DE FREITAS			
EIRAS			
FETEIRA			
INGOTE			
LORETO			
MONTES CLAROS			
ALMEDINA	Casa do Pessoal e dos Serviços Municipalizados de Coimbra	501 520 244	9.428,78 €
EB2,3 SILVA GAIO			
S. BARTOLOMEU	Centro Cultural e Recreativo do Botão	502 695 722	3.915,20€
BOTÃO			
LARÇÃ			
PAÇO	Centro de Apoio de Social de Pais e Amigos da EB10	508 229 812	24.589,66 €
AREEIRO			
BAIRRO NORTON DE MATOS			
CHÃO DO BISPO			
ESPÍRITO SANTO DAS TOUREGAS			
Eugénio de Castro			

FALA			
OLIVAIS			
PÓVOA			
S. MARTINHO DO BISPO			
SOLUM			
QUINTA DAS FLORES	Centro de Apoio de Social de Pais e Amigos da Escola EB1 Quinta das Flores	506 531 619	5.122,32 €
SOUSELAS	Centro de Apoio Social de Souselas	503 018 139	1.739,08 €
BRASFEMES	Centro de Bem-Estar Social de Brasfemes	503 867 225	898,38 €
CONCHADA	Centro de Bem-Estar Social Sagrada Família	501 549 510	4.743,10 €
ADÉMIA		503 189 073	
ANTUZEDE			
CIDREIRA	Centro de Solidariedade Social da Adémia	503 189 073	13.717,61 €
TROUXEMIL			
VIL DE MATOS			
RIBEIRA DE FRADES	Centro Paroquial de Bem Estar Social de Ribeira de Frades	501 404 759	3.124,80 €
ALMALAGUÊS	Centro Paroquial de Bem-Estar Social de Almalaguês	501 153 055	3.491,44 €
TORRE BERA			
S. MARTINHO DO BISPO	Centro Paroquial de Solidariedade Social de S. Martinho do Bispo	501 392 084	1.700,00 €
ARDAZUBRE			
BAIRRO AZUL DE S. SILVESTRE	Centro Social Cultural e Recreativo de Quimbres	502 525 479	825,24 €
S. MARTINHO DE ÁRVORE			
S. SILVESTRE			
VERA CRUZ	Centro Social Cultural e Recreativo de Quimbres	502 525 479	2.448,20 €
VILA VERDE			
MARMELEIRA	Centro Social da Marmeleira	502 492 082	1.616,64 €
CASTELO VIEGAS	Centro Social de Castelo Viegas	501 219 617	1.166,72 €
AMEAL			
ARZILA	Centro Social de S. João	502 430 966	13.893,82€
CASAIS			
TAVEIRO			
TORRES DO MONDEGO	Centro Social de Torres do Mondego	500 849 374	0,00 €
SANTA CRUZ	Centro Social e Cultural 25 de Abril	501 403 248	13.868,40 €
ANTANHOL	Centro Social Nossa Senhora da Alegria	502 258 799	1.342,56 €
VALONGO			
PALHEIRA	Centro Social Polivalente da Palheira	501 441 174	2.985,44 €
ALMAS FREIRE	Clube de Tempos Livres de Santa Clara	502 389 818	10.229,26 €
CRUZ DE MOROUÇOS			
COSELHAS			
DIANTEIRO			
LORDEMÃO			
PEDRULHA	Fundação Beatriz Santos	504 321 757	20.628,96 €
ROCHA NOVA			
S. PAULO FRADES			
TOVIM			
CERNACHE	Instituto Inácio de Loyola	506 914 364	6.556,92 €
SARGENTO MOR	Jardim de Infância Dr.ª Odete Isabel	501 165 134	662,96 €

TORRE DE VILELA	Obra Social de Torre de Vilela	502 601 116	2.835,36 €
EB 2, 3 Alice Gouveia	Eurest (IVA incluído a 12%)	500 347 506	93,02€
			190.007,84 €

Os valores apresentados estão isentos de IVA.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XII - DESPORTO JUVENTUDE E LAZER

XII.1. Associação Sócio Cultural Recreio e Desporto dos Pereiros – requalificação do piso do pavilhão

Relativamente a este assunto e nos termos da informação nº 43469, de 15/11/2010, da Divisão de Gestão Desportiva, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2331/2010 (20/12/2010):

- **Atribuir, mediante a celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo, uma participação financeira no valor de € 29.500,00 à Associação Sócio Cultural Recreio e Desporto dos Pereiros, destinada a minimizar as despesas com a requalificação do piso do pavilhão.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XII.2. Clube Desportivo Pedrulhense – cedência de uma baliza de futebol de 11

Na sequência do solicitado pelo Clube Desportivo Pedrulhense, o Executivo deliberou, nos termos da informação nº 46378, de 7/12/2010, da Divisão de Gestão Desportiva:

Deliberação nº 2332/2010 (20/12/2010):

- **Ceder ao Clube Desportivo Pedrulhense, por empréstimo e por tempo indeterminado, uma baliza de futebol de 11 amovível, com número de inventário 68339, no valor total de 1.104,00€, ficando o respectivo levantamento e transporte a cargo da entidade beneficiada.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XII.3. Juventude Desportiva e Recreativa de Arzila – cedência de bicicleta

Na sequência do solicitado pela Juventude Desportiva e Recreativa de Arzila, o Executivo deliberou, nos termos da informação nº 47304, de 14/12/2010, da Divisão de Gestão Desportiva:

Deliberação nº 2333/2010 (20/12/2010):

- **Ceder à Juventude Desportiva e Recreativa de Arzila uma bicicleta roda “18”, com número de inventário 66888, no valor de 40€, com o propósito de realizar um sorteio aquando das comemorações das Festas em honra de Nossa Senhora da Conceição com vista a angariar fundos para aplicação de um relvado sintético no campo de jogos.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XII.4. Associação de Natação de Coimbra – estágios da selecção regional 2010 – isenção de taxas

Face ao exposto na informação nº 44573, de 24/11/2010, da Directora Técnica do Complexo Olímpico de Piscina, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2334/2010 (20/12/2010):

- **Isentar a Associação de Natação de Coimbra do pagamento de taxas pela utilização do Complexo Olímpico de Piscinas, nos dias 21, 22 e 23 de Dezembro, num total de € 424,98, para realização dos estágios das selecções regionais de absolutos, infantis e juvenis e nos termos do nº 3 do artigo 8º do Regulamento e Tabela de Taxas, Preços e Outras Receitas Municipais.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XII.5. Associação Académica de Coimbra – Secção de Natação – jogos de pólo aquático – isenção de taxas

Face ao exposto na informação n.º 44692, de 24/11/2010, do Complexo de Piscinas Luís Lopes da Conceição, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2335/2010 (20/12/2010):

- **Isentar a Associação Académica de Coimbra, Secção de Natação, do pagamento de taxas pela utilização do Complexo de Piscinas Luís Lopes da Conceição, nos dias 28 de Novembro e 12 e 19 de Dezembro, num total de € 207,36, para realização dos jogos de Pólo Aquático referentes a 2010, porquanto se trata duma instituição que prossegue no município actividades de interesse municipal.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XII.6. Associação Académica de Coimbra – Secção de Natação – festa de pólo aquático – isenção de taxas

Face ao exposto na informação n.º 46623, de 9/12/2010, do Complexo de Piscinas Luís Lopes da Conceição, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2336/2010 (20/12/2010):

- **Isentar a Associação Académica de Coimbra, Secção de Natação, do pagamento de taxas pela utilização do Complexo de Piscinas Luís Lopes da Conceição, no dia 11 de Dezembro, entre as 15h00 e as 17h00, num total de € 53,87, para realização da Festa do Pólo Aquático, porquanto se trata duma instituição que realiza actividades de relevância e que tem residência no Complexo de Piscinas referido, lugar onde treina diariamente e realiza os seus jogos.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XII.7. Programa de aprendizagem ao longo da vida – Leonardo da Vinci – Mobilidade – candidatura

Para este assunto e nos termos da informação n.º 46132, de 14/12/2010, da Divisão de Juventude e Lazer, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2337/2010 (20/12/2010):

- **Aprovar a candidatura ao Programa Leonardo da Vinci – Aprendizagem ao Longo da Vida, bem como a redacção da candidatura levada a efeito pela empresa EUROYOUTH Portugal Unipessoal, Lda., em virtude de ter experiência na área e de o fazer de forma gratuita.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XII.8. Associação Académica de Coimbra – Secção de Basquetebol – apoio

Relativamente a este assunto e nos termos da informação n.º 46987, de 13/12/2010, do responsável técnico do Pavilhão Multidesportos, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2338/2010 (20/12/2010):

- **Atribuir, mediante a celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo, uma participação financeira no valor de € 20.000,00 à Associação Académica de Coimbra – Secção de Basquetebol, destinada a minimizar as despesas com a realização da Taça Internacional Cidade de Coimbra a realizar em data a designar no Pavilhão Multidesportos, Dr. Mário Mexia.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XII.9. Contratos Programa de Formação Desportiva e de Competição Desportiva não Profissional

Para este assunto foi presente a informação n.º 47393, de 15/12/2010, do Chefe da Divisão de Gestão Desportiva, que se transcreve:

“Dando cumprimento às Grandes Opções do Plano para o ano de 2010 da Câmara Municipal de Coimbra, nomeadamente no que concerne à Acção «Contratos-Programa de Formação» e «Contratos-Programa de Competição Desportiva Não Profissional», com o Código Orçamental 0402 040701, inserida no Projecto «Contratos-Programa» do Programa «Fomento e Formação Desportivos», relativo ao Objectivo «Educação, Desporto e Tempos Livres», e em conformidade com o Capítulo I do Regulamento Desportivo Municipal, entende-se que as entidades supramencionadas, face à natureza, atribuições e fins estatutários devam ser consideradas como merecedoras de apoio por parte da Câmara Municipal de Coimbra.

Neste sentido, considerando-se as atribuições legais da Câmara Municipal de Coimbra decorrentes do D.L. 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo D.L. n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, cumpridos que estão os requisitos de candidatura constantes do art.º 6.º do Regulamento Desportivo Municipal e considerado o parecer do Conselho Desportivo Municipal, propõe-se a celebração de contratos-programa com a Associação Académica de Coimbra, Associação Académica de Coimbra/Organismo Autónomo de Futebol, Associação do Casal da Misarela, Associação Coimbra Basquete – CAD, Associação Cristã da Mocidade, Associação de Aikido de Coimbra, Associação de Estudantes da Escola Superior Agrária de Coimbra (AEESAC), Associação Desportiva e Cultural da Adémia, Associação Desportiva e Cultural de Vila Verde, Centro Ciclista do Centro, Centro de Recreio e Animação Cultural de Brasfemes, Centro Cultura e Desporto do Judo Clube de Coimbra, Centro Hípico de Coimbra, Centro Norton de Matos, Centro Social de S. João, Clube Desportivo de Assafarge, Clube Desportivo Pedrulhense, Clube real da Conchada, Clube de Ténis de Coimbra, Clube de Veteranos de Atletismo de Coimbra, Clube do Mar, Clube Fluvial de Coimbra, Clube de Futebol Santa Clara, Clube Náutico Académico, Esperança Atlético Clube, Ginásio Clube de Antuzede, Grupo Recreativo “O Vigor da Mocidade”, Juventude Desportiva e Recreativa de Arzila, Instituto Inácio de Loyola, Lordemão Futebol Clube, Olivais Futebol Clube, Quinta da Lágrimas Clube de Golfe, Sport Club Conimbricense e União Clube Eirense, conforme modelos anexos:

Associação Académica de Coimbra

- Contrato-Programa de Formação: G.O.P. 05 006 2004/147-1 com correspondência no C.O. 0402 040701 (14.289,83 euros)
- Contrato-Programa de Competição Desportiva Não Profissional: G.O.P. 05 006 2004/148-2 com correspondência no C.O. 0402 040701 (56.489,47 euros)

Associação Académica de Coimbra/Organismo Autónomo de Futebol:

- Contrato-Programa de Formação: G.O.P. 05 006 2004/147-1 com correspondência no C.O. 0402 040701 (2.912,26 euros)
- Contrato-Programa de Competição Desportiva Não Profissional: G.O.P. 05 006 2004/148-2 com correspondência no C.O. 0402 040701 (4.582,78 euros)

Associação Casal da Misarela:

- Contrato-Programa de Formação: G.O.P. 05 006 2004/147-1 com correspondência no C.O. 0402 040701 (676,85 euros)

Associação Coimbra Basquete – CAD:

- Contrato-Programa de Formação: G.O.P. 05 006 2004/147-1 com correspondência no C.O. 0402 040701 (1.112,79 euros)
- Contrato-Programa de Competição Desportiva Não Profissional: G.O.P. 05 006 2004/148-2 com correspondência no C.O. 0402 040701 (2.093,79 euros)

Associação Cristã da Mocidade:

- Contrato-Programa de Formação: G.O.P. 05 006 2004/147-1 com correspondência no C.O. 0402 040701 (2.468,90 euros)
- Contrato-Programa de Competição Desportiva Não Profissional: G.O.P. 05 006 2004/148-2 com correspondência no C.O. 0402 040701 (2.827,26 euros)

Associação de Aikido de Coimbra:

- Contrato-Programa de Formação: G.O.P. 05 006 2004/147-1 com correspondência no C.O. 0402 040701 (397,76 euros)
- Contrato-Programa de Competição Desportiva Não Profissional: G.O.P. 05 006 2004/148-2 com correspondência no C.O. 0402 040701 (634,02 euros)

Associação Desportiva e Cultural da Adémia:

- Contrato-Programa de Formação: G.O.P. 05 006 2004/147-1 com correspondência no C.O. 0402 040701 (1.883,37 euros)
- Contrato-Programa de Competição Desportiva Não Profissional: G.O.P. 05 006 2004/148-2 com correspondência no C.O. 0402 040701 (2.185,39 euros)

Associação Desportiva e Cultural de Vila Verde:

- Contrato-Programa de Formação: G.O.P. 05 006 2004/147-1 com correspondência no C.O. 0402 040701 (682,47 euros)
- Contrato-Programa de Competição Desportiva Não Profissional: G.O.P. 05 006 2004/148-2 com correspondência no C.O. 0402 040701 (404,57 euros)

Núcleo de Rugby da AEESAC:

- Contrato-Programa de Formação: G.O.P. 05 006 2004/147-1 com correspondência no C.O. 0402 040701 (1.154,78 euros)
- Contrato-Programa de Competição Desportiva Não Profissional: G.O.P. 05 006 2004/148-2 com correspondência no C.O. 0402 040701 (1.074,40 euros)

Centro Ciclista do Centro:

- Contrato-Programa de Formação: G.O.P. 05 006 2004/147-1 com correspondência no C.O. 0402 040701 (423,76 euros)
- Contrato-Programa de Competição Desportiva Não Profissional: G.O.P. 05 006 2004/148-2 com correspondência no C.O. 0402 040701 (367,16 euros)

Centro de Recreio e Animação de Brasfemes:

- Contrato-Programa de Formação: G.O.P. 05 006 2004/147-1 com correspondência no C.O. 0402 040701 (236,44 euros)
- Contrato-Programa de Competição Desportiva Não Profissional: G.O.P. 05 006 2004/148-2 com correspondência no C.O. 0402 040701 (134,67 euros)

Centro Cultura e Desporto do Judo Clube de Coimbra:

- Contrato-Programa de Formação: G.O.P. 05 006 2004/147-1 com correspondência no C.O. 0402 040701 (1.107,67 euros)
- Contrato-Programa de Competição Desportiva Não Profissional: G.O.P. 05 006 2004/148-2 com correspondência no C.O. 0402 040701 (4.623,72 euros)

Centro Hípico de Coimbra:

- Contrato-Programa de Formação: G.O.P. 05 006 2004/147-1 com correspondência no C.O. 0402 040701 (1.300,47 euros)
- Contrato-Programa de Competição Desportiva Não Profissional: G.O.P. 05 006 2004/148-2 com correspondência no C.O. 0402 040701 (811,07 euros)

Centro Norton de Matos:

- Contrato-Programa de Formação: G.O.P. 05 006 2004/147-1 com correspondência no C.O. 0402 040701 (1.843,54 euros)
- Contrato-Programa de Competição Desportiva Não Profissional: G.O.P. 05 006 2004/148-2 com correspondência no C.O. 0402 040701 (4.272,59 euros)

Centro Social de S. João:

- Contrato-Programa de Formação: G.O.P. 05 006 2004/147-1 com correspondência no C.O. 0402 040701 (575,85 euros)
- Contrato-Programa de Competição Desportiva Não Profissional: G.O.P. 05 006 2004/148-2 com correspondência no C.O. 0402 040701 (803,96 euros)

Clube Desportivo de Assafarge:

- Contrato-Programa de Formação: G.O.P. 05 006 2004/147-1 com correspondência no C.O. 0402 040701 (575,62 euros)

Clube Desportivo Pedrullhense:

- Contrato-Programa de Formação: G.O.P. 05 006 2004/147-1 com correspondência no C.O. 0402 040701 (1.021,80 euros)

Clube Real da Conchada:

- Contrato-Programa de Formação: G.O.P. 05 006 2004/147-1 com correspondência no C.O. 0402 040701 (256,72 euros)
- Contrato-Programa de Competição Desportiva Não Profissional: G.O.P. 05 006 2004/148-2 com correspondência no C.O. 0402 040701 (438,11 euros)

Clube de Ténis de Coimbra:

- Contrato-Programa de Formação: G.O.P. 05 006 2004/147-1 com correspondência no C.O. 0402 040701 (1.334,68 euros)
- Contrato-Programa de Competição Desportiva Não Profissional: G.O.P. 05 006 2004/148-2 com correspondência no C.O. 0402 040701 (2.866,37 euros)

Clube de Veteranos de Atletismo de Coimbra:

- Contrato-Programa de Competição Desportiva Não Profissional: G.O.P. 05 006 2004/148-2 com correspondência no C.O. 0402 040701 (1.300,73 euros)

Clube do Mar:

- Contrato-Programa de Formação: G.O.P. 05 006 2004/147-1 com correspondência no C.O. 0402 040701 (1.097,61 euros)
- Contrato-Programa de Competição Desportiva Não Profissional: G.O.P. 05 006 2004/148-2 com correspondência no C.O. 0402 040701 (992,64 euros)

Clube Fluvial de Coimbra:

- Contrato-Programa de Formação: G.O.P. 05 006 2004/147-1 com correspondência no C.O. 0402 040701 (926,92 euros)
- Contrato-Programa de Competição Desportiva Não Profissional: G.O.P. 05 006 2004/148-2 com correspondência no C.O. 0402 040701 (1.839,75 euros)

Clube Futebol Santa Clara:

- Contrato-Programa de Formação: G.O.P. 05 006 2004/147-1 com correspondência no C.O. 0402 040701 (1.063,73 euros)
- Contrato-Programa de Competição Desportiva Não Profissional: G.O.P. 05 006 2004/148-2 com correspondência no C.O. 0402 040701 (2.144,68 euros)

Clube Náutico Académico:

- Contrato-Programa de Formação: G.O.P. 05 006 2004/147-1 com correspondência no C.O. 0402 040701 (1.321,82 euros)
- Contrato-Programa de Competição Desportiva Não Profissional: G.O.P. 05 006 2004/148-2 com correspondência no C.O. 0402 040701 (1.117,97 euros)

Esperança Atlético Clube:

- Contrato-Programa de Formação: G.O.P. 05 006 2004/147-1 com correspondência no C.O. 0402 040701 (1.830,33 euros)
- Contrato-Programa de Competição Desportiva Não Profissional: G.O.P. 05 006 2004/148-2 com correspondência no C.O. 0402 040701 (1.706,23 euros)

Ginásio Clube de Antuzede

- Contrato-Programa de Formação: G.O.P. 05 006 2004/147-1 com correspondência no C.O. 0402 040701 (468,96 euros)
- Contrato-Programa de Competição Desportiva Não Profissional: G.O.P. 05 006 2004/148-2 com correspondência no C.O. 0402 040701 (121,90 euros)

Grupo Recreativo “O Vigor da Mocidade”:

- Contrato-Programa de Formação: G.O.P. 05 006 2004/147-1 com correspondência no C.O. 0402 040701 (1.998,04 euros)
- Contrato-Programa de Competição Desportiva Não Profissional: G.O.P. 05 006 2004/148-2 com correspondência no C.O. 0402 040701 (4.272,09 euros)

Juventude Desportiva e Recreativa de Arzila:

- Contrato-Programa de Formação: G.O.P. 05 006 2004/147-1 com correspondência no C.O. 0402 040701 (506,84 euros)

Instituto Inácio de Loyola:

- Contrato-Programa de Formação: G.O.P. 05 006 2004/147-1 com correspondência no C.O. 0402 040701 (1.156,78 euros)
- Contrato-Programa de Competição Desportiva Não Profissional: G.O.P. 05 006 2004/148-2 com correspondência no C.O. 0402 040701 (1.748,30 euros)

Lordemão Futebol Clube:

- Contrato-Programa de Formação: G.O.P. 05 006 2004/147-1 com correspondência no C.O. 0402 040701 (612,55 euros)

Olivais Futebol Clube:

- Contrato-Programa de Formação: G.O.P. 05 006 2004/147-1 com correspondência no C.O. 0402 040701 (1.036,97 euros)
- Contrato-Programa de Competição Desportiva Não Profissional: G.O.P. 05 006 2004/148-2 com correspondência no C.O. 0402 040701 (3.940,81 euros)

Quinta das Lágrimas Golfe Clube:

- Contrato-Programa de Formação: G.O.P. 05 006 2004/147-1 com correspondência no C.O. 0402 040701 (788,95 euros)
- Contrato-Programa de Competição Desportiva Não Profissional: G.O.P. 05 006 2004/148-2 com correspondência no C.O. 0402 040701 (525,59 euros)

Sport Club Conimbricense:

- Contrato-Programa de Formação: G.O.P. 05 006 2004/147-1 com correspondência no C.O. 0402 040701 (1.072,84 euros)
- Contrato-Programa de Competição Desportiva Não Profissional: G.O.P. 05 006 2004/148-2 com correspondência no C.O. 0402 040701 (1.582,79 euros)

União Clube Eirense:

- Contrato-Programa de Formação: G.O.P. 05 006 2004/147-1 com correspondência no C.O. 0402 040701 (1.457,90 euros)
- Contrato-Programa de Competição Desportiva Não Profissional: G.O.P. 05 006 2004/148-2 com correspondência no C.O. 0402 040701 (3.597,19 euros)

Contrato-Programa de Formação: Este apoio está previsto nas G.O.P. para 2010 com o código 05 006 2004/147 acção 1, com correspondência no C.O. 0402 040701 no montante total de 49.595,80€

Contrato-Programa de Competição Desportiva Não Profissional: Este apoio está previsto nas G.O.P. para 2010 com o código 05 006 2004/148 acção 2, com correspondência no C.O. 0402 040701 no montante total de 109.500,00 €.

Mais se informa que os clubes acima mencionados cumprem com os requisitos referidos no artº. 17º da Norma de Controle interno do Município de Coimbra devendo o apoio agora proposto ser concedido mediante a celebração de contrato programa de acordo com a legislação em vigor, em anexo.

Fazem parte desta informação os seguintes anexos:

Parecer do Conselho Desportivo Municipal sobre o valor do índice e equivalente financeiro;

Parecer do Conselho Desportivo Municipal sobre a atribuição do estatuto de interesse desportivo municipal;

Parecer do Conselho Desportivo Municipal sobre a atribuição da candidatura da Associação Coimbra Basquete e Quinta das Lágrimas Clube de Golfe;

Parecer do Conselho Desportivo Municipal sobre as diferentes candidaturas aprovadas e proposta dos respectivos contratos-programa.

Centros de Custos:

Associação Académica de Coimbra: 040206101

Associação Académica de Coimbra/Organismo Autónomo de Futebol: 0402241

Associação do Casal da Misarela: 04010051

Associação Coimbra Basquete – CAD: 04021111

Associação Cristã da Mocidade: 0402251

Associação de Aikido de Coimbra: 0402261

Associação de Desportiva e Cultural da Adémia: 0402091

Associação Desportiva e Cultural de Vila Verde: 0402101

Núcleo de Rugby da Associação de Estudantes da Escola Superior Agrária de Coimbra: 0402071

Centro Ciclista do Centro: 0402461

Centro de Recreio e Animação Cultural de Brasfemes: 0402521

Centro Cultura e Desporto do Judo Clube de Coimbra: 0402501

Centro Hípico de Coimbra: 0402491

Centro Norton de Matos: 0402511

Centro Social de S. João: 0404071

Clube Desportivo de Assafarge: 0402551

Clube Desportivo Pedrullhense: 0402431

Clube Real da Conchada: 04020611

Clube de Ténis de Coimbra: 0402581

Clube de Veteranos de Atletismo de Coimbra: 0402591

Clube do Mar de Coimbra: 0402031

Clube Fluvial de Coimbra: 0402601

Clube de Futebol Santa Clara: 0402131

Clube Náutico Académico: 0402141

Esperança Atlético Clube: 0402631

Ginásio Clube de Antuzede: 0402641

Grupo Recreativo “O Vigor da Mocidade”: 0402161

Juventude Desportiva e Recreativa de Arzila: 0402021

Instituto Inácio de Loyola: 0411111

Lordemão Futebol Clube: 0402181

Olivais Futebol Clube: 0402191

Quinta das Lágrimas Clube de Golfe: 04020971

Sport Club Conimbricense: 0402201

União Clube Eirense: 0402731”

Deliberação nº 2339/2010 (20/12/2010):

- **Aprovar as propostas constantes da informação do Chefe da Divisão de Gestão Desportiva acima transcrita, devendo as minutas dos contratos programa referidos, dada a sua extensão, ficarem apensos à presente acta da qual fazem parte integrante.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO XIII - HABITAÇÃO

XIII.1. Edifício sito no Largo da Sé Velha, 8, 9, 10, 11 e 12 – revisão de preços

Para este assunto e nos termos da informação nº 47255, de 14/12/2010, da Divisão de Reabilitação de Edifícios e parecer da Chefe da referida Divisão, de 15/12/2010, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2340/2010 (20/12/2010):

- **Aprovar a revisão de preços da empreitada “Edifício sito no Largo da Sé Velha, 8, 9, 10, 11 e 12”, no valor de 7.577,12€, acrescido de IVA.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XIII.2. Reparação e beneficiação do edifício sito em Coimbra na Rua Joaquim António de Aguiar, nº 42 – revisão de preços

Para este assunto e nos termos da informação nº 47257, de 14/12/2010, da Divisão de Reabilitação de Edifícios e parecer da Chefe da referida Divisão, de 15/12/2010, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2341/2010 (20/12/2010):

- **Aprovar a revisão de preços da empreitada “Reparação e beneficiação do edifício sito em Coimbra na Rua Joaquim António de Aguiar, nº 42”, no valor de 4.453,85€, acrescido de IVA.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XIII.3. Imóvel sito na rua Visconde da Luz, nº 88-90 – vistoria

Para este assunto, e decorrido o prazo de audiência prévia, o Executivo deliberou, nos termos da informação n.º 45408, de 30/11/2010, da Divisão de Reabilitação de Edifícios:

Deliberação nº 2342/2010 (20/12/2010):

- **Ordenar à cabeça de casal Maria da Conceição Dias Freire dos Santos a execução das obras descritas no Auto de Vistoria de 5/08/2009, nas condições do projecto de reabilitação aprovado pelo ITeCons bem como nos pareceres da Direcção Regional de Cultura do Centro veiculado pelo ofício nº S-2010/1073 (C.S: 660468), devendo as obras em causa ter início no prazo de 45 dias úteis e ficar concluídas no prazo de 120 dias após o seu início, com excepção das obras de reabilitação do corpo posterior que devem ser reiniciadas no prazo máximo de 5 dias úteis após recepção da notificação, ao abrigo do n.º 2 do art.º 89.º do DL 555/99 de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo DL n.º 26/2010 de 30 de Março;**
- **Informar a munícipe de que o incumprimento da presente deliberação a fará incorrer num processo de contra-ordenação;**
- **Informar os inquilinos do teor da presente deliberação bem como da possibilidade do aumento da renda após a conclusão das obras, de acordo com o estipulado no Decreto-lei 157/2006, de 8 de Agosto.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XIII.4. Cáritas Diocesana de Coimbra – subsídio

Relativamente a este assunto e no âmbito da Participação do Município de Coimbra no Projecto-Piloto Mediadores Municipais, o Executivo deliberou, nos termos da informação nº 44353, de 22/11/2010, da Divisão de Gestão Social/Centro Municipal de Acção Social:

Deliberação nº 2343/2010 (20/12/2010):

- **Atribuir à Cáritas Diocesana de Coimbra, entidade gestora do Projecto-Piloto Mediadores Municipais, um subsídio no montante de 907,11€, para o ano de 2010, correspondente à comparticipação do município de Coimbra em 25% da retribuição mensal do mediador municipal do corrente ano.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XIII.5. Concerto de Natal no Salão Nobre da Câmara Municipal de Coimbra – Filarmónica do Planalto – aquisição de serviços

Relativamente a este assunto e no âmbito do Concerto de Natal levado a efeito pela Filarmónica do Planalto no Salão Nobre da Câmara Municipal no passado dia 16 de Dezembro, o Executivo deliberou, nos termos da informação nº 47250, de 14/12/2010, da Divisão de Gestão Social/Centro Municipal de Acção Social:

Deliberação nº 2344/2010 (20/12/2010):

- **Ratificar o despacho do Sr. Presidente de 16/12/2010 que autorizou o apoio à Filarmónica do Planalto para efeitos do Concerto de Natal no Salão Nobre da Câmara Municipal de Coimbra, através do fornecimento de um jantar / refeição aos 45 elementos que compõem a banda no Restaurante Adega Paço do Conde, pelo valor de 7,07€ por pessoa, totalizando 318,15€, acrescidos de IVA.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XIII.6. Projecto-Piloto Mediadores Municipais – cessação do protocolo tripartido – apoio financeiro à Associação Integrar

Relativamente a este assunto e atendendo a que a Associação Integrar manifestou vontade de não renovar o protocolo tripartido formalizado no âmbito do Projecto-Piloto Mediadores Municipais a partir de 30 de Setembro do corrente ano, o Executivo deliberou, nos termos da informação nº 44475, de 23/11/2010, da Divisão de Gestão Social/Centro Municipal de Acção Social:

Deliberação nº 2345/2010 (20/12/2010):

- **Atribuir um subsídio à Associação Integrar no montante de 221,73€, relativo à compensação ou indemnização bem como créditos vencidos respeitantes a férias e natal proporcionais ao tempo de serviço do mediador, de acordo com o estipulado nas alíneas 2.2. e 2.1. do nº 2 da Cláusula Sexta do Protocolo de Cooperação que o Município de Coimbra, num regime de co-financiamento a 25%, se comprometeu no referente à prestação de apoio financeiro ao segundo outorgante (Associação Integrar), terminando deste modo qualquer obrigação legal deste município com a Associação Integrar (então entidade gestora) em virtude da vontade manifestada pela referida Associação de não renovar o Protocolo Tripartido formalizado no âmbito do Projecto-Piloto Mediadores Municipais a partir de 30 de Setembro de 2010.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XIII.7. Escola de Música / Filarmónica do Planalto – contrato de comodato – renovação

Relativamente a este assunto e considerando que o apoio da Autarquia à Associação Escola de Música /Filarmónica do Planalto tem sido fundamental para o desenvolvimento dum projecto colectivo de raiz cultural, facilitador de processos de inserção social e consequente valorização pessoal do indivíduo, fomentar o convívio e a participação cívica entre os moradores do Planalto, assim como a construção de projectos e percursos de vida válidos e ainda para promover o enriquecimento e valorização pessoal dos participantes, o Executivo deliberou, nos termos da informação nº 46508, de 7/12/2010, da Divisão de Gestão Social/Centro Municipal de Acção Social:

Deliberação nº 2346/2010 (20/12/2010):

- **Renovar o Contrato de Comodato, celebrado entre a Associação Escola de Musica/Filarmónica do Planalto e o município de Coimbra, com vista à cedência do espaço sito no Bairro do Ingote (Ex-IGAPHE) Bloco 8 n.º 13, fracção i – cave esquerda, por um período de um ano, para efeitos de sede;**
- **Renovar o Contrato de Comodato celebrado entre a Associação Escola de Musica Filarmónica do Planalto e o município de Coimbra, referente aos instrumentos musicais.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XIII.8. António Pedro Fonseca Simões – Bairro da Rosa – Lote 11, c/v dta. – contrato de comodato – renovação

Relativamente a este assunto e nos termos da informação nº 45560, de 30/11/2010, da Divisão de Gestão Social/Centro Municipal de Acção Social, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2347/2010 (20/12/2010):

- **Renovar o Contrato de Comodato, com vista à cedência do arrumo ao inquilino municipal, António Pedro Fonseca Simões residente no lote 11 – Cv – Direita, sito do lado direito da referida habitação, pelo período de um ano.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XIII.9. Teresa Monteiro Rodrigues Morais – Bairro do Ingote – Bloco 11, r/c dt. – contrato de comodato – renovação

Relativamente a este assunto e nos termos da informação nº 45083, de 29/11/2010, da Divisão de Gestão Social/Centro Municipal de Acção Social, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2347/2010 (20/12/2010):

- **Renovar o Contrato de Comodato celebrado com Teresa Monteiro Rodrigues Morais, referente à habitação municipal sita no Bairro do Ingote, 11 – R/Chão, por um período de 12 meses.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta

XIII.10. Realojamento de Tamara Kukhanchyk – Casa 27 do Bairro da Misericórdia

Relativamente a este assunto e nos termos da informação nº 45519, de 2/12/2010, da Divisão de Gestão Social, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2348/2010 (20/12/2010):

- **Realojar a munícipe Tamara Kukhanchyk na casa nº 27 do Bairro da Misericórdia, pela renda mensal de 47€, mediante a celebração de um contrato de arrendamento, cuja minuta, dada a sua extensão, fica apensa à presente acta, fazendo parte integrante da mesma.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta

XIII.11. Realojamento do agregado familiar de Carlos Alberto Soares

Após análise do processo que tem por objectivo propor o realojamento do agregado familiar de Carlos Alberto Soares atendendo à situação de grave carência social e económica em que se encontra, o Executivo deliberou, nos termos da informação n.º 45404, de 30/11/2010, da Divisão de Gestão Social:

Deliberação nº 2349/2010 (20/12/2010):

- **Realojar temporária e provisoriamente o agregado familiar de Carlos Alberto Soares na fracção “Q14” da Casa das Cruzes, com acesso à respectiva casa de banho e cozinha, mediante a celebração de um contrato de comodato, pelo período de 12 meses, cuja minuta, dada a sua extensão, fica apensa à presente acta, fazendo parte integrante da mesma.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XIII.12. Marília Lopes Nascimento - Habitação sita na Urbanização Quinta da Varela, Lote 92 – 1ºDt. – actualização da situação

Relativamente a este assunto e nos termos da informação nº 46253, de 7/12/2010, da Divisão de Gestão Social/Centro Municipal de Acção Social, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2350/2010 (20/12/2010):

- **Realojar o agregado familiar de Marília Lopes Nascimento na Urbanização Quinta da Varela, Lote 92 – 1º Dt., mediante a celebração de um contrato de arrendamento para habitação permanente com prazo certo e com opção de compra a celebrar entre a Câmara Municipal de Coimbra e o Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional Caixa Arrendamento, cuja minuta, dada a sua extensão, fica apensa à presente acta, fazendo parte integrante da mesma, e suportando a Câmara Municipal de Coimbra eventuais despesas que possam vir a surgir com a manutenção do elevador caso este venha a ser colocado.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XIII.13. Realojamento do agregado familiar de Rosa Maria Gonçalves Rodrigues

Após análise do processo que tem por objectivo propor o realojamento do agregado familiar da munícipe Rosa Maria Gonçalves Rodrigues, e de acordo com a informação n.º 47559, de 16/12/2010, da Divisão de Gestão Social, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2351/2010 (20/12/2010):

- **Arrendar a habitação de tipologia T2, sita na Rua da Liberdade, nº 55, Cave Esquerda, freguesia de S. Martinho do Bispo, com a possibilidade expressa desta Câmara poder subarrendar e/ou comodatar a terceiros, mediante a celebração de um contrato de arrendamento entre a Câmara Municipal de Coimbra e a empresa “Calado e Duarte, Lda.”, o qual, dada a sua extensão, fica apenso à presente acta, fazendo parte integrante da mesma, pela renda mensal de €400,00;**
- **Realojar o agregado familiar de Rosa Maria Gonçalves Rodrigues na habitação de tipologia T2, sita na Rua da Liberdade, nº 55, Cave Esquerda, freguesia de S. Martinho do Bispo, mediante a celebração de um contrato de subarrendamento o qual, dada a sua extensão, fica apenso à presente acta, fazendo parte integrante da mesma, pela renda mensal de 5,00€.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XIII.14. Realojamento do agregado familiar de Alda Maria Bernardo Machado Laranja

Após análise do processo que tem por objectivo propor o realojamento do agregado familiar de Alda Maria Bernardo Machado Laranja, e de acordo com a informação n.º 47567, de 16/12/2010, da Divisão de Gestão Social, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2352/2010 (20/12/2010):

- **Arrendar a habitação de tipologia T3, sita na Urbanização Quinta D. João, Lote 2 – 1º Dt., freguesia da Sé Nova, com a possibilidade expressa desta Câmara poder subarrendar e/ou comodatar a terceiros, mediante a celebração de um contrato de arrendamento entre a Câmara Municipal de Coimbra e a imobiliária “Ferreira e Silva, Lda.”, o qual, dada a sua extensão, fica apenso à presente acta, fazendo parte integrante da mesma, pela renda mensal de €550,00;**
- **Realojar o agregado familiar de Alda Maria Bernardo Machado Laranja na habitação de tipologia T3, sita na Urbanização Quinta D. João, Lote 2 – 1º Dt., freguesia da Sé Nova, mediante a celebração de um contrato de subarrendamento o qual, dada a sua extensão, fica apenso à presente acta, fazendo parte integrante da mesma, pela renda mensal de 8,00€.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO XIV - CULTURA

XIV.1. Jocelino Rodrigues – De Coimbra para o Mundo – aquisição de livro

Relativamente a este assunto e após operação de cabimento o processo em causa mereceu o despacho da Sra. Vereadora da Cultura, exarado em 15/12/2010 na informação nº 30385, de 4/08/2010, da Divisão de Acção Cultural, que a seguir se transcreve:

“À reunião de câmara para autorização após operação contabilística de cabimento.”

Assim, e após análise do processo, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2353/2010 (20/12/2010):

- **Aprovar o despacho da Sra. Vereadora da Cultura acima transcrito.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XIII.2. Escola da Noite – subsídio 2006

Relativamente a este assunto e atendendo a que a Escola da Noite – Grupo de Teatro de Coimbra não recebeu durante o ano de 2006 qualquer verba para apoio à actividade regular da companhia, não obstante a mesma se encontrar prevista em protocolo assinado com a Câmara Municipal de Coimbra, o Executivo deliberou, nos termos da informação nº 45312, de 30/11/2010, da Divisão de Acção Cultural:

Deliberação nº 2354/2010 (20/12/2010):

- **Atribuir um subsídio no valor de 60.000€ à Escola da Noite – Grupo de Teatro de Coimbra, relativo ao ano de 2006.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XIII.3. Círculo de Cultura Portuguesa – protocolo

A Câmara Municipal de Coimbra ciente de que a cultura e a arte são uma vertente indissociável do desenvolvimento e do progresso das sociedades, pretende associar-se a entidades produtoras de conteúdos culturais qualificados e promover parcerias que contribuam para a promoção cultural do concelho de Coimbra, diversificando a oferta cultural e contribuindo para a educação dos gostos, levando à criação/formação de novos públicos, pelo que o Executivo deliberou, nos termos da informação nº 47135, de 13/12/2010, da Divisão de Acção Cultural:

Deliberação nº 2355/2010 (20/12/2010):

- **Aprovar a minuta de protocolo a celebrar entre a Câmara Municipal de Coimbra e o Círculo de Cultura Portuguesa, a qual, dada a sua extensão fica apensa à presente acta fazendo parte integrante da mesma.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XIII.4. Casa Museu Miguel Torga – época natalícia – programa educativo

Relativamente a este assunto e nos termos da informação nº 47086, de 14/12/2010, da Divisão de Acção Cultural, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2356/2010 (20/12/2010):

- **Tomar conhecimento da proposta de programa educativo a levar a efeito durante a época natalícia (de 20 a 30 de Dezembro) na Casa Museu Miguel Torga.**

XIII.5. Doação de documentos sobre o Cemitério da Conchada

Relativamente a este assunto e nos termos da informação nº 47150, de 13/12/2010, da Divisão de Biblioteca e Arquivo, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2357/2010 (20/12/2010):

- **Manifestar aos Hospitais da Universidade de Coimbra o interesse do Município em aceitar a doação dos documentos em causa.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XIII.6. Direcção Regional de Cultura do Centro – transporte

Sobre este assunto, e tendo por base a informação n.º 45769, de 3/12/2010, do Departamento de Cultura, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2358/2010 (20/12/2010):

- **Requisitar à RBL – Rodoviária da Beira Litoral, nos termos do concurso público n.º 1/2010 e com um custo estimado de € 1.375,00 (IVA incluído), o transporte dos elementos da Filarmónica União Taveirense a Castelo Branco e Vila Nova de Paiva, nos próximos dias 16 de Janeiro e 16 de Abril, no âmbito duma nova temporada “Bandas em Concerto”.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO XV - SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE TRANSPORTES URBANOS DE COIMBRA

XV.1. Grandes Opções do Plano e Orçamento 2011

Este assunto foi tratado a seguir ao Ponto III.1. como então se fez referência.

XV.2. Relatório de Actividades 1º Semestre de 2010

Para este assunto e com base no ofício registado com o n.º 72524, em 15/12/2010, dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2359/2010 (20/12/2010):

- **Tomado conhecimento do relatório de actividades dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra relativo ao 1º semestre de 2010;**
- **Remeter à Assembleia Municipal.**

XV.3. Procedimento ao abrigo do Acordo - Quadro ANCP 2.2 – combustíveis rodoviários a granel – aditamento à proposta de repartição de encargos 2011, 2012 e 2013

Para o assunto em epígrafe, e com base no ofício registado em 15/12/2010, sob o n.º 72553, dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2360/2010 (20/12/2010):

- **Homologar a deliberação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, de 14/12/2010, que aprovou a nova repartição dos encargos inerentes ao respectivo processo para os anos de 2011, 2012 e 2013 do seguinte modo:**
 - Ano de 2011 – 2.675.637,72 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor
 - Ano de 2012 – 2.902.477,50 € - acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
 - Ano de 2013 – 226.839,78 € - acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
- **Enviar o processo à Assembleia Municipal.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XV.4. Procedimento ao abrigo do Acordo - Quadro ANCP 2.2 – combustíveis rodoviários a granel – relatório final

Para o assunto em epígrafe, e com base no ofício registado em 15/12/2010, sob o n.º 72531, dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2361/2010 (20/12/2010):

- **Homologar a deliberação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, de 14/12/2010, que adjudicou à empresa Petróleos de Portugal – Petrogal, SA (Galp Energia, SGPS, SA) o fornecimento de Gasóleo a Granel em regime contínuo por 2 anos, com início na data da celebração do respectivo contrato, num total estimado de 6.500.0000 litros, pelo valor estimado de 5.804.955,00€ mais MA à taxa legal em vigor, tendo por base o preço unitário à data da sua proposta final de 0,99917 €/litro para um P.V.P. à data da sua proposta final de 1,209€/litro, IVA incluído, sobre o qual incide um desconto de 0,1061€/litro (IVA não incluído) e demais condições de fornecimento:**
 - Prazo de entrega – 24 horas
 - Equipamentos já instalados e a manter nas instalações dos SMTUC, designadamente:
 - 2 tanques de 40 m3 para gasóleo
 - 2 bombas eléctricas para duplo abastecimento de grande caudal para gasóleo
 - 1 sistema para gestão de frota, aplicado às bombas, composto de software e hardware
 - Facturação mensal
 - Prazo de pagamento – 60 dias a contar da data de emissão da factura.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XV.5. Concurso Público para fornecimento, instalação e colocação em serviço de um novo sistema de bilhética – conhecimento

Para o assunto em epígrafe, e com base no ofício registado em 15/12/2010, sob o n.º 72545, dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2362/2010 (20/12/2010):

- **Tomado conhecimento da constituição do Consórcio Externo NOVABASE&BCCM, EM CONSÓRCIO, no âmbito do concurso público para fornecimento, instalação e colocação de um novo sistema de bilhética.**

XV.6. Concurso Público para prestação de serviços de vigilância, segurança e venda de bilhetes nos parques de estacionamento e elevadores do Mercado D. Pedro V, situados na Rua Olímpio Nicolau Fernandes

Para o assunto em epígrafe, e com base no ofício registado em 15/12/2010, sob o n.º 72547, dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2363/2010 (20/12/2010):

- **Homologar a deliberação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, de 14/12/2010, que adjudicou à empresa Grupo 8, Vigilância e Prevenção Electrónica, Lda. a prestação de serviços de vigilância, segurança e venda de bilhetes nos parques de estacionamento e elevadores do Mercado D. Pedro V, situados na Rua Olímpio Nicolau Fernandes em Coimbra, com início em 1/01/2011 e pelo período de 6 meses, pelo valor global de 50.299,98€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor e nas demais condições constantes das peças do procedimento:**
 - Valor mensal para os Parques de Estacionamento – 2.792,25 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor
 - Valor total para os Parques de Estacionamento – 16.753,50 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor
 - Valor mensal para os elevadores – 5.591,08 € acrescido de IVA à taxa legal em vigor
 - Valor total para os elevadores – 33.546,48 € acrescido de IVA à taxa legal em vigor
 - Valor total – 50.299,98 € acrescido de IVA à taxa legal em vigor
 - Prazo de execução – o contrato deverá iniciar-se no dia 1 de Janeiro de 2011 e termina a 30 de Junho de 2011, inclusive
 - Pagamento – 60 dias após a recepção das respectivas facturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respectiva.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XV.7. 7ª Modificação orçamental ao orçamento ao orçamento dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra para 2010

Para o assunto em epígrafe, e com base no ofício registado em 15/12/2010, sob o número 75536, dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2364/2010 (20/12/2010):

- **Homologar a deliberação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra de 14/12/2010, que aprovou a 7.ª Modificação ao Orçamento dos SMTUC para 2010.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO XVI – AC – ÁGUAS DE COIMBRA, E.E.M.

XVI.1. Plano de Actividades e Orçamento 2011 e tarifário 2011

Este assunto foi tratado a seguir ao Ponto XV.1. como então se fez referência.

XVI.2. Contas do 1º Semestre 2010 – parecer do revisor oficial de contas

Para este assunto e com base no ofício registado com o n.º 53881, em 16/09/2010, da AC, Águas de Coimbra, E.M., o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2365/2010 (20/12/2010):

- **Tomado conhecimento das contas do 1º semestre de 2010 da AC, Águas de Coimbra, E.M., elaboradas pelo revisor oficial de contas daquela empresa;**
- **Remeter à Assembleia Municipal.**

PONTO XVII – TC – TURISMO DE COIMBRA, E.M.

Este assunto foi tratado a seguir ao Ponto XVI.1. como então se fez referência.

PONTO XVIII – ASSUNTOS DIVERSOS

XVIII.1. Prodeso – Ensino Profissional, Lda. – relatório fiscal único – 1º semestre 2010

Para este assunto foi apresentado o ofício registado com o n.º 72768, de Botelho Roseiro & Associados, SROC com o Relatório do Fiscal Único - al e) do art. 28º do RJSEL, com base no qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2367/2010 (20/12/2010):

- **Tomado conhecimento do relatório referente ao 1º semestre de 2010, da PRODESO – Ensino Profissional, Lda., nos termos e para os efeitos do artigo 28º, alínea e) da Lei nº 53-F/2006, de 29 de Dezembro;**
- **Enviar à Assembleia Municipal.**

XVIII.2. Liga dos Amigos do Hospital dos Covões – fusão dos Hospitais de Coimbra no Centro Hospitalar e Universidade de Coimbra

Para este assunto foi presente o ofício registado com o n.º 72229, em 03/12/2010, da Liga dos Amigos do Hospital dos Covões, com base no qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2368/2010 (20/12/2010):

- **Tomado conhecimento da Moção acerca da fusão dos Hospitais de Coimbra e da Zona Centro no Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, aprovada em Assembleia Extraordinária da Liga dos Amigos do Hospital dos Covões, realizada em 25/11/2010.**

XVIII.3. Revisão da organização dos serviços municipais – conhecimento

Sobre este assunto, o Sr. Vereador **Álvaro Maia Seco** leu parte do documento produzido pela Assessoria Jurídica dos Vereadores do Partido Socialista:

“Salvo melhor opinião, e pelo respeito, que é muito, que nos merece o douto jurista a quem foi solicitado o parecer, na verdade este padece por omissão de resposta precisa, clara e concludente de qual ou quais as consequências, a partir de 01-01-2011, também colocado à DGAL, do que acontece pelo facto do DL 116/84 estar revogado ao nível das consequências para os dirigentes providos para os serviços municipais criados ao abrigo deste diploma”.

Para este assunto foi presente a informação registada com o n.º 47507, de 15/12/2010, do Gabinete do Vice-Presidente, tendo o Executivo deliberado:

Deliberação nº 2369/2010 (20/12/2010):

- **Tomado conhecimento do disposto no artigo 19º do Decreto Lei 305/2009, de 23 de Outubro, na medida em que o processo de revisão dos serviços foi atempadamente promovido;**
- **Enviar à Assembleia Municipal.**

XVIII.4. Escola da Noite – protocolos de apoio à criação artística e de gestão do Teatro da Cerca de S. Bernardo - Peças desenhadas

Para este assunto foi presente a informação n.º 47514, de 15/12/2010, do Gabinete do Vice-Presidente, tendo o Executivo deliberado:

Deliberação nº 2370/2010 (20/12/2010):

- **Aprovar as minutas de Protocolo de Apoio à Criação Artística e do Protocolo de Gestão do Teatro da Cerca de S. Bernardo, celebradas com a Escola da Noite – Grupo de Teatro de Coimbra, que dada a sua extensão ficam apenas à presente acta fazendo parte integrante da mesma.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XVIII.5. Mercado Abastecedor de Coimbra – alienação de acções

Para este assunto foram presentes o ofício registado com o n.º 71186, de 09/12/2010, do Mercado Abastecedor da Região de Coimbra, SA, e a informação com n.º 47986 de 20/12/2010 da Chefe de Divisão Gestão Financeira.

O Sr. **Presidente** fez uma nota introdutória explicativa da sua proposta dizendo que o maior sócio do Mercado Abastecedor de Coimbra (MAC) é uma empresa pública – a SIMAB (Sociedade Instaladora de Mercados

Abastecedores). A SIMAB, que é uma empresa de capitais 100% públicos, pretende vender a sua participação no MAC. Têm opção de preferência sobre estas acções todos os actuais associados e a CMC tem 16% do MAC. Assim, há três opções possíveis: ou a CMC não participa, de todo, no aumento de capital; ou vai ao máximo que este rateio permite, que é um pouco acima de 300 mil euros; ou vai até qualquer valor intermédio que a Câmara entenda. O Sr. Presidente tem participado nas Assembleias Gerais do MAC, que é uma empresa saudável, que dá até dividendos, e, na sua opinião, era uma boa ideia a CMC adquirir cerca de 200 ou 300 mil euros de acções. Acontece que os tempos são de contenção, pelo que a sua proposta é um pouco mais modesta. Entende que a gestão da SIMAB no MAC não foi brilhante e está confiante de que os operadores que agora se juntaram para adquirir as acções desta empresa farão um trabalho pelo menos tão bom, supõe até que substancialmente melhor. Neste sentido, propõe que a CMC participe simbolicamente neste processo, apenas para dizer que continua a acompanhar a gestão da empresa. E esta decisão tem de ser tomada até ao dia 24, ou seja, restam 4 dias. A proposta é de compra de 1500 acções ao preço de 7 euros, o que totaliza 10.500 euros.

O Sr. **Vereador Álvaro Maia Seco** questionou o que é que vai acontecer à estrutura accionista se esta estratégia for adoptada por parte da CMC, ou seja, qual é a repartição accionista que actualmente existe na empresa, quantos dos accionistas são públicos e quantos são privados e qual vai ser o peso relativo que decorrerá duma eventual adopção da estratégia ora proposta pelo Sr. Presidente.

Em resposta, o Sr. **Presidente** explicou que se a Câmara não comprar nenhuma acção continua a ter 16%, porque o que se trata aqui não é de um aumento de capital mas sim de uma venda de um lote de 70% das acções aos restantes accionistas. A Autarquia de Coimbra é actualmente o segundo maior accionista do MAC e, por isso, tem um elemento na administração da empresa, que manterá, de acordo com os estatutos. Os restantes accionistas são os operadores do MAC, ao todo algumas dezenas, que estão neste momento em negociações.

O Sr. **Vereador Álvaro Maia Seco** insistiu que lhe custa tomar uma decisão sobre este assunto sem saber qual o esforço envolvido em termos de mobilização financeira para que a CMC possa subir a sua participação para, pelo menos, 33%, que normalmente, de acordo com os códigos das sociedades comerciais, é o valor que permite um controlo efectivo das decisões estratégicas da empresa. O Sr. Vereador confessou que o preocupa o facto de se passar de uma maioria pública esmagadora para o controlo dos privados, pelo que desejaria saber quanto teria de despende a Autarquia para, pelo menos, manter o tal controlo estratégico da empresa.

O Sr. **Presidente** respondeu que não é só a percentagem de capital social que determina esse controlo estratégico, são também os próprios estatutos que conferem a este accionista particular – CMC, o tal controlo estratégico e alguns direitos especiais, nomeadamente o direito de nomear um administrador.

Portanto, ou a Câmara decide comprar algumas acções e fica com 16 e umas décimas, ou não compra nenhuma mas essa decisão tem de ser tomada hoje, já que os timings desta operação são apertados.

O Sr. **Vereador Paulo Leitão** questionou se as acções que a CMC actualmente detém são suficientes para impedir que os outros accionistas alterem o contrato da sociedade.

O Sr. **Presidente** reafirmou que, neste momento, não há condições financeiras para a Autarquia ir além de uma participação simbólica.

O Sr. **Vereador Álvaro Maia Seco** disse que, em função da informação dada e que considera insuficiente, a posição do Partido Socialista, numa lógica de precaução, é de que a CMC deveria acompanhar esta aquisição de acções de maneira a poder atingir pelo menos os 33%. Caso não seja essa a proposta submetida, votarão contra. Criticou ainda a ausência de tempo razoável para uma tomada de decisão.

O Sr. **Presidente** sublinhou que a deliberação hoje tomada é a de declarar a intenção de adquirir as 1500 acções, já que a Assembleia Municipal, no próximo dia 29, pode não ratificar esta intenção do Executivo.

Assim, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2371/2010 (20/12/2010):

- **Aprovar a intenção de adquirir 1500 acções ao preço de 7€ cada num total de 10.500€.**
- **Enviar à Assembleia Municipal.**

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Sr. Presidente, a Sra. Vice-Presidente e os Srs. Vereadores Paulo Leitão, Luís Providência, Maria João Castelo-Branco, João Orvalho e Francisco Queirós e votaram contra os Srs. Vereadores Álvaro Maia Seco, António Vilhena e Rui Duarte.

XVIII.6. Coimbra Inovação Parque – Parque de Inovação em Ciência, Tecnologia, Saúde, EM, SA – relatório do fiscal único

Foi presente o Relatório do Fiscal Único do Coimbra Inovação Parque – Parque de Inovação em Ciência, Tecnologia, Saúde, EM, SA, registado com o n.º 47713, de 17/10/2010, em conformidade com o disposto no art.º 28º da Lei nº 53-F/2006, de 29 de Dezembro, que aprova o Regime Jurídico do sector Empresarial Local, sobre a situação económica e financeira relativa ao primeiro semestre de 2010.

Assim, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2372/2010 (20/12/2010):

- **Tomado conhecimento;**
- **Enviar à Assembleia Municipal.**

Sob proposta do Sr. Presidente e nos termos do art.º 83.º da lei 169/99, de 18 de Setembro, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, admitir a ordem do dia e apreciar e votar os seguintes assuntos, não incluídos na mesma:

1. Prémio Melhor Catálogo 2010

Para este assunto foi presente a informação nº 47707, de 17/12/2010, da Vereadora da Cultura, dando conta da candidatura apresentada pelo Museu Municipal à Associação Portuguesa de Museologia e, a atribuição desta Associação do Prémio Melhor Catálogo 2010 ao 1º Volume do Catálogo da Coleção Telo de Morais, bem como a proposta do preço de venda do referido catálogo para o valor de 25€, no período de 20 de Dezembro de 2010 a 31 de Janeiro de 2011 tendo em vista dar maior visibilidade à obra e ao recente galardão.

Assim, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 2373/2010 (20/12/2010):

- **Autorizar que o 1º Volume do Catálogo da Coleção Telo de Morais, no período de 20 de Dezembro de 2010 a 31 de Janeiro de 2011, seja comercializado pelo valor de 25,00€, nos espaços culturais do Município (Museu, Casa da Cultura e Casa da Escrita), tendo em vista dar maior visibilidade à obra e à atribuição do Prémio Melhor Catálogo 2010.**

Deliberação tomada por maioria e em minuta.

2. Edições sobre o Património da Cidade – Proposta de convite para realização de estudo sobre o Jardim da Sereia

Para este assunto foi presente a informação n.º 47685, de 17/12/2010, da Divisão de Acção Cultural, tendo o Executivo deliberado:

Deliberação nº 2374/2010 (20/12/2010):

- **Celebrar um Contrato de Prestação de Serviços, em regime de tarefa, com Marco Daniel Duarte, ao abrigo do disposto no art.º 35º da Lei nº 12/A 2008 de 27 de Fevereiro, nomeadamente o ponto 2, conjugado com as disposições constantes nos artºs 128 e 129 do Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de Janeiro, no valor de 7.500 €, isento de IVA e sem retenção do IRS, com vista à elaboração dum estudo histórico/científico sobre o Jardim da Sereia, que será editado posteriormente por esta Autarquia, e demais condições constantes da informação nº 40960, de 27/10/2010, da Divisão de Acção Cultural.**

Deliberação tomada por maioria e em minuta.

E sendo vinte e uma horas e trinta minutos o Sr. **Presidente** declarou encerrada a reunião da qual se lavrou a presente acta que foi aprovada na reunião do dia 10/01/2011 e assinada pelo Sr. **Presidente** e por Patrícia Silveira, Técnica Superior.
